

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE

LILIAN BRESCHIGLIARO FRANÇA DE OLIVEIRA

Estado de insegurança no centro de São Paulo:
crise e higienização na *cracolândia* como expressão da
colonialidade brasileira

São Paulo

2024

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE

LILIAN BRESCHIGLIARO FRANÇA DE OLIVEIRA

Estado de insegurança no centro de São Paulo:
crise e higienização na *cracolândia* como expressão da
colonialidade brasileira

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo como exigência
para obtenção do título de DOUTOR em **Psicologia
Social**, sob orientação da profª Drª Bader Burihan
Sawaia.

São Paulo

2024

(FICHA CATALOGRÁFICA)

Nome: OLIVEIRA, Lilian Breschigliaro França

Título: *Estado de insegurança* no centro de São Paulo: crise e higienização na *cracolândia* como expressão da colonialidade brasileira

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr.: _____
Instituição: _____
Julgamento _____

Prof. Dr.: _____
Instituição: _____
Julgamento _____

Prof. Dr.: _____
Instituição: _____
Julgamento _____

Prof. Dr.: _____
Instituição: _____
Julgamento _____

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) código de financiamento 001º, número de processo: 88887.475885/2020-00

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code: 001º, process number: 88887.475885/2020-00

Aos "ninguéns" da Palestina, da cracolândia e do mundo todo.

AGRADECIMENTOS

Gostaria primeiramente de agradecer a todos que fazem ou fizeram algum dia parte dos meus dias. Tenho ciência que se me componho do jeito possível, e com ele chego até aqui, é devido a cada detalhe desenrolado em cada momento dessa matéria, incabível em termos, a que chamamos vida.

Agradeço aos meus amigos e amigas, que me apoiam e com quem tenho a sorte de dividir esse meu estar no mundo e as angústias inerentes a ele e a este período em que vivemos, em especial: Marcelo Rocco, Vilma Bokany, João Sugahara, Gabriel Guimarães, Ana Beatriz Pádua, Isadora Simões de Souza, Ana Gebrim, Ana Paula Souza, Felipe Arantes, Jana Quouo, Darian Rabbani, Lúcia Filomena Carreiro, Juliana Vidigal, Adriano Borges de Godói, Andrea Levy, Juliana Berezosch, Daniela Picchiali, Mônica Gurjão, Izabela Novais, Emiliano de Camargo David, Iára Pedó, Mariana Gutierrez, Livia Pirani, Marina Ronchi, e Thiago Prada.

Agradeço à Sofia por reencantar a vida através do amor e me fazer retomar com força o desejo e a curiosidade pelas coisas todas do mundo.

Agradeço a todos os companheiros de núcleo NEXIN (PUC-SP) e aos eternos companheiros do grupo NUPLIC (PUC-SP) pelos encontros criados ao longo do percurso de pós-graduação. Em especial à Maria Cristina Gonçalves Vicentin, figura central nesta trajetória.

Agradeço a minha família, sobretudo a minha mãe, meu pai (*in memoriam*), meu irmão, irmãs e meus sobrinhos: Se hoje chego aqui é graças a vocês também!

Agradeço a Nina, Téo e Pablo, meus companheiros irredutíveis dos processos solitários de escrita.

Agradeço a Bader Burihan Sawaia, minha orientadora, sobretudo pela confiança e apoio no percurso desta empreitada.

Os ninguéns: os filhos de ninguém, os dono de nada.
Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida,
fodidos e mal pagos:
Que não são embora sejam.
Que não falam idiomas, falam dialetos.
Que não praticam religiões, praticam superstições.
Que não fazem arte, fazem artesanato.
Que não são seres humanos, são recursos humanos.
Que não tem cultura, têm folclore.
Que não têm cara, têm braços.
Que não têm nome, têm número.
Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas
policiais da imprensa local.
Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.

Eduardo Galeano em "O livro dos abraços"

RESUMO

O ano de 2022 marcou o início de uma nova fase na denominada cracolândia de São Paulo: O espraiamento do *fluxo* (como são conhecidas as cenas de uso de *crack*) promovido por ações governamentais resultara na *crise* que levaria a um *Estado de insegurança* na região central da cidade. Do "levante" de parcela de sua vizinhança, que passou a pautar mais enfaticamente a demanda por uma "solução final" à problemática, decorreram fatos significativos. O mais emblemático adviria com o projeto de transferência da sede do Governo do Estado para a localidade. Tal iniciativa pode ser resumida na aspiração, declarada pelo governador em exercício, de trazer de volta para o centro de São Paulo "o poder", o que prevê a higienização dos "indesejáveis" dali. A proposta desta tese é percorrer os elementos objetivos e subjetivos que levam à presente situação. A instrumentalização dos sujeitos e incitamento da população à crise e ao Estado de insegurança na cracolândia deve servir aqui como lente de aumento. Nela focamos na sub-subalternidade de uma maioria negra que sofre de um abandono secular. Da questão da terra, que excluiria os ex-escravizados de participação econômico-social, adviria a condição dos descendentes que compõe as compõe e são resultado de um processo iniciado na sociedade colonial. Hoje a *forma social escravista* introjetada em uma "estrutura psicológica do racismo", coloca o sujeito da cracolândia, para a parcela útil e homogênea da sociedade, na condição "heterogênea" de zumbi, morto-vivo. Coisa que não dispõe nem de vida para que mereça ou não ser vivida e por isso pode ser descartada. Busca-se aqui entender como os governos podem ser produtores de remodelamentos de imaginários e discursos punitivistas que são expressos em uma dinâmica que embala medidas conservadoras e embrionariamente fascistas. Além de gerarem demandas cada vez maiores por governos mais "eficazes", sinônimos de mais autoritários, que espelham a ocorrência do recrudescimento conservador de todo o país.

Palavras chave: Colonialidade, racismo, forma social escravista, cracolândia, Estado de insegurança

ABSTRACT

The year 2022 marked the beginning of a new phase in the so-called "Cracolândia" of São Paulo: the expansion of the flow (the term used to describe scenes of crack cocaine use) promoted by government actions led to a crisis that resulted in a state of insecurity in the city's central region. This crisis was sparked by a "rebellion" from a portion of the local population, who began to demand a more emphatic "final solution" to the problem. Significant events followed. The most emblematic was the proposal to move the State Government headquarters to the area. This initiative can be summed up in the aspiration, declared by the acting governor, to bring "power" back to the center of São Paulo, which implies the cleansing of the "undesirables" from the area. The aim of this thesis is to explore both the objective and subjective elements that have led to the current situation. The instrumentalization of subjects and the incitement of the population to crisis and insecurity in Cracolândia will be examined here as a magnifying lens. This lens will focus on the sub-subalternity of a Black majority that suffers from centuries of abandonment. The issue of land, which historically excluded the formerly enslaved from economic and social participation, gives rise to the condition of their descendants, who form and are the result of a process that began in colonial society. Today, the enslaving social form embedded in a "psychological structure of racism" positions the Cracolândia subject, for the useful and homogeneous part of society, in a "heterogeneous" condition of a zombie—neither alive enough to deserve life, nor dead enough to be discarded. This thesis seeks to understand how governments can be producers of imagined realities and punitive discourses expressed through dynamics that promote conservative measures and nascent fascist tendencies. Additionally, these dynamics generate increasing demands for "more effective" governments, synonymous with more authoritarian ones, mirroring the nationwide rise of conservative retrenchment.

Keywords: Coloniality, racism, enslaving social form, Cracolândia, state of insecurity

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	15
Episódio 1: Palmeiras imperiais e pessoas fumando <i>crack</i>	15
Episódio 2: A cracolândia do ódio.....	19
Episódio 3: Jogo dos sete erros.....	21
Episódio 4. Você não é skinhead, né?.....	24
INTRODUÇÃO.....	27
1. O QUE A CRACOLÂNDIA TEM A VER COM O MUNDO, O QUE O MUNDO TEM A VER COM A CRACOLÂNDIA DE SÃO PAULO.....	32
1.1 A crise de uma guerra permanente: neoliberalismo, globalização e a produção das vidas indignas.....	40
1.2. O alastramento de um câncer no coração da cidade: alguns enlaces históricos-geográficos até o panorama atual da cracolândia no território central.....	54
1.3. Higienização como parceria público privada e a retomada do espaço de poder.....	70
2. "NÃO EXISTE RACISMO NO BRASIL".....	80
2.1. A forma social escravista ou a culpa deve ser do sol.....	81
2.2. <i>Cracolândia</i> como dispositivo invisibilizador e o estigma do <i>crack</i> como máscara social.....	90
2.3 Zumbi: "a forma" da forma social escravista.....	95
3. UM ESPECTRO RONDA O BRASIL: O AUTORITARISMO COMO UMA FANTASMA COLONIAL.....	109
3.1 A estrutura psicológica do racismo.....	111

3.2 A necessidade do inimigo e o cinismo na democracia.....	122
3.3 Estado de insegurança, <i>cracolândia</i> como expressão.....	132
4. EPISÓDIO FINAL: REUNIÃO DE SÍNDICOS.....	136
4.1 Pausa dramática: Uma hetetodologia.....	140
4.2 Reunião de síndicos.....	148
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	169
5.1 Um problema sem solução?.....	172
5.2 Marielle sepultada em Gaza.....	174
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	176

APRESENTAÇÃO

Há aquilo que poderíamos chamar de uma 'universalidade de combate' e que consiste em se associar a um lugar do qual não viemos, habitados por pessoas que não têm nossas identidades sociais nem partilham necessariamente nossas formas de vida. No entanto, sabemos que a possibilidade de uma humanidade por vir, e creio que essa ideia faz cada vez mais sentido, depende de nós associarmos a elas e pensarmos a partir de seus lugares. (Safatle, 2024).

Episódio 1: Palmeiras imperiais e pessoas fumando crack

A minha história com a Cracolândia começa mesmo antes que eu me desse conta. Como filha de trabalhadores, nascida na zona leste de São Paulo e crescida no Tatuapé, fui enfrentar a São Paulo, que muito me falavam mas que desconhecia, de fato, na minha incursão que considero tardia à vida adulta apenas, matriculada já no curso de Ciências Sociais da PUC-SP, depois de atravessar a fronteira gigante, vejo hoje e pelo menos pra mim, que ligava meu bairro ao resto da cidade e do mundo.

Aventura que não realizei antes sob avisos que me soavam como ameaças e incluía a história de meu pai que tivera um colega assassinado, na década 70, "a luz do dia" em plena Praça da República. Recordei anos mais tarde, que no meu trajeto à noite de volta para casa, linha vermelha do metrô, Barra Funda sentido Itaquera, onde desembarcava no terço final, tentava imaginar o que faziam pessoas aparentemente comuns descerem e tomarem o sentido de um lugar tão perigoso como aquele. Onde, provavelmente, na minha cabeça, as 23:15 da noite, não deveria existir vida. Ou pelo menos, vidas "bem intencionadas", seja lá o que isso significasse na época.

Em tais ingênuas condições, de uma hora para outra, dentro de circunstâncias específicas que não cabe notar aqui, passei a fazer da Praça da República, esquina com a Rua Araújo famosa por abrigar a famosa, "a casa de todas as casas", *Love Story*, meu endereço e ali tomava o centro

como o meu lugar na cidade. O entusiasmo das novas possibilidades, e o que eu acreditava que elas poderiam me proporcionar, solaparam as inseguranças forjadas pelos avisos vindos das vivências e do imaginário dos mais velhos sobre “a cidade”¹. Ao menos parcialmente.

A verdade é que criei, a partir da minha relação com São Paulo e seu centro, onde transitam não só uma grande parcela de gente do resto da cidade, mas de outras cidades, outros estados e outros países, a minha compreensão de mim mesma, parcialmente apartada já daquelas outras compulsórias, todavia, sem nunca abandona-las inteiramente, porque não poderia ser diferente nas contradições que conferem isso que chamamos de vida subjetiva. Constituintes de mim como a própria carne de que sou feita, fui me fazendo como que síntese das questões anteriores com as que me foram colocadas, a partir de então, nessa experiência.

Consigo recordar o primeiro esfacelamento claro sobre as impressões que me foram emprestadas sobre a vida ali, e que aconteceram num mercadinho 24 horas de uma rede de lojas populares que já não existe mais. Ele se abrigava onde hoje reside um dos mais conceituados restaurantes da cidade, do país e, parece, que do mundo também. Lugar este, aliás, que nunca pisei até aqui apesar de ter galgado alguma “capital cultural” pela via da Universidade. Mas no mercadinho, que eu pisava quase todo dia, um dia, ou melhor, tarde da noite, eu pude compreender “a cidade”, mais do que no curso de ciências sociais. Pelo menos do “centro da cidade”. E também a motivação que levava meu pai chamar aquela fatia central de São Paulo de “A cidade”.

Foi numa fila longa num horário próximo a madrugada. Estava eu ali, de pé, a vasculhar o sentido daquela gente toda num horário não muito comum para provisão de mantimentos gerais de um lar. Isto porque de onde eu vinha era para isso um mercado. Ao menos era esse o sentido de quando

¹ “O conceito de ‘cidade’ se relaciona ao local de moradia da elite: o todo é tomado pela parte, ou seja, os bairros que compõe a imagem hegemônica de cidade.” (Villaça, 1999).

nos dirigíamos, geralmente, num sábado de manhã, a família, não exatamente a um mercado, mas a um *super* ou *hiper* mercado para as compras do mês. Abastecíamos a casa, na medida do possível, à despeito da necessária frustração e irritação densa deles na saída ao deixar quase metade do salário ali, resultados da consciência de classe média baixa da qual fazíamos parte e que eu não tinha muita consciência até então.

O sentido de catar uma ou duas coisas num mercadinho na madrugada vinha como um conceito novo, assim como toda aquela gente que misturava-se num trânsito apertado, com objetivos e intenções aparentemente bem dispares, num calcanhar da Praça da República. Eu que deveria colher ali algumas “laricas” para a madrugada, me via então diante de toda uma prolixidade de tipos humanos que nunca me ocorrera no meu pedaço de zona leste. Lembro ainda bem porque precisei elaborar um tanto sobre isto depois: uma senhora acompanhada de seus netos, travestis, “gringos”, um aparente pai levando fraldas para casa, “viados” fervendo de gole em gole suas bebidas e eu formávamos uma espécie de tipo ideal da fauna desta cidade que me era apresentada naquele momento de uma vez só. Eu que me sentia e ainda me sinto estrangeira - para não dizer estranha - no bairro em que cresci, entendia o sentido de pertencimento e começara a fazer dali, daquele supostamente perigoso lugar, o meu lugar.

A Cracolândia já existia no meu tempo da Praça da República, obviamente. Ela já existia há mais quinze anos antes de eu ir morar no centro da cidade, agora há aproximadamente também quinze anos atrás. Ela não existia para mim, como algo, como espaço, como pessoas, mas eu já deveria ter ouvido falar dela muito tempo antes, em algum lugar, de alguma forma, previamente antes de me dar por conta. O chamado “fluxo” que tem seu nome associado mesmo a ideia de fluidez, de trânsito, percorria as ruas com frequência, mas creio que de um jeito diferente do que passou a fazer à partir de 2022.. Era um período de um fluxo mais fluxo mesmo, menos encurralado e violentado penso e de seu cenário surpresa eventualmente numa rua que se virasse. Em especial pelos traçados mais estreitos da Santa Efigênia. Pela madrugada, tomava ruas maiores, cruzamentos,

sugerindo sempre um “recalculamento” de rota para quem o topasse. Não lembro, no entanto, que sua existência gerasse o ódio que reconheço hoje quando se referem a ele. Repulsa certamente, mas não sei quanto ao ódio.

A primeira vez que devo ter ouvido falar de “Cracolândia”, não lembro em exato, como disse. Ela deve ter me entrado por esses processos de assimilação não consciente como boa parte das coisas dessa vida, como aquelas que existem, “naturalmente”, “desde sempre” e só na metade da nossa existência, repentinamente, reconhecemos sua origem.. Mas lembro a primeira vez, portanto, que pensei de forma consciente sobre a Cracolândia. A ideia me cruzou de maneira mais elaborada numa visita guiada à Sala São Paulo, num evento organizado pela professora de artes do chamado, na época, ensino médio. Recordo do impacto do meu corpo de uniforme de escola pública completamente deslocado adentrando aquele espaço que para mim era no mínimo um tipo de coisa magnífica com o sentimento de quem sabe que só pode conhecer algo daquela altura por intermédio, por alguma mediação, nunca “naturalmente”. Como o que era a existência da Cracolândia. Se a entrada ali teve meu impacto com o suntuoso, lembro também que a saída fora o avesso disso e cercada de cuidados e preocupação por parte dos responsáveis. A preocupação girava em não expor os alunos, mesmo que de escola pública, aos perigos e a miséria que se exibia à frente da Sala como um outro tipo de espetáculo, bem diferente do que aquele que presenciamos pouco tempo antes.

Ali dentro recebemos uma aula sobre a história do espaço e sua transformação com a reforma para abrigar a Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo. Iniciativa dada como resposta à condição do maestro John Neschling, ao ser convidado a ocupar o cargo como regente. A OSESP não tinha sede própria, era necessário um “casa” fixa para ensaios e concertos e a Júlio Prestes entrava como resposta a esta demanda associando-se a um processo de recuperação e revitalização do edifício. Uma iniciativa de investir cultura no centro. Além de ter um formato muito propício, de “caixa” como dizem, para o que se pretendia.

Aprendi nessa visita que, para se obter uma das melhores acústicas do mundo a sala comporta em seu teto imensas placas móveis de 170 toneladas que movimentam-se para adaptarem-se a cada formato musical e que o custo do governo do Estado para isto, e para que elas não caíam nas cabeças de sua elegante plateia, mais a reforma do prédio (que transformou a antiga Estação Sorocabana dos cafeicultores paulistas, pensada em detalhes para dar integração entre os modernos e novos detalhes arquitetônicos à estrutura antiga, numa sobreposição "harmônica") foi de aproximadamente R\$45 milhões de reais.

A fala, nunca também esquecida, e que insere a Cracolândia na minha história, sem que eu ainda soubesse seria: “Imaginem que, além de enormes palmeiras imperiais, ela abrigava aqui a Cracolândia.” Foi assim, nesse “exercício” imaginativo, pelos anos idos de 2000 ou 2001, frente àquele luxo que orgulhava evidentemente a educadora do espaço, que parecia, por um motivo que não era evidente também na época, muito mais dela e muito menos meu, aos quinze ou dezesseis anos, que pensei sobre a Cracolândia. Imaginando, como sugestão dada, o passado daquele local sem a iluminação e as cadeiras hermeticamente projetadas com seus estofados hermeticamente escolhidos em prol também de “ganho acústico”. Seu cheiro e suas entranhas de madeiras, seus altos camarotes, seus 24 metros de pé direito e tapetes, abrigando “palmeiras imperiais”. E pessoas fumando *crack*.

Episódio 2: A Cracolândia do ódio

No início de uma tarde de Dezembro do ano de 2018, dia de plantão no hotel social em que trabalhava para atender pessoas da Cracolândia, atrelado ao Programa Municipal De Braços Abertos, saí caminhando até o SESC Bom Retiro em meu horário de almoço. Por ser um espaço cultural muito próximo e com preços módicos para refeições populares, o local muitas vezes era o destino para aplacar a fome das pessoas das equipes dos demais hotéis além da horda de trabalhadores da Assistência e da Saúde de todo o território. No caminho era feita a passagem pela “ponta” do

fluxo, na praça Júlio Prestes, adiante de onde se encontra ainda a entrada principal da Sala São Paulo e da estação de trem dali, que carrega o mesmo nome, era percurso obrigatório.

Há pouco mais de um mês das eleições que dera vitória à prefeitura para o candidato João Dória, que colocaria fim ao programa social em questão, um homem negro de, creio, pouco mais de cinquenta anos, vem em minha direção e me indaga aos gritos: “Satisfeita que o seu candidato ganhou?” e completa: “Daqui para frente esta é a Cracolândia do ódio!”, me diz, como em ameaça, virando em seguida as costas para que eu engolissem a defesa sobre a associação feita a minha pessoa. De certo que a leitura infligida por ele sobre as minhas roupas, os meus óculos, a minha pele branca e o meu jeito, mais a ausência do crachá de identificação como trabalhadora dali, dizia de nossas distâncias todas nessa cidade e nesse país. Ou quase todas.

Ele tinha certeza que estava certo e eu intuía e tinha receio que também estivesse. A Cracolândia do ódio veio e ficou, como avisara, mas talvez um pouco diferente do que nós dois tínhamos em mente naquela tarde. Quando ela veio eu a vivi como trabalhadora e ele como frequentador do fluxo e, provavelmente, usuário das políticas e dos programas que foram interrompidos ou modificados e como alvo principal da violência do Estado. A Cracolândia do ódio veio representada em inúmeras ações violentas na época para todos que estavam no território, obviamente, com uma enorme ênfase para as vidas indignas aterrissadas ali. A representação máxima da política ostensiva do período viria mais ou menos cinco meses depois daquela inesperada abordagem, mais precisamente em maio, em uma operação escandalosamente enorme, imitando os métodos repressivos de outra operação realizada anos antes, em 2012, e que ficou conhecida como “Dor e Sofrimento”.

Episódio 3: Jogo dos sete erros

No mesmo mês de setembro, só que dois anos antes, em 2016, encaminhei meu currículo me candidatando a uma vaga de “técnica especializada” num dos hotéis de moradia destinado à população em situação de rua e em uso de crack e outras drogas na região central de São Paulo. Tive noção da coincidência do mês embarcada já no trem da CPTM em direção a Luz. O mesmo trem que pegaria depois de assumir o mesmo cargo naquele ano, que marcaria o início da mais complexa jornada de céus e infernos e que me levou à escrita da dissertação de mestrado “Uma sala-de-estar na Cracolândia ou uma heterotopia De Braços Abertos” (2019) que narrou parte da minha experiência como trabalhadora ali. Agora, os movimentos de uma nova crise na região, a partir de 2022, me conduziam a mesma Estação da Luz, para uma conversa relacionada a minha pesquisa de doutorado.

Marquei com a V. na “Estação Pina”, equipamento cultural no denominado “território da Cracolândia” colado ali na Sala São Paulo, de frente a Praça General Osório, não existente na minha época no programa. Chego quinze minutos adiantada, saco um cigarro para tragar esse tempo enquanto me certifico da entrada do local e me vejo refletir nas palavras da porta de vidro: “Museu da Resistência de São Paulo”. O reflexo da porta me espelha também a cena da famosa Praça da Luz, espelha o bar do Clóvis ao fundo e a esquina da Rua Triunfo, onde existia o equipamento social em permaneci até início de 2018. Me viro procurando reparar nos detalhes esquecidos e desvendar as recentes mudanças como num jogo de sete erros. Percebo mais do que sete diante de mim, que poderiam passar despercebidos para alguém não íntimo daquela localidade tamanha a marca que a Cracolândia impõe. Penso que se não é possível mergulhar duas vezes num rio, não o é também num fluxo de gente e nem próximo a ele.

Acabo a reflexão sobre as novidades espremendo a brasa do cigarro na parede, atravesso o espelho de porta e me deparo com um saguão elegante, moderno e minimalista, características presente geralmente nesses

equipamentos culturais do centro de São Paulo e que contrastam fortemente com o exterior da rua. Aliás, penso agora que deve existir de fato um esforço, arquitetonicamente traçado, para realizar uma ruptura na experiência do dentro e fora desses locais. Lembro com nitidez e certeza de atravessar inúmeros verdadeiros portais sempre que entrei num ambiente desse tipo na cidade, como aquele da Sala São Paulo que tanto me impactara, e ver que em rápidos segundos tudo se transforma abruptamente para que se consiga alcançar com elegância o saber e a erudição sugeridos pela cultura que toma seu interior. A temperatura de fora, por exemplo, que marcava num rude painel eletrônico 33 graus, era sentida, sem alarde quase ,abaixo da casa dos 20. A presença do luxo e do cheiro confortável da madeira, sempre presente no chão, rodapés, móveis, molduras contrastavam a precariedade e a brutalidade da quantidade de cimento de fora. Grandes janelas, iluminação indireta ideal, silêncio. Assim, sai-se de uma cidade latino americana e cai-se vertiginosamente na Europa em milésimos de segundos.

V. me cumprimenta porque me reconhece na roupa azul que vestia, o que detalhei por mensagem antes de lembrar que por 24 horas do dia carrego uma câmera inteiramente à disposição no aparelho celular e que poderia enviar diretamente uma foto do meu rosto pela aplicativo de comunicação. Comentamos do lapso e desse e de outros hábitos antigos e sentamos na parte externa-interna, existente do outro lado da sala de recepção que atravessamos e que da para o amplíssimo estacionamento da casa de concertos ao lado, em mesas embaixo de ombrelones, para iniciar o que seria a primeira entrevista da minha pesquisa. Decido comprar águas e preciso me deslocar para isso até a lanchonete no interior da Sala São Paulo.

Passo pela catraca. Confiro que ainda tenho registro de entrada ali mesmo depois de muitos anos – a Sala São Paulo, mesmo antes da minha estadia na região como trabalhadora e bem depois da minha primeira visita do colégio, se transformara numa espécie de lugar favorito da cidade. Peço duas água, acho prudente levar também dois alfajores, um para segurar minha pressão que vacilava na alta temperatura, outro para agradecer a boa

vontade de V. Valor gasto nos quatro itens: Cinquenta e quatro reais, que preciso apelar ao cartão de crédito que indicam sem receios o público frequentador dali. Agradeço a imensa disposição de V. em estar ali numa tarde de um dia seu de folga do trabalho e penso que, por mais gentileza que se tenha, deve existir uma vontade e um interesse mesmo em falar do assunto. A conversa transcorre confirmando essa ideia. V. fala por pouco mais de duas horas me fazendo abrir mão do tempo pré-calculado e da necessidade de qualquer roteiro pré-estabelecido sobre o assunto.

V. mora nessa região num dos condomínios erguidos em parceria público-privada, empreendimento que eu mesma vi sendo construído à medida que a cena de destruição propiciada pelos dias de João Dória na prefeitura da cidade, que se estendera até meus últimos dias ali, e colocava abaixo o projeto que sustentava a moradia social na qual trabalhava. O mesmo condomínio que, minutos antes, na porta do museu, eu ficara observando como um dos “erros” fundamentais da mudança de paisagem. Por conta também de tal empreendimento o fluxo fora deslocado de onde ficava, frente a Sala São Paulo, no que foi o início de outro processo de revitalização. O espaço que hoje abriga uma praça, de fato (entretanto cercada por grades), do outro lado o condomínio de V., teria sido o antigo Terminal Rodoviário da Luz, entre as décadas de 60 até 80, que levou uma população diversificada para a região.

V. que é trabalhadora do SESC Bom Retiro, local em que almoçava na época de trabalhadora, localizado a aproximadamente meio quilômetro de onde nos encontramos, e de sua casa, vivia já ha quatro anos numa das cinco torres do Complexo Júlio Prestes. Como característica positiva de lá citou a gama de lojas dentro do próprio condomínio que oferecem produtos e serviços diversos, o que minimiza a necessidade de circulação dos seus moradores pelas ruas da região. V. nasceu e cresceu em um bairro do extremo-leste da cidade, próximo a Diadema. A distância entre a sua antiga residência foi o elemento que a colocou em posição de disputa pela vaga no programa de moradia de um dos apartamentos que hoje é seu sonho de casa própria realizado.

Episódio 4. Você não é skinhead, né?

Um mês antes do episódio acima, em uma determinada madrugada fria de sábado, aciono um aplicativo de carros para tomar sentido a minha casa, na região localizada, na zona leste da cidade. Depois de um encontro com alguns amigos, no centro de São Paulo, embarco no automóvel de um jovem motorista de cerca de, no máximo, trinta anos. Nos cumprimentamos amigavelmente, trocamos algumas palavras ainda nos primeiros metros até o primeiro farol, ao tempo que passo a reparar em sua armação de óculos, na jaqueta que veste, no cabelo, no desenho da rente barba que encobre pouco do seu rosto branco e um ligeiramente roseado do frio. Faço de forma semelhante, talvez, como fui na frente do fluxo, anos antes. Tento identificar aquela composição toda e o que me diz o “estilo” do rapaz numa busca de alguma identidade, provavelmente, sobre o sujeito que me levava para casa.

Por algum motivo específico sua jaqueta me chama à atenção. De um tecido cru e pesado, carrega certa inscrição nas costas que transborda pelas laterais do encosto do banco do carro que dirigia. Tento ler as letras que escapam. O veículo, que acompanhava o fluxo de parada dos demais, se aproxima do cruzamento da Avenida Duque de Caxias com a Avenida Rio Branco, de frente, bem ao fundo, um cenário característico central e familiar a mim: O prédio da linda e suntuosa Sala São Paulo iluminado. O prédio que ficava há aproximadamente 150 metros do Hotel em que trabalhei como “técnica especializada” do programa municipal, destinado a população vulnerável de rua e em uso de *crack*, De Braços Abertos.

Pergunto a ele, ainda por conta da jaqueta, se era *punk* – essa teria sido a referência primeira ou a expectativa aguçada pelos meus sentidos para alívio de qualquer sentimento de insegurança. Faço indicação à jaqueta e ele comenta não saber o que diz a inscrição nas costas. Faço uma pergunta semi-retórica questionando se era então um *skinhead*: “Não é skinhead, não, né?”. Olhando para o celular, largo uma risada incabível e avexada na sequência, o que torna a pergunta uma brincadeira ou uma tentativa de, como que para descontrair o peso da indagação fora de hora.

Aguardando com ansiedade uma negativa taxativa também, como a que veio em troca do questionamento anterior.

Um estrondo no vidro do passageiro à minha frente me assusta, o corpo de uma pessoa entra parcialmente pela fresta possível da janela, agarra o celular do motorista, que tem o aplicativo acionado com a minha corrida em andamento, e uma luta de também poucos segundos pela posse do aparelho acontece ali na minha frente - tudo muito breve. O motorista vence. Com o celular já em mãos, olha com alguma convicção para trás, não na minha direção, mas parecendo mirar o meio do para-brisa traseiro, e engata ré em alta velocidade rapidamente, aproveitando a falta de bloqueio por qualquer outro veículo atrás do seu e a minha total falta de entendimento sobre todo o acontecimento presente. Breca. Sem acreditar na sequência, pergunto: “Você iria atropelar ele?”, no que me responde que não, “era só para dar um susto” e sorri.

Não consigo sustentar qualquer sequência verbal, volto o meu olhar completamente desatento para o celular como querendo escapar daquilo tudo por uma brecha qualquer e não ignoro que a porta do veículo seja uma opção. Entretanto, me abstenho de um movimento de saída devido a nenhuma coragem em realizar qualquer gesto, o que é denunciado pelas minhas pernas. Questiono a mim mesma, como que se estivesse a interpretar mal as coisas, se aquele desenrolar teria a finalidade que compreendi. Lembro da penúltima pergunta que dirigi ao meu condutor e dou como cumprida a minha resposta. Olho para a mim mesma e indago o que meu corpo de mulher lésbica meu jeito masculinizado podem representar ali.

Acabo por concluir pertinente mandar minha "localização em tempo real" para os amigos que acabara de encontrar, digo não acreditar na sequência experimentada dentro do carro que embarcara e que quero comunicar a minha segurança quando chegar ao destino final. Eu e ele acordamos silenciosamente não trocar mais uma palavra durante o trajeto todo que acabara se tornando relativamente mais longo do que aquele que

havia sido calculado pelo tempo do aplicativo porque tomou a medida do nosso longo mal estar.

INTRODUÇÃO

Com mais de 20 milhões de habitantes, a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) é hoje uma das cidades-mundo do planeta. Isso significa que circulam por ela não apenas os que vivem em seus limites físicos - 900 quilômetros quadrados de área urbanizada, em 39 municípios -, mas também habitantes de outros cantos do país, do continente e do mundo. Centro de produção, distribuição, gestão e logística de uma rede de empresas e corporações que atuam esferas regionais e globais, São Paulo é um imenso mercado, turbinado pelo número de pessoas que abarca: moradores, visitantes físicos ou alcançados por suas redes digitais. O tamanho da cidade e a vastidão dos espaços por ela alcançados englobam uma heterogeneidade de territórios: É uma cidade de mil povos, capital financeira, cidade conectada no mundo virtual e real das trocas globais, potência econômica do país. (Rolnik, 2022, p. 23)

A última cena narrada acima acontece no mês de junho do ano de 2023. Ela não é uma cena de violência isolada na cidade de São Paulo, ela é mais uma das inúmeras cenas violentas que se apinham motivadas, aparentemente, pelas mais "diferentes razões" como todas as que acontecem diariamente nas grandes cidades do mundo todo. Entretanto, o que deve ser enfatizado com o caso, é que tampouco tal situação passa como cena isolada no contexto da região central desta cidade nos dias de hoje, em particular nas imediações da "Cracolândia".

Em pleno centro de São Paulo, os moradores presenciam uma rotina de tiros e corpos estendidos no asfalto, situação que nos anos 1990 e 2000 eram restritas à periferia. Nos 15 primeiros dias do ano, três pessoas foram mortas, e outras duas, baleadas entre a praça Júlio Prestes e a estação da Luz. Segundo a SSP (Secretaria da Segurança Pública), os mortos seriam suspeitos de tentativas de assalto. (Folha de São Paulo, 18.01.2024)²

A presente pesquisa nasce após o irrompimento do que identificamos, assim, como uma *crise* na denominada "Cracolândia paulistana". Iniciada em meados de 2022, juntamente a Operação Caronte³ que desencadeou uma

² Fonte: Cracolândia: 3 mortos e dois baleados em quinze dias: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/01/regiao-da-cracolandia-tem-tres-homicidios-e-dois-baleados-em-15-dias.shtml>:

³ A ostensiva "Operação Caronte" ganhou destaque ganhou grande apoio popular pelos meses que se seguiu. O curioso nome da operação faz alusão, ao barqueiro de Hades, que na mitologia grega era quem transportava as almas para o mundo dos mortos. Os gregos acreditavam que, ao morrer, só poderiam adentrar no mundo dos mortos com a ajuda de Caronte.

série de ações do Estado que levaria o fluxo a seu desmembramento ou desterritorialização pelas ruas da cidade. Tal fenômeno marca um momento novo - ainda que possamos considerar *crise* um elemento constante na região central da cidade na localidade em que se confere a presença de tal Cracolândia, que viceja com menor ou maior intensidade em momentos específicos. Ainda que possamos, da mesma maneira, considerar a própria existência da Cracolândia também como dado ou sintoma de uma crise mais ampla: seja de um modelo urbano, de gestão da cidade, como efeito de reiteradas políticas de exclusão social e como sinônimo daquilo que denuncia todo o sistema econômico-político e social global atual dentro daquilo que cabe chamar de colonialidade.

Meses depois da quarta e última cena narrada na introdução, vivida com o motorista de aplicativo, há poucos metros dali, num domingo à noite, um motorista realiza um atropelamento em massa⁴ e foge deixando dezesseis pessoas caídas na via após reagir e perseguir uma pessoa também a uma tentativa de assalto. Um mês antes desse outro episódio dois homens foram baleados por um policial civil após abordarem um motorista⁵, igualmente, há poucos metros da cena do atropelamento coletivo, em uma suposta reação a outro roubo.

Dentro desta sequência, ademais, merecem destaque situações outras de violência na região⁶, para além do crescimento de roubos⁷, assaltos saques e arrastões⁸, para a qual são imputadas, pela opinião

⁴ Atropelamento na Cracolândia deixa 16 feridos. Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/10/22/atropelamento-na-cracolandia-deixa-mais-de-dez-feridos.ghtml>

⁵ Pedestre e suspeito de assalto são baleados em novo tumulto na Cracolândia. Fonte: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/08/19/pedestre-e-suspeito-de-assalto-sao-baleados-em-novo-tumulto-na-cracolandia.ghtml>

⁶ Furtos e agressões crescem no entorno da Cracolândia em 2023. Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/furtos-e-agressoes-crescem-no-entorno-da-cracolandia-em-2023/>

⁷ Número de roubos no Centro de SP bate recorde nos oito primeiros meses de 2023; índice é o maior dos últimos 22 anos. Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/10/26/numero-de-roubos-no-centro-de-sp-bate-recorde-nos-oito-primeiros-meses-de-2023-indice-e-o-maior-dos-ultimos-22-anos.ghtml>

⁸ Após arrastões na Cracolândia, lojas aumentam segurança e restringem acesso. Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/apos-arrastoes-na-cracolandia-lojas-aumentam-seguranca-e-restringem-acesso/>

pública e pela mídia as “respostas” ações que são atribuídas aos alcunhados “crackeiros”, “nóias”, ou, mais popularmente, *zumbis*. Como a que aconteceu a um ônibus de passageiros e a um caminhão de lixo⁹, episódio este que foi classificado como “chocante” pelo sindicato que atende os profissionais de coleta da cidade. Além do caso de grande repercussão do assassinato de um porteiro de um dos edifícios da região¹⁰.

Todos os acontecimentos acima fazem parte das ocorrências de cenas de hostilidade diversas que se tornaram mais regulares, pelos diferentes agentes que circulam por ali, à partir especialmente do mencionado ano. A violência sempre foi atributo característico dessa região, não apenas exclusivamente nas ultimas três décadas, desde que se formara a chamada “cena de uso” de venda e consumo de *crack*, como imagina o senso comum e como indicam as inúmeras e famosas operações policiais que ficaram conhecidas por suas truculências, mas, antes, desde que ela deixara de ser “área nobre”, dos ricos barões do café. Desde que passou a acolher uma parcela variada de sujeitos de diferentes localidades na busca por “oportunidades”, vindos não só de outras áreas da cidade e do estado, como do país. Como se a pobreza, ela mesma fosse o elemento fundante das dinâmicas que resultam em ameaças não só ao patrimônio como de eliminação da vida.

A tradicional visão genérica da pobreza alia-se a um outro legado da sociedade brasileira que pouco tem se importado na sua história com a questão territorial, o chão das relações entre os homens, onde se concretizam as peculiaridades, as diferenças e desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais. No máximo, até hoje, considera-se o âmbito das cidades e raramente as parcelas internas destes territórios. (Koga, 2011, p. 19)

Deveria ser desnecessário dizer que a violência não é elemento intrínseco a falta de recursos à manutenção à vida e que, na maioria das vezes, é a ela, a pobreza, ou melhor, às vidas que dela estão impregnadas, o elemento ameaçador que impõe condições de aversão, proteção e exclusão.

⁹ Multidão depreda ônibus e até caminhão de lixo na Cracolândi. Fonte: <https://oglobo.globo.com/brasil/sao-paulo/noticia/2023/07/11/multidao-depreda-onibus-e-ate-caminhao-de-lixo-na-cracolandia-pm-reage-com-bombas-e-bala-de-borracha.ghtml>

¹⁰ Fonte: Porteiro é morto após roubo na região da Cracolândia: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/08/16/porteiro-e-morto-durante-roubo-na-regiao-da-cracolandia.ghtml>

Nesse sentido, a violência característica dessa fatia da região da cidade se faz desde o início de seu histórico de formação como reduto dos “desclassificados”, em especial, via ações do Estado, na tentativa de controle dos *instintos* da “maldade” de onde “brotam” os riscos à população e ao “cidadão de bem”. Na mesma medida que a brutalidade está na predisposição destes grupos também a falta de salubridade, como apontam as intervenções higienistas. Constitutivas das primeiras composições do urbanismo das cidades, notadamente, nas primeiras décadas do século XX (Cordeiro 2009), a contenção destas frentes foram assumidas pelas funções governamentais com o foco especialmente em tais populações. Ambos os controles, de tal forma, assumem as facetas de atuação dos governos sobretudo nas cidades e adensam suas características nas regiões em que as populações pobres predominam.

Tomamos como princípio que, na nossa perspectiva, a pobreza é quase sempre a máxima encobridora, a máscara, ainda que muitas vezes evidente, das camadas de violências que sofrem os enjeitados e de onde partem, quase sempre, as demais violências que tomam o tecido social. Todavia, disto decorre em não assumirmos a tese daquilo que Adela Cortina (2020) indicara até então de “chaga sem nome”, e classificara em consequência como *aparafofia*, que “É a fobia do pobre o que leva à rejeição às pessoas, raças e etnias que habitualmente não têm recursos e, portanto, não podem oferecer nada ou parecem não poder fazê-lo” (p.26).

Nesta tese desconfiamos da redutibilidade de qualquer “pureza”, se assim se possa dizer, do conceito marxista de luta de classes embutido a um “marxismo clássico” e que a complexidade dos debates atuais nos indica não dar conta. Preferimos assim a ampliação do conceito ao seu plural, como “retifica” Maurício Lazzarato (2022), em que a perspectiva abrange mais enfaticamente o lugar de poder na disputa entre brancos e racializados.

A pobreza, assim como o *crack* aqui, são lidos por nós como “máscaras”, como sugere Jessé Souza (2021), que encobrem, no Brasil, sobretudo o racismo. Resultado das vidas que não fazem parte das que são

escolhidas para a constituição da uma nação e sobre as quais não são possíveis reconhecer os vínculos “visando à formação de sua identidade nacional” (Franco, 2022, p. 113). Embora concordemos, com Cortina obviamente, de que “existe uma relação de assimetria, de que a raça, a etnia, a orientação sexual, a crença religiosa ou ateia de quem despreza sejam superiores às de quem é o objeto de rejeição” (Cortina, 2020, p. 26).

Raça é o eixo fundamental que faz funcionar a máquina de controle que divide a espécie humana em grupos e define, portanto, os que devem morrer e os que devem viver. Assim sendo, deve ser sobre tal ou tais relações de assimetria ao que se volta esta tese, como será apresentado no seu decorrer, e de como o Estado incide sobre elas, no manejo nos processos de subjetivação e verdade, em prol de si e do Capital.

Para isto devemos assumir nossa proposição primeira em relação ao presente na região da cidade de São Paulo: A de que os eventos recentes, o que assinalamos já aqui e se somam a muitos outros cotidianamente ,inclusive em ações de hostilidade menores ou menos visíveis, como a que vivenciada dentro do carro de aplicativo na ameaça de atropelamento (que chegam a ser midiaticizadas ou tomadas ao conhecimento público) são decorrência de uma crise instaurada a partir de ações governamentais na região. Nossa justificativa refere-se justamente ao argumento de que tais ações desencadearam não só uma nova movimentação e uma nova característica para a existência do chamado *fluxo* como a incrementação de novos tensionamentos por todos os que, a partir de tal interferência, dividem este território.

1. O QUE A CRACOLÂNDIA TEM A VER COM O MUNDO, O QUE O MUNDO TEM A VER COM A CRACOLÂNDIA DE SÃO PAULO

A Cracolândia paulistana é ponto central desta pesquisa, fenômeno essencial, intrínseco e exato à questão da crise analisada. Exato no sentido que se trata de algo singular por demais, por amplas camadas de especificidades e, justamente por tais, é que se desdobram as vastas possibilidades de crise que podem se associar a ela. Vastas porque a “Cracolândia” está inserida fisicamente e virtualmente num mundo globalizado, e o que diz sua representação nele fala justamente do país, da cidade e das relações que estabelecem tanto neles quanto no mundo. Assim, tomando a perspectiva de leitura do processo de colonialidade do país e do mundo, chegamos a construção também da ideia de que a Cracolândia faz parte de um *sistema-mundo* que tem suas raízes no passado colonial. É o que defenderemos.

Se a colonialidade é uma relação de poder, e “o poder é parte integrante das práticas discursivas relacionadas ao espaços (...) e as relações poder-saber que atravessam os espaços” (Ritter, 2018), então a teoria da colonialidade, poder para nós é uma teoria também sobre espaços e, por sua vez, os espaços reveladores das relações entre os sujeitos na colonialidade presente. Colonialidade naquilo que Anibal Quijano defira mais especificamente como *colonialidade de poder*, ou seja, da teoria da colonialidade que se baseia na “imposição da ideia de raça como instrumento de dominação” (Quijano, 2005, p.136) e fator intrínseco às relações de poder dentro de um Estado-Nação. Por isto mesmo, nos faz sentido partirmos dele para examinarmos a relação dos aspectos tanto presentes em torno da cracolândia como dela com um todo.(p 40).

“Cracolândia” é o termo mais comum dado ao fenômeno a que estamos nos referindo e que o leitor ou leitora, se tiver como uma de suas características a marca de ser original deste solo nacional chamado Brasil, consegue, sem que se precisasse começar a traçar suas linhas de contorno, saber e mesmo visualizar o seu retrato. Em relação a este termo

exploraremos mais para frente uma outra questão. Trata-se, apesar de seu largo uso e sua aceitação em diferentes lugares, de um incômodo que, talvez justamente por sua fácil admissão e falta de questionamento, mereça, no mínimo, ser compartilhado e confrontado. Sobre o que chamamos de “Cracolândia” e o que faz dele um fenômeno, uma noção, um conceito urbano dotado de camadas de singularidade, especialmente em São Paulo, não partilharemos de nenhuma construção exata, estrita, se é que ela exista, senão tentaremos traremos algumas interpretações nesse decorrer que somadas digam desta sua complexidade.

Nosso objetivo é adiante questionar o termo e também interrogar o seu entendimento e assimilação coletiva. Daí que resulta uma hipótese de que o pacto sobre a “ideia” de Cracolândia funcione como uma espécie de “dispositivo desaparecedor” (Franco, 2021) ou “máscara” (Souza, 2021), *campo* dos zumbis ou de *mortos-vivos*, como diria Mbembe. Não por uma compreensão moralista sobre a os que estão ali fazendo uso de substância, mas pelo motivo de que através do termo encarna-se a extinção de pessoas e subjetividades que não são consideradas com tais: *mortos vivos*. Ou vivos apesar de mortos.

O sentido dele entrará na análise e procurará ser debatido em sua base de compreensão socialmente aceita sem desejar construir em seu lugar uma outra nomeação, se não, à princípio, apontar para sua problemática e como ela se liga nos dias de hoje sobre o território em que está situada, com a crise mencionada e com a expressão de relação de vínculo social. Portanto, queremos indagar, nesse sentido, o que está por detrás desta nomenclatura e o que ela desdobra socialmente e territorialmente, por fim, sobre o fenômeno a qual ela se refere. Nas palavras de Aluíso Marino, coordenador do Laboratório Direito à Cidade da Universidade de São Paulo:

(...) a própria ideia de delimitar esse lugar como Cracolândia ela é uma justificativa para uma série de iniciativas e operações extrajudiciais, ilegais e que são muito complicadas se não fosse esse estigma. É importante pensar que o nome carrega essa função, essa função de delimitar um lugar marcado para morrer.” (Marino, min.22;23. 2023)

A letra maiúscula retirada do início da palavra *cracolândia*, daqui para frente, tentará fazer uma espécie de enfrentamento ao “nome próprio” que representa, e o itálico associado a palavra em todo o texto entrará como recurso estilístico para assumir uma lembrança de desconforto em relação ao termo nesta tese que seguirá.

Quanto a ideia ou noção de *crise*, justamente pelo seu caráter multifacetado, exaustivamente debatido, ao mesmo tempo de onde proliferam ainda e cada vez mais, aparentemente, discussões em especial no campo das humanidades do tempo presente. Trabalharei algumas linhas até que se chegue num outro sentido que nos caberá adiante como conceito desdobrado de estado de insegurança do autor camaronês Achille Mbembe.

Não porque desejemos recolher daquela noção qualquer caráter utilitário que prescindia do seu arcabouço histórico de seus variados sentidos e conceitos e de como eles foram se moldando e moldando as próprias identificações das crises, mas porque sua historicização e as transformações de sentido podem trazer menos para nós frente a uma conceituação mais “atualizada” aqui que diga, não apenas da *cracolândia*, mas de nossa época. E, também, de como este território se liga, dentro do espectro teórico que teremos de base, às demais *crises* atuais que acontecem agora pelo mundo globalizado, considerando que “É da relação à experiência viva, da relação à vida concreta e ativa do homem, que o sentido de crise retira a sua real dimensão de decisão e aplicação” (Portocarrero, 2012, p. 27)

Assim, não fugimos da base da história semântica do conceito de crise como proposta por Koselleck (1999; 2006) e da noção da diversidade de seus usos em contextos distintos “como arma de combate político, bem como na compreensão e avaliação do tempo histórico” (Maia, 2023, p.235). Neste sentido, vamos também ao encontro do desejo de atravessar as “fronteiras” que limitam à *cracolândia*: O que procuraremos trazer como discussão e análise de um contexto não tem a intenção de se encerrar em si mesmo apesar de adentrarmos as suas características singulares. Deve funcionar como lupa, “lente de aumento”, para as demais questões do nosso

país e dizer dos tentáculos que as amarram, dentro da *perspectiva dos vencidos*, as demais questões de composição de um sistema-mundo.

A ideia é conseguir poder expor, o que as questões que esta área urbana da cidade de São Paulo têm a ver com Gaza, por exemplo. Que iria no mesmo sentido também da intenção de se pensar o que os guetos do cinturão negro norte-americano teriam a ver com os guetos judeus sob o regime nazifascista ou o que os judeus e muçulmanos teriam a ver com os “muçulmanos” dos campos de concentração de outrora, e estes com os palestinos massacrados de agora. O que as populações indígenas têm a ver com os milhares de refugiados que arriscam suas vidas e de seus familiares em travessias pelo globo e o que estes tem a ver com o nosso próprio passado escravagista e daquilo que ele se tornou no presente – como a *cracolândia*, centro de nossa tese. E assim por diante.

Claro que também não temos o objetivo – que seria em vão – de desenrolar as especificidades que fazem com que cada grupo e situação mencionada ocorra, senão sugerir o que as fazem ter de “comum” nos dias atuais, no mundo “neoliberalizado”. Poderíamos, nesse sentido utilizar as mesmas palavras que Deivison Faustino utilizou para se referir à *A Questão Palestina* de que “sob todos os pontos de vista, não é apenas palestina, mas de todos os povos oprimidos e explorados do mundo, em um momento em que a generalização da guerra se apresenta como possibilidade de gerenciar a crise estrutural do capital.” (Faustino, 2024).

Não terá esforço o leitor de identificar a perspectiva de que partimos aqui, se já não o fez nestas poucas linhas introdutórias. Nossa base de leitura sobre este mundo, embora haja muitas, é para nós a única que consegue reunir aqui os necessários pontos que convergem *num* sentido de moldar a complexidade da existência da vida dos que são considerados indignos de uma vida a ser vivida, os sub-humanos, as “subjetividades submissas” (Lazzarato, 2018). A nossa referência, portanto, é de uma realidade que perpassa não apenas a realidade presente que nos é dada como fenômeno, mas se amplia para o passado, enquanto História, a ser

recontada ("a contrapelo", como nos alerta Walter Benjamin) pelo advento da modernidade, e da forma econômica-social que o moldou: a colonialidade. A mesma que fez o compositor afirmar que o "Haiti é aqui" sem que muitos que nunca pisaram no Haiti deixem de saber o que o famoso verso significa.

A teoria que lança luz sobre os aspectos presentes no mundo à continuidade sobre o período colonial, embrionário do capitalismo, especialmente da perspectiva da *colonialidade do poder* introduzida por Aníbal Quijano, é a possibilidade de interpretação diferencial da realidade, dos terceiros e quartos mundos do mundo, pois "destaca a especificidade da luta de classes entre brancos e racializados". De seus pesquisadores, intelectuais, estudantes e cidadãos poderem contar os seus vencidos, dos seus vencidos e da História dos Vencidos, sem a necessidade imperativa de se afirmar nas teorias europeias que sempre nos diferiram, embora fazendo uso delas quando condizente, se desejarmos, como também, faremos aqui

(...) o passado colonial continua sendo a matriz relacional do mundo Ocidental hoje. Tal matriz não termina na formação dos Estados-nação, tampouco nas guerras coloniais. Ela perpetua-se na própria organização do sistema capitalista que, como apontam diferentes autores (MBEMBE, 2016; BUCK-MORSS, 2011), encontra no sistema escravocrata a sua fórmula germinal. (Kiffer; Fernandes, 2021, p. 771)

Assim chegamos ao essencial que nos fez enxergar a problemática atual de tal crise e querer compreendê-la: O desejo de eliminação do outro. Aqui, para nós, esse *outro* que ocupa as *cracolândias*, e assim, pensar quem são os que manifestam esse desejo de eliminação, depurar um pouco do que são feitas e se mantêm essas subjetividades desejosas da inexistência dele e como ela se desdobra em um *nós* - um "nós" que vai contra "eles". Não nos resta dúvida que essa subjetividade, no Brasil, é conformada pela sociedade pós-colonial que se formou aqui e que tem agora o que Muniz Sodré chama de *forma social escravista* (Sodré, 2023), ainda que dentro da dinâmica da sociedade moderna capitalista.

Nesse sentido discorreremos sobre uma peça importante de dado histórico que parece ser um bom marcador para entendermos aqui o irrompimento da dinâmica de poder que buscou-se então chamar de *forma*

social escravista na contemporaneidade: a Lei de Terras. Ela fundamenta, no fim do período colonial e início da República a *luta de classes* que desdobra-se na atualidade:

País territorialmente segmentado e controlado por oligarquias latifundiárias, não houve aqui um pacto fundacional dos estados, e sim uma transformação multissecular da empresa colonial das origens - realizada por latifúndio monocultor e regime escravista, no lugar do Estado - em território nacional. (Sodré, 2023, p. 37)

O que sabemos e queremos remontar, à partir dessa perspectiva, é a forma do que seria o resquício das dinâmicas e interações sociais de uma sociedade colonial nos tempos atuais, perpetrada como herança que solidificou o racismo no seio da sociedade, mas que no caso brasileiro, utiliza-se de máscaras para convencimento da sua inexistência, o que significa, por sua vez, a continuidade da herança do projeto de branqueamento do país.

Um exemplo recente do imbricamento destas duas heranças, importante talvez de ser mencionado, seja sobre o resultado do Censo de 2022 que indicou a auto-declaração de uma maioria parda na população pela primeira vez na história deste levantamento nacional¹¹. Esse dado demonstra o que aparenta se esconder nele próprio: a autodenominação de negros e negras pela nomenclatura de um projeto racial político branco apoiado na tentativa de apagamento de uma identidade negra.

Essa tese pretende também ser uma recordação de que eleição à presidência da república de Jair Messias Bolsonaro deve colocar, mais do que nunca, as parcelas progressistas em alerta permanente, não como se os anos de 2019 a 2022 fossem poucos em resultados catastróficos. Ao contrário, e inclusive pelo que foi possível comprovar, a força motriz do conservadorismo e de seu vizinho autoritarismo, se antes adormecidas, acordaram e parecem não mais dormir antes que seu projeto de país seja,

¹¹ Fonte:Censo 2022: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda>

de fato, levado a cabo. Pela nossa perspectiva, esse projeto, tão antigo quanto os fundamentos da velha-política colonial, fora só atualizados de mãos através de gerações e se encontra na mesma classe que dos conquistadores que por sua vez, se utilizam de outras máscaras, uma delas a de uma nova política, todavia, tão conservadora quanto a velha História do próprio Brasil.

Portanto, se o Brasil pode ser apontado hoje como “laboratório da extrema-direita global”, como afirmou Caldeira Neto (2022)¹², especialmente sob a marca deixada pelo governo de Jair Messias Bolsonaro, a *cracolândia* de São Paulo nos interessa como fenômeno de lente de aumento. Defendemos que dali possa ser possível olhar o encravamento na sociedade da herança colonial e sua imbricada relação com o autoritarismo e protofacismo brasileiro, da mesma maneira que o seu momento atual pode ser revelador quanto a efetivação de extrema-direita via racismo e “culpabilização racial” sobre as questões políticas e sociais brasileiras. Seguindo esta linha, nosso interesse aqui é indicar de que forma tais situação podem determinar outras ações práticas que induzem na corroboração deste poder do Estado dentro de sua lógica de operação de poder *necropolítico*, para uma parcela desses sujeitos, que garantirá a defesa de privilégios de classe e raça.

Nos interessa aqui tratar especialmente do conflito latente entre os que vivem no território da *cracolândia* de modo a coloca-lo na compreensão sobre *lutas de classes*, em que o racismo tem lugar privilegiado, onde se intensificam tensões na medida em que o Estado não se firma como garantidor de direitos de uma população vulnerável e passa a privilegiar a gestão da cidade *com* e *a* favor do mercado, acionando um *estado de insegurança* tal que mobilizará os afetos da população como instrumento de um processo de reconfiguração do espaço urbano da cidade de São Paulo e do lugar de poder simbólico e material.

¹² Fonte: Brasil é laboratório da extrema direita global": <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/625477-brasil-e-um-laboratorio-da-extrema-direita-global-entrevista-com-odilon-caldeira-neto>

Além de considerarmos a noção de *lutas de classes* no sentido proposto por Lazzarato aqui, adentraremos adiante no aspecto em que consideraremos a perspectiva de Estado nos utilizando da teoria de Georges Bataille, especialmente no que se refere ao seu ensaio sobre "A estrutura psicológica do fascismo" (2022), em que a noção de *soberania* como superioridade, e o seu binômio de *homogeneidade-heterogeneidade* ganharão importâncias centrais para o que elaboraremos como uma "estrutura psicológica do racismo". Na ordenação de nossa tese, tal estrutura é então o que passa a ser introjetado no sujeito a partir da própria estrutura colonial, que desintegra-se enquanto *estrutura formal* na democracia capitalista brasileira passando a existir enquanto *forma* movimentando o seu desejo.

Nos interessa, por fim, demonstrar como o “desconforto” gerado pela *cracolândia* e pela circulação de sujeitos em uso de *crack* pelos que são considerados cidadãos, essencialmente após a irrupção desta crise, ao remodelar o discurso punitivista-colonialista em torno da população majoritariamente negra, vista como criminosa, vão se criando ideias de saídas conservadoras extremadas ou embrionariamente fascistas no Brasil atual acionadas pelo Estado de *segurança*. Nesse sentido, como aquilo que Teresa Caldeira (2006) denominou como “fala do crime” gera não apenas reação da população para agir “por conta própria” como alimenta, através dessa colonialidade introjetada, desejo de governos “mais eficazes” sinônimos de mais autoritários, assemelhando-se ou espelhando-se a modelos mais extremados ou fascistas. Assim:

(...) a fala do crime também está em desacordo com os valores de igualdade social, tolerância e respeito pelos direitos alheios. A fala do crime é produtiva, mas o que ela ajuda a produzir é segregação (social e espacial), abusos por parte das instituições da ordem, contestação dos direitos da cidadania e, especialmente, a própria violência. Se a fala do crime gera ordem, está não é uma ordem democrática, igualitária e tolerante, mas exatamente o seu oposto. A democracia tem a ver com a abertura e indefinição de fronteiras. (CALDEIRA, 2006, p. 43)

O grupo de subjetividades autoritárias é caro a nós e deve ser a todo pesquisador que se ocupar de pensar o Brasil. E deveria ter sido sempre, talvez assim, poderemos desarmar a bomba da possibilidade de representantes autoritários posteriores no cargo mais alto do país.

O que isto tem a ver com a crise da *cracolândia* paulistana, como já indicamos, é o que queremos poder revelar aqui, lembrando que, mesmo que recente, e talvez por isto mesmo, nenhuma democracia é permanente, muito menos quando grande parte da política nacional cheire à couro antigo dos chapéu de coronéis, e que, mesmo em períodos de ventos aparentemente mais progressistas, como adiantara James Willians, “toda democracia ou leque de direitos estabelecidos escondem relações de poder e de dominação que precisam ser alvo de resistência e crítica”.

Aqui ele será demonstrado na reunião de condomínios, no quarto e penúltimo capítulo, na “ultima cena”, esta que se refere enquanto resultado de nosso campo de pesquisa e será melhor situado na oportunidade, posteriormente a nossa exposição teórica que melhor situará tal acontecimento.

1.1 A crise de uma guerra permanente: neoliberalismo, globalização e a produção das vidas indignas

Por *crise* compactuamos, de partida, com a noção de *crise permanente*, ou *capitalismo de crise*, assim conceitualizada pelo Comitê Invisível (2015) como discurso que “intervém como método político de gestão das populações”, portanto, *crise como modo de governo*. Esta abordagem categórica de início, nos convida, todavia, à uma outra reflexão anterior de Paul Ricoeur em “Será a crise um fenômeno especificamente moderno?” (1988), em que o autor se coloca na tarefa de achar um sentido “ao mesmo tempo geral e determinado de crise” (p.14).

É no aspecto em que Ricoeur se refere à noção econômica de crise, dentre algumas que destaca no erigir de sua elaboração, inscrita no “topo da

hierarquia de valores”, que nos interessa e ecoa uma acepção que aqui pode alargar o sentido a qual nos referimos primeiro. No encontro da ideia de crise subjacente à economia da mundialização de mercado ao de “crise permanente”, ou como “modo de governo”, é que desejamos deixar clara a interpretação que aqui queremos empregar.

Cabe-nos considerar que “ é preciso dizer que é numa civilização como a nossa, que coloca a economia no topo da sua hierarquia de valores, que a forma econômica de crise é erigida em modelo de todas as crises”. (Ricoeur, 1985, p.06). Tomemos então este à priori destacado de uma versão mais “materialista” de crise, já que tomada como fenômeno social que à partir do Capital *submete* as demais noções de crise que se atrelam a ela, necessariamente, para fundamento de nossa própria elaboração.

Submete, nesse sentido, porque, em primeiro, como apontado acima, “As aquisições humanas, quer dentro de um país, quer entre vários países, são condicionadas pela sociedade de mercado. O social subjaz à economia. (Koga, 2011, p. 19). Ou seja, é do surgimento das *crises* econômicas que desdobram-se outras crises que se fazem a partir de um movimento macro, do objetivo ao subjetivo, já que também “a produção econômica é necessariamente uma produção de subjetividades” (Lazzarato, 2022, p.51).

Não nos foge assim a compreensão de que toda crise de subjetividade se atrela a seu modo ao sistema de produção material e, consecutivamente, simbólico a qual está inserido¹³. Queremos dizer que tal concepção atravessa, portanto, várias instâncias do social, quando enfim impõe ao sujeito o encontro com sua “liberdade individual” – econômica, necessariamente - que ganha determinado aspecto na realidade de seu lugar na ordem social capitalista neoliberal, assim, exigindo dele posicionamentos,

¹³ Sobre este aspecto considerar a perspectiva apresentada pelo filósofo sul-coreano Byung-Chul Han sobre o que ele chama de “sociedade do desempenho” e sua compreensão da mudança de sujeito para “projeto”: “Esse desenlace está intimamente ligado às relações de produção capitalista; a partir de um certo nível de produção a autoexploração é muito mais eficiente. Seu desempenho é muito mais intenso do que a exploração alheia, pois anda de mãos dadas com o sentimento da liberdade. (HAN, Byung-Chul, 2011)

querendo ou não, de aderência ou “inaderência” as coisas postas que qualificarão seus desejos e sofrimentos em relação a tal funcionamento.

Em segundo, porque as elaborações sociais sobre *crises*, desde a modernidade, incluem-se nas determinações pelas quais o sistema econômico e político vem determinar a si sobre “suas” crises, incidindo assim inclusive sobre as interpretações objetivas e subjetivas da realidade. Não somente, entretanto, pois vigorou na construção da ideia de Estado moderno uma abordagem “externa” de crise, em que a crítica, associada à moral, era elemento balizador das diretrizes do Estado e a identificação ou não de uma *situação de crise* um fenômeno constituído pela consciência pública dos problemas sociais e do gerenciamento deste Estado:

Todavia, esse nexos vai se perder na argumentação dos filósofos iluministas no século XVIII, quando a palavra ‘crise’ quase some do discurso corrente e a “crítica” torna-se onipresente, o que aparece como um sintoma da desconexão entre o ato de julgar e a tomada de decisão política. (Maia, 2023, p. 217)

Dá que os sentidos de “crise”, além de largamente serem apropriados em uma enorme profusão de múltiplos usos, indicarem uma importante mudança de direção, dentro capitalismo atual e dentro dos Estados das democracias capitalistas, em que esta perde seu sentido de “ruptura” com o estado de coisas, e toma a direção de significação de permanência ou regularização do estado crítico.

[...] a crise econômica se normaliza, perdendo seu caráter de ruptura periódica e relativamente imprevisível, tornando-se igualmente contínua e permanente, o que não significa uma estabilização, mas uma instabilidade mais profunda e radical. A crise não é mais o momento resolutivo em que um tempo de acumulação chega ao fim e outro começa, mas uma técnica de governo cotidiana que clama ininterruptamente por urgência. (Lazzaratto 2022, p.70).)

Isto não significa, entretanto, a compreensão de que a ideia de ausência de crise anterior fosse correlata a “paz” ou a presença de um estado “harmônico”. Como afirma Maia (2023), as grandes teorias de crise indicam justamente para esse sentido de “inconstância perene inerente à produção e reprodução da ordem social que não se limita aos períodos de crise” (p.237). Aqui se trata, portanto, de identificar que em sua atualização no capitalismo atual, e em consequência dele, há uma normalização, como

“afeto” comum aos entes de representação do Capital-Estado, de uma vida em que a crise como continuidade toma todos os espaços.

Estamos diante de uma conjunção inédita de crises que não tem como passar dentro do sistema capitalista que a gerou: crise ecológica, demográfica, social, econômica, política, psíquica e epistêmica. Crises que tendem, em larga medida, a se estabilizar, tornando-se o regime normal de governo, como a longa crise política das instituições da democracia liberal nos últimos vinte anos ou a longa crise econômica, presente no horizonte de justificação das políticas econômicas de nossos países e instituições desde 2008. (Safatle, 2024)

Um claro e bom exemplo talvez seja o que, a cada dia, cada vez mais, vem apresentando mais proeminência e se colocando como inescapável: A “crise climática”. Do aquecimento global passamos a noção de “ebulição global”¹⁴. O ano de 2023, segundo a Organizações das Nações Unidas, foi o ano mais quente da História e promete, pelo menos pelos mais “alarmados”, ser o mais frio daqui em diante¹⁵. A Conferência de Mudança Climática da ONU de 2023, ao mesmo tempo, trouxe como resolução uma série de medidas que cabem apenas no futuro de anos e décadas e frente a emergência do fim de mundo o presente do “impacto econômico” - em especial, obviamente, para a pequena parcela em que o acúmulo de riqueza toma proporções estratosféricas – apropria-se das rédeas de decisões que afetam toda a humanidade¹⁶.

No anúncio de “crise climática”, que nomeia o problema do aquecimento global, logo, é onde melhor se escamoteia a condição de tal “torção” de crise que queremos destacar aqui, ainda que ele indique ou pareça querer indicar, uma revelação sobre um estado de coisas da questão da vida do planeta. Seu antes e seu depois, o seu “fim” ou “superação”,

¹⁴ A era da ebulição global chegou, afirma secretário geral da ONU. Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/07/a-era-da-ebulicao-global-chegou-afirma-sec-retario-geral-da-onu.shtml>

¹⁵ 2024 pode ser ano mais quente já registrado no planeta, dizem cientistas: Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2024-pode-ser-ano-mais-quente-ja-registra-do-no-planeta-dizem-cientistas/>

¹⁶ Segundo dados do relatório da “Igualdade Climática: um Planeta para os 99%”, as emissões de carbono do grupo mais ricos representam 16% do total emitido no planeta, o que significa que o 1% mais poderoso emite tanto dióxido de carbono quanto 66% dos mais pobres, ou seja, 77 milhões de pessoas.

ponto comum de toda crise, embaça o fim ou superação do fato da derrocada da espécie humana – e não o do “globo” propriamente, que teria, segundo consta, sua capacidade de regeneração. No mais, fundamentalmente, encobre quem são os responsáveis por tal possibilidade de extinção. E, principalmente, joga para o futuro indeterminado, para as seguintes gerações, a consumação negativa do que sabemos ser o fato e que pode já se sentir de diversas maneiras.

Neste caso, a conveniência da ideia de “crise” mais do que alertar sobre a plausibilidade de “fim”, como superação negativa da crise, joga para o futuro tal probabilidade sem que tenhamos que responder a altura da crise posta no presente, numa espécie de crise sem crise ou uma numa situação de crise que recai em “medidas paliativas”.

Em 2020, ano de início da pandemia da Covid-19, os 5 homens mais ricos do planeta tinham juntos o montante de US\$405 bilhões. Em 2023, ano em que foi decretado o fim do surto mundial que impôs um isolamento a boa parte do globo, esse montante mais do que dobrou, se transformando em R\$869 bilhões. Aqueles que indicam a preocupação hoje do impacto no sistema capitalista com as necessárias medidas de contenção da crise climática parecem ignorar que o 1% mais rico, que acaba lucrando não só com o seu modo de produção, mas também com o que tem gerado de desastre e desequilíbrio, seja a o motivo de preocupação para os outros 99%.

O termo mais recente, “Ebulição global”, portanto, tenta dar conta do que esta ideia de crise climática não deu:

Mas o que há de mais notável é que o desastre produzido pela (...) relação desastrosa com o mundo é sempre tratado da mesma maneira desastrosa. Ele calcula a velocidade a que desaparecem os calotes polares. Ele mede o extermínio das formas de vida não humanas. (...) Ele fala com números, com médias, cientificamente. Ele pensa ter dito alguma coisa quando estabelece que a temperatura vai subir tantos graus e que a precipitação vai diminuir tantos milímetros. (Comitê Invisível, 2015, p. 25)

Se concluirmos que o risco último da crise para “nós” seja o fim da vida humana no planeta, e não do planeta propriamente, desvendaremos

ainda mais o que “esconde” tal nomenclatura de crise. O planeta não gerou um colapso climático em si próprio. Não pelo menos aquela porção apartada em aparente oposição ao que se nomeia *humano*, chamada *natureza*. Nesta noção de crise estamos cabalmente implicados: nós, “a humanidade”, supostamente, enquanto agentes causadores da crise e vítimas dela. Ainda que por detrás da culpabilização da humanidade esteja tal parcela ínfima de viventes - sem falar também enquanto definidores de tal crise.

Um possível desdobramento colateral deste raciocínio, talvez seja a “superação”, literal – pelo menos por parte do planeta - de outra crise: a do paradigma de pensamento da modernidade: da cisão entre sujeito e objeto - alicerce dos “avanços” que perduraram o tempo necessário para que chegássemos na crise anteriormente citada se colocasse, literalmente, com sentido de fim. Ironias à parte, o fim da humanidade tende a ser o fim da consciência da humanidade e, portanto, da história da humanidade e de sua razão instrumental. Seria a síntese adequada da crise climática o título então de “crise humana”? A indagação jocosa, obviamente, deve ser considerada naquilo que indica o preâmbulo da definição comum de crise à sua noção justaposta e sua relação às problemáticas que lhe são inerentes.

O que queremos evidenciar com o exemplo da crise climática, por fim, é que o entendimento de crise aqui, que podemos dizer que da maior urgência, pois sua “estabilização” ou “controle”, por interferência *nos* e *dos* agentes causadores, diz da possibilidade de continuidade ou não da vida no planeta, é atenuada mesmo ante o colapso. À frente deste controle os Estados e seus representantes: a faceta talvez mais ambígua por onde os donos do Capital exercem seus interesses de elite mundial. Aqueles que mais extraem do planeta, e ao mesmo tempo devolvem na mesma medida gases tóxicos e lixos diversos – agora interplanetariamente-, têm como aliada ainda a mesma ciência com que se conta para a realização do cálculo da derrocada. A mesma ciência que foi alimentada para as descobertas, para a exploração, e que via em seu sentido o acúmulo como força motriz de seus avanços.

Voltemos novamente ao sentido de crise econômica que aqui nos interessa. Ricouer talvez o ultrapasse porque tenha se atido mais ao sentido pontual, ou melhor, das *crises*, daquilo que *é, de fato*, gerado pela economia - ficando restrito a esse sentido econômico que desregula os mercados -, do que fora, possivelmente, guiado pelo sentido mais geral, no seu aspecto expandido, inerente ou subproduto necessário ou mesmo sinônimo do capitalismo. Da crise como também, portanto, forma de governo – dentro da sociedade capitalista. O autor avançará para o que chamará de “crise de representatividade” ao tratar justamente da modernidade como ponto focal de onde emanará a sua visão mais global, mais “cosmológica”, como diz, que tem a ideologia neoliberal como alvo, por fim, e sua ideologia e ética subjacente.

Poderíamos dizer talvez que aqui há um certo exercício de pensamento de Ricoeur, à partir do conceito de crise, que “reinverte”, mais uma vez, aquilo que Marx reordenou ontologicamente à partir da lógica hegeliana? Se sim, curiosamente, no entanto, sem a ideia de “superação” vindo pela História que ao que tudo indica pode deixar de existir junto com a humanidade.

Diferenças estruturais de pensamento à parte, nos interessa mirar no capitalismo e na sua face mais atual, o neoliberalismo, para expô-lo, estrategicamente, como operador principal do que chamamos de modernidade. Questão de mero detalhe “retórico”, mas que faz sentido se queremos chegar ao ponto de onde parte nossa interpretação da realidade e de nossa tese: o pensamento colonial, portanto. A partir dele podemos considerar *capitalismo* e *modernidade* como sinônimos da causa dos eventos objetivos e subjetivos atuais para encerrarmos um debate que, no fundo, deve ser até pouco profícuo para nós. Entretanto, se é na crise de representação da modernidade que Ricoeur coloca sua ênfase, já que entre passado, presente e futuro, vivemos as representações dos valores da modernidade num presente alienado dela e, assim, com futuro incerto, preferimos aqui assumir o que continuamente liga passado, presente e futuro incerto: a acumulação primitiva – do século XVII aos dias atuais -, portanto, o

próprio capitalismo e, em sua nova roupagem, o neoliberalismo. O colonialismo à colonialidade.

Para darmos um pouco mais de subsídio à nossa escolha de aproximação de entendimento da crise atual como subproduto da sua versão econômica, indagamos: não seria a modernidade justamente o conjunto de instituições, ideias, modelo de civilização e cultura do capitalismo? Não seria a sua lógica intrínseca que daria encaixe a forma “substancial” que chega até os nossos dias?

A *crise climática*, como já apontamos, é a forma total, uma espécie de “tipo ideal” de crise, que exemplifica materialmente, inclusive, a conotação da crise à forma de predação daquilo que chamamos natureza pelo Capital que, por sua vez, paralelamente, se utiliza do Estado para regular seus interesses e controlar suas “crises”. Portanto, é também justamente a que faz com que a ideia de “crise permanente”, que aqui utilizamos, funcione igualmente tanto para o que acontece hoje no planeta, como para exemplo mais ilustrativo sobre o controle do uso da ideia de “crise” desenvolvida pelo capital que aqui propomos.

Em resumo, o que queremos deixar claro aqui é que a concepção atual de “crise” é elemento intrínseco ao capitalismo pelo o que ele próprio gera ao se realizar via apropriação, predação, exploração e submissão. E que seu emprego corrente hoje, como apontado pela questão climática como exemplo máximo e urgente, se desassocia de seu sentido de crítica para compreender um sentido retórico de suposto controle, guiado pela mesma ciência e pela mesma razão que o fez eclodir.

Assim é, portanto, que o sentido de crise do capital-neoliberal se torna crise permanente e que o Estado, por sua vez, dentro deste mesmo sistema, se torna gestor da crise e das populações. Consequentemente, o que esse sentido de crise esconde no interior do capitalismo neoliberal, portanto, é a *guerra permanente*, ou como aponta Vladimir Safatle o “paradigma da guerra como forma de estabilização da crise” que “exige a generalização da lógica

da guerra infinita como paradigma de governo" (2024). Pois a guerra infinita permite uma espécie de corrida para a frente que nunca termina na qual a desordem contínua é a única condição para a preservação de uma ordem que não tem mais como garantir horizontes normativos estáveis" (idem).

No neoliberalismo a apropriação de estratégias de guerra junto ao Estado se torna a justa medida para lidar com as crises permanentes daquilo que se desdobrou como "guerras em meio a população" (Lazzarato, 2020): "O novo paradigma implica a integração do político à guerra, de um modo bastante específico, que pode ser definido, na locução de Foucault, como governamentalidade das populações" (idem, p.318). Nesse processo, em que as dinâmicas de conflito em especial nas grandes cidades tendem a transformar-se em novas formas de controle e medidas de violência, que são neutralizadas enquanto tais, as ameaças dos inimigos internos, o *outro* - que "fora" da engrenagem fundamental de funcionamento do sistema, que perpassa as garantias de direito ao consumo e a inscrição do sujeito à cidadania na sociedade liberal - se torna ameaça.

Não a esquerda enquanto síntese de classe trabalhadora unida ameaça o sistema vigente mais, como outrora considerado, mas uma leva de "subclassificados". Como decorrências de tal processo, a existência destes representariam a falácia da máxima meritocracia liberal e deporiam contra o avanço das políticas de austeridade do neoliberalismo, se, enquanto grupo, sua suposta "inutilidade" não servisse como desculpa do atravancamento da prosperidade geral "prenunciada".

O capitalismo não é 'neutro'. Esse ordenamento econômico pressupõe a eleição de uma certa visão de mundo e de como os seres humanos devem viver e se comportar. De acordo com essa seletividade, alguns vão ter privilégios positivos e outros vão ser condenados a marginalidade e à exclusão. É necessário reconstruir, portanto, o sistema de classificação social que as instituições secretam de modo implícito e silencioso que vai comandar todas as nossas avaliações sobre o mundo social, quer saibamos disso ou não. Existe uma concepção de sujeito, uma concepção de personalidade, e todo um esquema de avaliação silencioso e pré-reflexivo (ou "inconsciente" que vai produzir a sensação do privilégio ou do reconhecimento social em uns e a sensação de humilhação objetiva e sem escapatória em outros. (Souza, 2022, p. 155)

Desta maneira primeiramente, essa se torna massa sem serventia para qual escoar o que resta de responsabilidade do Estado para a manutenção de suas vidas indignas - e de onde este tira sua justificação, ao mesmo tempo, de sua própria utilidade. Depois, num segundo momento, recaem nas classificações para identificações de inimigos a serem aniquilados, quando então, por fim, têm sua suspensão permanente de direitos com a imposição de um estado de emergência permanente em sua direção, em outras palavras, aquilo que Giorgio Agamben identificou como *estado de exceção*: “uma das “práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos. (Agamben, 2004 p.13)

Assim, a “guerra civil silenciosa”, como denomina Achille Mbembe (2021):

[...] além de tornar a crise algo permanente no interior das populações, normaliza um estado de coisas em que as guerras, sob vários ângulos, superam as guerras externas. O estado de guerra em zonas civis, conduzido, tendo em vista eliminar a ideia de guerra como atividade regulamentada entre combatentes armados, está conosco faz algum tempo. (Appadurai, 2009, p.23).

Se o capital pode fluir livremente através de fronteiras, códigos e sistemas simbólicos de formas sociais, que estão embutidas e se fazem presentes nos produtos culturais, também o fazem quase sem nenhuma mediação, pelo menos entre a maioria dos países ditos democráticos, através, hoje, do especial motor de propulsão da internet e suas tecnologias agregadas.

Se na era da globalização o jornal, a televisão e o cinema foram os meios populares que conduziram por grande tempo a falsa impressão de tempo-espaço e valores que ampliaram a sensação de simultaneidade da condição da humanidade, bem como suas diferenças e disputas – como por exemplo através dos modelos hegemônicos do norte que deram ao sul do mundo sua condição de de “outsider” do planeta – os caminhos hoje são outros: A internet escalonara a fluidez da dinâmica das simultaneidade de tempo e espaço e as interações dos que estão em diferentes fusos e localidades, vivendo realidades político-sócio-culturais diferentes, quando

não muitas vezes dispare. Destes elementos em profusão, auxiliados pelas tecnologias de comunicação, reafirmamos assim a tese primordial de Arjun Appadurai de que “a globalização pode produzir novas formas de ódio” (2001, p.10) pois incrustou uma nova ordem de incerteza, em meio ao fluxo imediato e gigantesco de informação, em meio a vida social.

Uma profusão de conteúdos humanos fluem assim, quase no mundo todo sem barreiras e em tempo real: das concepções críticas ao modelo econômico global aos modos de governos, às das formas de consumo, dos fetiches e desejos aos seus controles e anseios autoritários, assim, se influem ao mesmo tempo. A produção de inúmeras formas de cisões sociais dentro das populações, produzidas de forma global e local, consecutivamente, necessita de novos controles políticos guiados pelos interesses do mercado liberal. Desta forma “se impõe a observação do capitalismo e seu par fiel, o neoliberalismo, na modalidade de potenciais influentes para a fluidez de um estado de guerra constante, necessário e basilar para a conservação dos enjambres tecnocapitalistas” (Fernandes e Hoffman, 2023, p. 171).

Realidades antagônicas, à princípio, ou no mínimo diferentes, portanto, coexistindo em uma sincronia, subjetivando de imediato pelo real e virtual, fazem com que, muitas vezes, o acontecimento próximo se qualifique ou perca sua classificação de importância frente ao que assume ser o acontecimento central que pauta o mundo, auxiliando assim em uma ambiguidade de sentido em relação entre o próximo e o distante: O impacto do que acontece próximo passa a ter o mesmo impacto do remoto, o remoto daquilo que é perto.

O equivalente humano de tais proximidades e distâncias recai igualmente ao outro. Onde quer que o inimigo estivesse distante, agora este passa a rondar como ameaça constante e não identificável por características assimiladas também de um outro lugar, pelo menos a princípio, como parte de uma rotina e um cotidiano, próximo, familiar. Assim,

independente da forma que o vizinho se aproxime, ele agora pode integrar-se à teia do desconhecido e, quem sabe, do inimigo.

Menos fronteiros e tortuosos, mais rápidos, menos hegemônicos, portanto também menos regulados, os caminhos da internet, como globalização virtual, permitiriam uma experimentação obviamente ainda mais intensa sobre a ideia de “global”. Se ampliou pelo mundo todo um variado cardápio de identificações sobre os “inimigos”, “os fora do sistema”, sobre “as vidas indignas” que depõe contra a conformidade da ideia positiva da perseverança liberal. De tal maneira, eles denunciam a própria falácia meritocracia imposta pelo soberano, na conjunção de Capital-Estado, à medida que essas hordas de classificados se tornam, na consciência global, um contingente mais próximo de uma maioria.

Como síntese também do que Achille Mbembe classificou de *políticas de inimizade*, a influência do que chamo aqui de realidades simultâneas sobre os sujeitos passa, com a globalização virtual, a embaralhar as fronteiras entre o próximo e o distante, entre segurança e ameaça, entre amigo e inimigo. Disto é preciso que se criem fronteiras rígidas, reais, cada vez mais claras, e categorias que definam amigo e inimigo igualmente mais assertivas para respaldo da segurança e alerta contra ameaça.

Sobre tais identificações macro dos inimigos comuns, esses Outros, “as minorias”, Loic Wacquant (2001) comporá uma longa análise sociológica da importância de diferenciação entre o que foi identificado como *underclass* na sociedade americana e, posteriormente, na francesa (através da importação do conceito) assim como as identificações entre o gueto e a “*banlieue*”, que, segundo o autor, “só devem ser amalgamadas desse modo pelo fato de serem percebidas como geradoras de uma ameaça, ao mesmo tempo física, moral e fiscal, à integridade urbana” (p.94).

A crítica de Wacquant sobre a terminologia *underclass* se referirá a como o conceito entra na sociologia não como ferramenta de análise, mas como “ferramenta de acusação pública”, importada de uma forma de

realidade utilitária americana que ampara “defensores de uma leitura de tipo ecológico preocupada em sintetizar fatores estruturais, espaciais e individuais” (p.95). A diferenciação exposta minuciosamente entre os indesejados da América do Norte e da Europa pelo autor serve suficientemente bem ao seu intento de demonstrar que “os mecanismos de agregação e de segregação que determinam sua constituição e que levam à marginalização de seus habitantes não são os mesmos” (p.127).

Entretanto, Wacquant em sua preocupação, sem dúvida sociologicamente honesta, todavia lança mão de questionar o que há por detrás justamente dessa “transposição” de conceito para diferentes cenários ou o que esta “identificação”, pelo conceito, entre fenômenos “divergentes” guarda, se desfazendo justamente daquilo do que ele une, ainda que utilitariamente, como diz. Ou seja, o que se esconde por detrás da estigmatização dos fenômenos de “desclassificados”, “subumanos”, “desajustados” que tornam-se semelhantes sobre, justamente o aspecto que carregam, não frente a uma ou outra sociedade, mas à sociedade capitalista global? “Afinal, devemos necessariamente particularizar lugares ou devemos mostrar como certos lugares específicos nos permitem apreender a totalidade funcional do sistema social do qual fazemos parte?” (Safatle, 2024). Prontamente, concluímos também que falamos não apenas de tais classificações, mas dos que apontam, se utilizando das supostas identidades entre os miseráveis, da ferramenta de acusação pública sobre suas misérias.

Diante do que expomos sobre os que agem dentro da concepção classificatória e acusatória, chega-se a um outro ponto importante e central: com a globalização e suas dinâmicas íntimas entre seus tempos e espaços, seus elementos financeiros e culturais em coalizão que se desdobram em ingredientes de incerteza em meio a vida social gerando novas formas de insegurança, que vêm impor a necessidade de adoção de novos limites, foi o reprimido, seu senso de desconfiança e necessidade de ordenamento autoritário que ganhou possibilidade de expressão. Possibilidades variadas de lugares que do virtual passaram a ganhar camadas reais de existência numa profusão de ideias recalcadas que em choque encontraram formas de

explosões que combinam elementos primordiais que passaram a se retroalimentar.

Como "ideias vencidas", em especial no pós-guerra, e do encaminhamento para a abertura dos ventos do "fim da história", sociedades variadas do mundo todo em comunhão, sob o modelo vitorioso do capitalismo democrático, não previam essas verdadeiras *redes* de possibilidade dessas camadas sombrias sufocadas, sob a era digital. Se a falta de espaço para elas manifestarem suas ideias extremistas, autoritárias e fascistas, ganharam quase nenhum espaço sob o designo da democracia liberal no interior das sociedades durante algumas décadas, na era digital encontraram solo fértil na virtualidade dos tempos neoliberais como passo para o real. A globalização, nesta abordagem, também é, e talvez principalmente, a globalização de fluxos dos exemplos de desumanização e das formas de submissão que criam novos modelos de "nós" contra eles: "A velocidade e a intensidade com que elementos tanto materiais quanto ideológicos circulam através de fronteiras nacionais criaram uma nova ordem de incerteza na vida da sociedade". (Appadurai, 2009, p. 15).

Se *na* e *até* a década de noventa vivemos o auge da sociedade de consumo padrão, num crescente tsunami capitalista após a queda do muro de Berlim, no sentido simbólico especialmente de fim das fronteiras e, portanto, da livre circulação de ideias e mercadorias, dos anos dois mil em diante talvez tenhamos uma mudança de aspecto dessa globalização na promoção de que o que se globaliza, especialmente, é o sentimento e as formas de controle e dominação daquilo que se rebela ou tenta se rebelar do sistema. Ainda que essa rebelião seja "forçada" como consequência da produção de exclusão da ordem político-econômica e social global. Em suma, é a globalização da violência, e da violência gerada por ela, no sentido da desumanização que o sistema precisa justificar para se manter, que se faz a autoafirmação na terceira volta dessa produção de violência, quando reage sobre as reações daquilo que causa.

Dentro dessa dinâmica a produção das vidas indignas é necessária para a manutenção do ordenamento do capital mundial e avanço do enrijecimento da ordem de funcionamento da máquina neoliberal. O contingente de subumanos é intrínseco a seu funcionamento e seu funcionamento depende da produção da enorme parcela subumana para criar suas raízes autoritárias que alargam sua lógica de austeridade. Ele é consequência imediata do sistema que não consegue mentir no fundo a sua teleologia meritocracia, mas que subverte seu sintoma de falência na forma de controle das crises que lhe são inerentes, produzindo os sujeitos a serem combatidos e alimentando um fluxo vicioso sem um exato começo e fim.

1.2. O alastramento de um câncer no coração da cidade: alguns enlaces históricos-geográficos até o panorama atual da *cracolândia* no território central

(...) reduzir as populações-alvo a estados sub-humanos facilita o trabalho do assassinato em larga escala ao distanciar assassinatos dos assassinados e ao fornecer uma prova por si só do argumento ideológico de que as vítimas são sub-humanas, vermes, insetos, lixo e, contudo, uma parte cancerosa do valioso corpo da nação. (Appadurai, 2009, p. 49)

"É como um câncer que se espalha e só aumenta", assim se referiu o apresentador e humorista Danilo Gentili, em sua fala sobre seu entendimento sobre a questão da *cracolândia*, em entrevista realizada com o Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, em 2023, que viralizou nas redes sociais. No entanto, não seria a primeira vez que tal alusão seria feita no intuito de se referir a um grupo de pessoas considerado um problema social. De tal forma é importante que salientemos alguns aspectos antes de chegarmos neste ponto central da cidade de São Paulo em que abordarmos a *cracolândia* àquilo que é identificado na fala de Gentili como um "câncer". Um câncer com avanço ao estágio "crítico" portanto.

Tais aspectos podemos apontar como os ditames particulares do capitalismo em sua face inovadora neoliberal somadas as singularidades da realidade brasileira. Portanto, temos o desejo de discorrermos um pouco

sobre de que forma a *cracolândia* se tornou alvo de uma operação dedicada a sua extirpação.

Se a *cracolândia* pelo senso comum pode ser concebida na metáfora de um câncer que toma o corpo da cidade no seu centro, o que na continuidade da analogia pode ser assumido em paralelo como o coração desta cidade, talvez aqui deva ser nossa função rastrear seus "sintomas", ou os favorecimentos específicos que determinaram o aumento da questão como problema em expansão no tecido social do órgão pulsante que é este centro da metrópole de São Paulo.

Tal analogia não pretende se aferrar às terminologias do uso da medicina com base a naturalizar o fenômeno, senão aprofundar o debate de que há uma ideia naturalizada no senso comum, com encravamentos mais profundos, que concebe o entendimento do grupo de pessoas que formam tal *cracolândia* como células malignas que cresceram gerando tal problema e que, como no caso da doença, devem ser extirpadas para que sobreviva o restante do corpo. Mais profundo porque tal senso comum eclode no presente, no campo social, em sua superfície, como indicativo de uma formulação de conhecimento mais substantivo de raízes mais antigas, que servem ao saberes relativos aos mecanismos do discurso que pautam à reprodução de poder que tem efeitos de verdade (Ritter, 2018). Essa visão, de cunho organicista fundamenta, as teorias jurídicas do Estado e são expressas, por exemplo, por João Mendes de Almeida Junior, ex-presidente da câmara municipal de São Paulo, do período de 1881 à 1883, que se refere da seguinte maneira às suas funções:

O Estado é um organismo de um corpo social: distingui-se do mesmo corpo social como o organismo de um animal distingui-se do corpo animado. A força do organismo não decorre simplesmente da disposição dos *orgams*, mas do espírito e da tensão que o anima. [...] Aplicado a sociedade política, o termo - Estado - exprime o organismo social constituído pelo mesmo corpo social. A sua origem é a sociedade civil incorporada; o seu fim é a segurança dos direitos individuais e aperfeiçoamento da vida social, o seu fundamento é a natural necessidade de um organismo para as funções assecuratórias e conservadoras dos interesses da vida social. (Junior apud Branquinho, 2007, p.53)

"Se o poder insiste em assimilar a sociedade a autoidentidade orgânica dotada de princípios imanentes de avaliação do que deve ser incorporado e do que, ao contrário, necessita ser ejetado e destruído" (Franco, 2024) a confirmação da funcionalidade da metáfora da doença se dá em sua crise, em seu "espalhamento". Não poderia ser mais explícita a identificação do Estado com um organismo que busca sua constante integração contra as insistentes forças desagregadoras que o ameaçam interna e externamente. (...) trata-se de governar mobilizando permanentemente o medo da intrusão das forças estranhas e disruptiva que levem a desagregação iminente do laço social e precipitem a todos em uma guerra incontrolável." (idem,, 2022, p. 117)

Entretanto, é preciso enfatizar que quem se "espalha" pelas regiões centrais são as pessoas que as "transformam", pois é através de seus próprios corpos, hábitos, seus cotidianos que fazem nesse "habitar", ainda que itinerante, o território dito doente.

Queremos chamar à atenção para a curiosa metáfora utilizada, pois dentro da concepção, ainda que metafórica "*cracolândia* como um câncer", é que cabe nessa compreensão que tal como a doença ela seja compreendida como decorrente de fatores orgânicos naturais o que em nada corresponde em entendê-la, por uma perspectiva crítica, como efeito tanto do complexo sistema capitalista excludente global, quanto das particularidades de formação do país colonial que produz hoje também a sua própria singular realidade e que se manifesta expressivamente nesta região da cidade. Portanto, uma analogia outra que compreende o funcionamento deste "corpo social" não dentro de uma formulação crítica, mas, antes, de um determinismo biológico, ainda que não consciente, que em muito é parte integrante da forma social brasileira

Por ambas e imbricadas coisas, a necessidade que segue de expor historicamente a formação do território dentro de uma geografia social situando esta naquilo que tomamos como traço fundamental de nossa perspectiva de leitura: a colonialidade. Salientamos uma outra avaliação que

traz Evânio Branquinho, a de que “As transformações sócio-econômicas que passa São Paulo têm implicações diretas em Campos Elíseos”, pois, necessariamente “o próprio surgimento deste local está associado ao desenvolvimento da economia cafeeira”. (Branquinho, 2007 p. 18). Assim, vamos no sentido de orientar aqui o entendimento de que a *cracolândia* e os conflitos expostos no território da qual faz parte, portanto entre todos que lá vivem, é, ainda mais, a manifestação aperfeiçoada do desenvolvimento das somas das questões não só de São Paulo, como as do Brasil desde sua formação colonial à colonialidade em suas manifestações atuais.

A *cracolândia* de São Paulo, que se conformara a partir do início de 1990, e que persiste até os dias atuais, pode ser compreendida como desdobramento ou atualização mais complexa e expandida do que fora apelidado entre as décadas de 1950 até meados de 1970 como “quadrilátero do pecado” ou ainda “Boca do Lixo”: território não-oficial circunscrito na “geografia imaginária” (Frugóli Jr. e Cavalcanti, 2013) dos bairros centrais da Luz e Santa Efigênia, inicialmente, caracterizado pela dinâmica estabelecida pelo comércio de ilícitos, serviços informais e uma variedade de atividades compreendidas como práticas marginais.

Entretanto, a maior “cena de uso de crack a céu aberto” do Brasil, que ocupa o município mais rico do seu Estado, lugar hoje em que a cidade é “mais feia e cheira a vício” (O Estado de São Paulo apud RUI, 2012, p.193), ou como como se referiu no ano de 2023 um artigo de determinado portal de notícias, a “terrorlândia (...) uma das piores desgraças nacionais”, foi, todavia, localidade que outrora também acomodou a alta sociedade paulistana dando formação aos primeiros bairros de elite ou a primeira área residencial verdadeiramente “nobre” de São Paulo, como os Campos Elíseos “cujo o nome em referência à grande avenida parisiense já denota suas origens aristocráticas” (Oliveira, 2019. p. 74).

Bem aventurados produtores de café do oeste de São Paulo, subsidiados pela expansão da produção que chegou a alçar o status de café mais exportado do mundo, auxiliariam na transição do período colonial

brasileiro às formas rudimentares do capitalismo periférico que colocou em marcha também a modernização da até então elemental vila de taipa do século XIX. Com o movimento de comércios e serviços impulsionados nesta porção, privilegiadamente nutrida de transportes, pois “pivô central das comunicações ferroviárias” (Oliveira, 2019. p.39), já que ponto fundamental do mercado cafeeiro no eixo entre a região produtora do Oeste Paulista e o Porto de Santos (por onde escoava tal produção), emergiria a capital que acolheria as residências fixas dessa elite cafeicultora. Desta maneira iria se desenhando, a partir daquele século, o desenvolvimento da cidade provinciana à metrópole de importância econômica e cultural com seus traços atuais onde podemos afirmar que "A cultura cafeeira - e sobretudo os excedentes por ela gerados - transformaram totalmente a cidade." (Rolnik, 2022, p. 29)

Posteriormente, a migração de uma fatia populacional abastada, especialmente entusiasmada por imigrantes enriquecidos para a Avenida Paulista e cercanias, juntamente com o reestabelecimento de suas empresas, bancos e comércios sofisticados nesta nova região, iniciaria a desvalorização imobiliária desta outra fração de São Paulo, como evidência Branquinho. Assim, “Na região central da cidade locais como Luz, Santa Cecília, Campos Elíseos perderam progressivamente o uso residencial, pelo menos de uma elite, que se deslocou em direção ao espigão central (...) onde surgiram empreendimentos como Higienópolis, Pacaembu e Jardim América” (Branquinho, 2007. p. 18-19).

Desta maneira, tais regiões centrais passariam, aos poucos e na sequência, ao tempo que iam mesclando-se gradualmente com parte do eixo central comercial, a atrair uma população mais empobrecida e de toda sorte vinda de diferentes localidades: desde a proporção ocupante do hoje denominado “centro velho” da própria cidade até os oriundos das ondas migratórias em especial do nordeste do país (idem). Rolnik citando Fernandes sugere que:

Se observarmos a composição da população em alguns dos mais importantes estados de origem dos migrantes, temos Pernambuco com 50,14%, Bahia com 70,19% e Minas Gerais com 41,36% de

sua população composta por pretos e pardos, o que apoia a hipótese de uma migração predominantemente não branca para as grandes cidades a partir da década de 40.” (Rolnik, 2013 apud Fernandes, 1972, p. 84-85)

Chegada pelo auxílio da concentração da oferta de transportes e motivada pelas possibilidades de moradias já mais baratas com acesso à melhores infraestruturas, herdadas dos “áureos tempos” da região, tal parcela visava oportunidades de emprego e de trabalho informal numa localidade já estruturada urbanamente e aquecida economicamente.

Na primeira metade do séculos XX outros três episódios relevantes se inscreveram para a reconfiguração em definitivo do território na forma que ele tomaria nos dias de hoje: a atração em meados da década de 20 de empresas ligadas a indústria do setor cultural, estimuladas pela oferta de apoio logístico oferecido pela região; o processo higienizador do Bairro do Bom Retiro, mobilizado pela nova classe média de operários que se fixaria nele e que conduziria à expulsão e espalhamento da população vulnerável ligada ao meretrício para os bairros centrais próximos; e por fim, o início do processo que se faria conclusivo, para o processo que recaracterizaria essa parte do território central a partir da primeira década da segunda metade do século XX: a inauguração do Terminal Rodoviário da Luz em 1960, que até início da década de 80 seria o maior e mais importante da cidade de São Paulo.

"O embate decisivo, no entanto, só chegou na década de oitenta, quando o terminal rodoviário da Luz foi desativado e os hotéis, pensões e restaurantes que tinham brotado nessa efervescência foram perdendo clientela e baixando os preços” (Barba, 2023), estimulando ainda mais a oferta de novos e diversificados sujeitos às demandas específicas de uma localidade em recomposição.

Tais acontecimentos, em resumo, seriam elementos, portanto, propulsores importantes na dinamização da mudança de atores e atividades que fundariam para a sociedade, por fim, a marca depreciativa de “Boca do Lixo” nesta área de São Paulo. Ainda que reprimidas as atividades

prostibulares, a partir da segunda metade daquele século, que somadas as demais práticas associadas a ela firmariam esse território como "escândalo urbano da época", arregimentado por uma imprensa dedicada a alardear e sensacionalizar a 'vergonha social' que representava a Boca", se desenvolveria diretamente, "do ventre do recente capitalismo brasileiro o irmão mais novo da São Paulo moderna, o território periférico central de pobres, indesejados e desajustados sociais" (Oliveira, São Paulo, 2019).

Os fatos acima apontados, que procuram fazer um elo entre o território da Boca do Lixo à atual *cracolândia* podem ser resumidos sobretudo na pecha repetida durante esses quase setenta anos que liga um fenômeno ao outro: "vergonha da cidade de São Paulo". Todavia, da antes nobre e aristocrática região aos dias atuais, tanto a inscrição pejorativa bem como os alguns fatos sugeridos podem ser pouco eficientes para uma compreensão da transformação inquestionável daquela área que foi tomando as características do abandono daqueles que passariam então a ocupá-la.

Edifícios antigos – alguns testemunhos do esplendor de outros tempos – em ruínas; armazéns, lojas, prédios de escritórios ou de apartamentos vazios ou semi-habitados; praças e calçadas maltratadas: essa paisagem se repete em quase todas as grandes cidades brasileiras. Desvalorizados pela lógica do mercado e pelo imaginário de nossa cultura urbana, esses espaços semi-abandonados abrigam hoje o que 'sobrou' de sua centralidade anterior – quem não teve renda para acompanhar os novos lugares 'em voga', quem sobrevive da própria condição de abandono. Dessa forma, antigos centros das classes abastadas, que em algum momento já foram 'o' centro da cidade, são hoje territórios populares numa condição física precária. (ROLNIK, 2016)

A característica que marca a região, da Boca do Lixo à *cracolândia* de nossos dias como problema da cidade de São Paulo, mais especificamente do seu centro, portanto, não se refere estritamente ao seu local, mas sim juntamente, àqueles que determinaram as características de vida de tal localidade. Ou seja, não simplesmente do desenvolvimento de um espaço geográfico estrito que se soma às mudanças específicas do tempo, mas mais ainda da forma de como ele, como mobilizador e cristalizador da vida de seus agentes, dos que ali se enraizaram, passam juntos a se significar desse modo enquanto *território*. Portanto, localidade que somada aos seus

sujeitos, estes que se conferem por seus hábitos, seu cotidiano, seus significados e suas próprias significações, dão vida ao espaço. No caso da região a qual no referimos, os *sujeitos-problemas* majoritariamente, os indesejados que por ali chegaram.

Aqui o que queremos é ir ao encontro da definição, de uma vez por todas, de que o "território" não é uma localidade específica e na abordagem que trazemos necessariamente nem mesmo "oficial" – abordagem que aprofundaria uma perspectiva de relação do espaço com o Estado -, digna de fronteiras ou limites pré-estabelecidos. O território ele é para nós a junção, o atrelamento dos sujeitos a um espaço, do uso que fazem dele, do que estes permite a ele, território, e do que ele próprio os permitem ante sua sua materialidade pré-estabelecida e em construção.

Por conseguinte, nos interessa aqui saber mais, nesse sentido, quem são os que ocupam a *cracolândia* paulistana até os dias atuais, o que necessariamente passa por compreender o que há de comum entre eles e os sujeitos da Boca do Lixo. Todavia, já que tomamos, como dissemos adiante, aquela como desdobramento ou atualização desta última e, ainda, esta como manifestação espaço-material específica, achamos válida a aposta e pedimos licença para uma "manobra" que vai ainda adiante não apenas de como se deu a composição deste "território marginal", mas àquilo que sucedeu a formação desta dita marginalidade e que é seu motor.

Está exposto já que nossa base de compreensão de crise aqui assinala uma perspectiva materialista-econômica que toma a associação entre capital e Estado para sua instituição e permanência. Nossa intenção é indicar tal caminho para que adiante possamos chegar na compreensão de como foi possível ao desenho da *cracolândia*. Assim necessitamos "retomamos" pela via oposta do traçado desses *outros* (que na verdade representar forma o *nós* que se opões aos *outros*). Estes que fazem determinada frente que compõe a crise e entendem a problemática da *cracolândia* como câncer. Ou seja, queremos delinear uma compreensão a nosso ver importante sobre a representação de classe da elite que formaria a

área a qual hoje nos debruçamos e que posteriormente a abandonaria para que fosse possível a ocupação dela pelo que Jessé Souza denominou como “ralé” (2009) e posteriormente, anos mais tarde, se referindo a população das *cracolândias*, a “ralé da ralé”(2016). O que significa atravessar a temporalidade de pouco mais de cem anos.

Se a *cracolândia* nesta tese se refere a uma “lente de aumento” que pode nos servir para pensar outras problemáticas e outras ditas crises brasileiras, e a relação que elas assumem na perspectiva neoliberal global, é interessante, acreditamos, que voltemos esses anos no que se refere a ir de encontro com elementos que marcaram o início do capitalismo nessas terras pontuando um marco não apenas da postura dessa elite, mas aos fatores que o estimularam e que se desencadearam após sua singular, e isso também precisa ser apontado, organização quanto a formação do Estado.

O que representa igualmente o avanço por aquilo que forma o território dos indesejados no centro da cidade hoje e denota a retomada também a aspectos cruciais do período de constituição deste território enquanto espaço e os que fazem seu uso, que coincidem com o início da república e, portanto, do período de “transição” das formas político-econômicas e sociais em cada etapa na estruturação do capitalismo periférico engendrado especialmente pela produção de café, que tomou os atributos da elite associada a ela.

José de Souza Martins (2023) nos auxilia na análise desse processo destacando um aspecto primordial neste sentido, quando aponta que é do processo pouco determinado da formação do capitalismo brasileiro como “capitalismo da margem”, de onde advém os sensíveis tendões dos membros que vão articular nossa República e a forma social que vamos delinear até o presente. Engendrada como resposta já aos movimentos do mercado global, a república nascente reproduz em seus traços e no capitalismo que à forjou os arranjos senhoriais, ou seja, político-econômicos e sociais dados pelo estrado de sua forma colonial ligada a questão da terra. Segundo Martins, da terra adviria o “pacto” do capitalismo que conformaria a elite econômica e

política que se estenderia, como consideramos, à sua forma social e suas dinâmicas específicas de hierarquia e poder, que viria a serem transparecidas em suas próprias instituições a espelhar tal república e o Estado firmado.

Se o Estado no capitalismo é o “monstro de duas cabeças” (Lazzarato, 2022), no Brasil a origem da estrutura de sustentação do ser bicéfalo, seguindo a lógica de Martins, seria a propriedade fundiária e o capitalista “como dupla e contraditória personificação, a do Capital e da renda da terra” (Martins, 2023, p. 26) formando a conjugação do poder oligárquico que conformou a elite política que anima seu corpo. Sem qualquer objetivo real de projeto igualitário, mas com antecipação de munir certo grupo das garantias da propriedade e da continuidade do seu controle, como sintetiza Muniz Sodré “a República já nasceu velha” (2023, p. 42).

O capitalismo começou a se definir por aqui, com alguma autonomia no começo do século XIX, quando ficaram claros os marcos do futuro fim da escravidão, seus motivos e seus fatores. (...) Um modelo de capitalismo gerado na circunstância da força política do atraso social e econômico. Não o capitalismo de uma revolução burguesa, mas o de uma reação antagônica ao que era próprio do processo e da racionalidade do capital. Não foi casual que o país tenha sido um dos últimos a abolir o cativo. Isso se confirmaria na peculiar aliança entre capital e propriedade de terra durante o regime militar. A questão agrária aqui não é apenas, propriamente, a questão social da pobreza que no campo resulta de injustiça fundiária. Ela é aqui a questão do modo anômalo como se deu o pacto do capital com a propriedade da terra. E mutilando-se como modo capitalista de produção. Mas a terra como parasita do capital, o capitalista como rentista, a racionalidade de reprodução do capital como subjulgada pela premissa anticapitalista do tributo representado pela renda da terra, uma redução na rentabilidade do capital. (Martins, 2023, p. 25-26)

A rentabilidade da propriedade da terra por aqui seria a característica, portanto, que adquiriria forte impressão no capitalismo brasileiro e que pode explicar o traço comum que se faz, até os dias atuais, como pano de fundo das principais questões sociais que vigoram no país e embalam muitas de suas crises.

Diretamente: da força do agronegócio à luta aparentemente infinita dos movimentos populares, como o MST, pela reforma agrária; a exploração e os desastres sócio-ambientais que dele advém; o que vem sendo chamado

mais recentemente (inclusive com o intuito de se definir um aspecto de crise específico em meio a outras noções dela) de *racismo ambiental*¹⁷; a dificuldade de garantias e direitos na demarcação de territórios quilombolas e indígenas com a consumação de seus povos aos traços da geografia social urbana que desenha nas grandes cidades uma geografia racial tendo, com seus centros, eixos de circulação do dinheiro e, portanto, a formação de localidades de possibilidade de acesso a ele como necessário ao sustento e manutenção da vida indigna que fora designada como outsider do sistema capitalista, portanto locais, de diferentes formas, de modos capitalistas e sociais em que insere-se a violência. Enquanto periferias e morros, seguem em geral como espaços apropriados dos que realizam a estruturação que garante o funcionamento do sistema do “centro”, como mão de obra assalariada, com acesso precário aos bens e à própria cidade.

Desde o período escravista brasileiro temos ciência de que as populações indígenas, africanas e negras, submetidas ao sistema escravocratas, não teriam grandes chances de obterem grandes extensões de terra pela via oficial, cartorial e patrimonial empreendida e reconhecidas pela Coroa portuguesa e pelo Império nacional, já que essas populações não eram revestidas dos títulos nobiliárquicos dos reinos e dos brancos nacionais. Essas populações de descendência africana não conseguiriam a posse da terra sobretudo

Do apontamento de que a fundação da “moderna” sociedade capitalista brasileira foi baseada em seus velhos princípios ligados à questão da terra ao outro enunciado que iremos propor de que “o espaço, ele próprio, é o elemento central da reprodução do capital” não deve existir nenhum estranhamento. São complementares em seu exemplo brasileiro, em que o capitalismo e o Estado democrático atual tem como antepassado a Lei de Terras, promulgada por Dom Pedro II, que regulamentou a propriedade privada no país, e se tornou a mantenedora da desigualdade que segue

¹⁷ O *racismo ambiental* é um termo, cunhado para que descrever a injustiça ambiental que afeta comunidades de minorias étnicas, e é constituído por injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre etnias e populações mais vulneráveis. Segundo, Marcos bernardino pacheco, “em países como o Brasil, não se trata de uma coincidência que as populações negras, por exemplo, sejam as mais afetadas pelos danos ambientais. Devido ao seu passado colonial, com estruturas sociais baseadas na escravização de pessoas negras, estas passaram a ser invisibilizadas, o processo de alforria foi realizado sem nenhum tipo de reparação dos danos causados pela escravidão ou integração dos libertos”.

manifesta, sendo o sistema que reproduz materialmente o que queremos indicar com a colonialidade que aqui apontamos.

O nosso capitalismo, ao prescindir da origem de uma revolução burguesa e se instaurar como um “capitalismo subsumido pela renda fundiária e subsidiado pelo Estado” (Martins, 2023, p. 27), traçou a forma social pela qual se encerraria até hoje a questão dos enjeitados por aqui. Jessé Souza ao recapitular via Florestan Fernandes o aparecimento do burguês no Brasil afirma que este irrompe como produto de “uma visão de mundo revolucionária da visão social em todas as dimensões, como na Europa, mas como um produto circunscritamente econômico” (Souza, 2022, p. 149), o que seria um indicativo importante ou a sintetização da facilidade de aceitação estanque das contradições entre o sentido de moderno e o colonial, de onde adviria sua "origem".

O Brasil desta maneira, neste sentido, é a "representação mais bem acabada não apenas do que o progresso significa" (Safatle, 2024), mas, melhor ainda do que a colonialidade significa, pois revela em si mesmo a existência conjunta não dos antagonismos dos modelos colonial e pós colonial capitalista, mas a continuidade e perpetuação do primeiro pelo segundo.

José de Souza Martins evoca a coincidência do marco dos movimentos do futuro fim da escravidão em 1850, com o fim do tráfico de homens à formalização da Lei de Terras que normatizou a propriedade privada no Brasil aumentando o poder oligárquico e dificultando o acesso de pessoas de baixa renda, grande parte formada pelos escravizados libertos e nativos da terra original, ao acesso a posse. Ambos eventos intrínsecos ao capitalismo que nascia aqui, não aos moldes de uma revolução burguesa como já apontado, mas de um capitalismo oligárquico, confirmariam assim as “bases anticapitalistas do capitalismo brasileiro” (Martins, 2013, p.25).

E mesmo o capitalismo tendo surgido no campo a partir da acumulação cafeicultora do oeste, é preciso levar em consideração todos os elementos arcaicos que constituíram a permeá-la e que caminham na contramão da lógica capitalista. Se a acumulação

nesta região possui já uma racionalidade próxima da capitalista, a ocupação de terra não tem no entanto, nada de racional. A questão da terra é extremamente complexa no Brasil porque envolve diversos estatutos, diversas formas de aquisição e, mesmo os grandes latifúndios cafeicultores não estavam eximidos da apropriação não capitalista para continuar o processo de acumulação, o que em muito se aproxima de uma acumulação primitiva em razão de seu caráter predatório. Esse caráter se transferiria para os terrenos citadinos durante o processo de urbanização, que preservava a mesma lógica de ocupação. (Oliveira, 2009, p. 14)

Entrocamento ferroviário e sede de uma província em franca expansão econômica no momento da Abolição da escravidão em 1888, da transição ao regime de trabalho assalariado e da Proclamação da República em 1889, a cidade nesse momento começa a passar por uma grande transformação urbanística, econômica, étnica, política e cultural. (Rolnik, 2022, p. 30)

Das semanas que antecederam da Lei de Terras entrara em vigor outra Lei complementar, Eusébio de Queirós, que vinha proibir a entrada de novos escravizados africanos no país. Se tornando, sob pressão da Grã-bretanha, a primeira das leis abolicionistas, desta maneira a Lei de Terras foi garantidora da propriedade, impedindo a possibilidade de invasão destas pelos libertos e os transformando em trabalhadores baratos aos latifúndios. Tal conjuntura sedimentaria o terreno dos abismos sociais típicos do país que mais recebeu escravizados em todo mundo.

Se como elucida Ana Fani Carlos “A produção do espaço situa-se num ponto da história da humanidade quando o trabalho, a sua divisão e a organização do grupo foi suficiente para transformar a natureza em produto humano, desdobrando-se no curso do desenvolvimento social como resultado do trabalho social global” (Carlos, 2011, p.98), resta-nos apontarmos que, no processo de capitalismo oligárquico ou do capitalismo de base colonial, o trabalho destinado a uma determinada parcela tomara a peculiaridade, assim, desde os libertos do cativeiro aos seus descendentes dos dias atuais, de “falso equivalente do trabalho propriamente assalariado” (Martins, 2023, p. 27) das sociedades capitalistas do centro.

Em resumo, a falta de acesso à renda da terra, em especial a população negra liberta no princípio do capitalismo brasileiro, torna-se matriz

de uma conformação social que tem por consequência o “barateamento do trabalho assalariado muito aquém do processo de reprodução da força de trabalho para o capital, do valor da sobrevivência de quem para ele trabalha” (idem). Essa libertação degradada destinou-se ao negro (uma vez que o “ex-escravizado” e seus descendentes não foram socialmente ‘semiotizados’) como trabalhadores passíveis de qualificação profissional requerida pelas ocupações emergentes no âmbito do capitalismo industrial” (Sodré, 2023, p. 80). Assim, nas palavras de José de Souza Martins: “O trabalhador escravizado da peonagem e o trabalhador sobre explorado que dela se avizinha, pelas insuficiências de sua condição de sobrevivência, desse modo entra como matéria-prima viva disfarçada de trabalhador no processo de reprodução ampliada do capital. (Martins, 2023, p. 28).

Há com essa observação traçada por José de Souza Martins, entretanto, para nós, um registro desse movimento ainda, que parece extremamente relevante. A ideia de que, com a chegada dos imigrantes europeus, animada pelo projeto de branqueamento do país, “indivíduos radicalmente opostos aos estereótipos de preguiça e de vadiagem atribuídos aos negros” (Sodré, 2023, p.90) no processo pós abolicionista ainda recente ao período, se faz exatamente uma conversão do negro de matéria-prima viva à matéria viva comum. Coisa obsoleta e simples organicidade existente, aquilo que *Agamben* apontou retomando a concepção do pensamento clássico como *zoé*, a *vida nua*. É no curso justamente da abolição da escravatura que compreendemos o acontecimento que converte em clausura, e que se dá no processo contraditório: o aprisionamento deste grupo à formulação definitiva da vida indigna de direitos dentro do processo capitalista oligárquico específico brasileiro pós libertação.

o “humano” não é algo imanente ao individual e sim uma virtualidade inscrita no conjunto das relações sociais. Isso afeta a questão da liberdade. Acabando-se o domínio direto de um homem (o senhor) sobre outro (o escravo), começa o domínio das condições de produção sociais regidas pela mercadoria. Em termos mais explícitos, a dominação e a repressão diretas sobre o corpo do indivíduo dão lugar a exploração pelo trabalho. A libertação do escravo acontece, portanto, no quadro de substituição da tortura física pelo fetichismo (a abstração ou ocultação do poder) da mercadoria. Entra em cena um novo senhor, o capital, indiferente à qualificação humana do liberto: ideologicamente, a depender do quadro interpretativo, o trabalho

poderia tornar-se a própria essência perdurável do homem (Marx), ou então o disfarce da degradação humana, como deixaria transparecer o dístico nazista no pórtico do campo de concentração de Auschwitz (Arbeit macht frei, "o trabalho liberta"). (Sodré, 2023)

A manutenção do negro liberto ao cativo agora também moral da sociedade brasileira capitalista e oligárquica vai cumprir sua função: Corroborada pela compreensão do negro como “não dado ao trabalho – uma manutenção do poder hierárquico do senhor, de distinção e de retaliação à assimilação do negro digno de direitos – realiza-se o prolongamento dos benefícios da forma da escravidão que ocorre quando, de mercadoria, o negro passa, no campo social, à situação de sub-trabalhador. O que irá admitir sua contínua exploração já fora do cativo, destinada à finalidade da manutenção apenas dessa vida nua e a destinação do seu grupo à inscrição de *sub* dentro da forma social no capitalismo brasileiro. Tal seria o curso da maneira como se deu o atrelamento das questões das categorias de classe e raça no Brasil, ao nosso entendimento.

A mudança do negro pelo imigrante branco e livre, pela imposição da abolição formal, segundo Raquel Rolnik (2007), foi difundida pela ideia progressista da assimilação do europeu como auxílio ao desenvolvimento da nação. No mesmo sentido se formulava a concepção da raça negra “condenada a bestialidade da escravidão” (p.78) que deveria diluir-se através do processo de branqueamento para uma raça livre.

Em São Paulo, essa formulação implicou uma intensa reorganização territorial já que a partir do último quartel do século XIX, a cidade, que até então era um centro comercial modesto, tornou-se o centro da expansão cafeeira. Antes de mais nada, a cidade veria sua população aumentar rapidamente em poucas décadas, fruto, sobretudo da entrada de imigrantes. Em 1886, dois anos antes da promulgação da Lei Aurea, que abolia oficialmente a escravidão no país, os estrangeiros já começavam a chegar em massa. São Paulo era quase uma cidade de 50 mil habitantes, 25% dos quais estrangeiros. A população negra da cidade, constituída basicamente por libertos (eram quase 500 os escravos), a partir daí começaria a sofrer um decréscimo tanto relativo quanto absoluto. Se em 1893 havia em torno de 12 mil negros na cidade, em 1893 eles são menos de 11 mil, para uma população de quase 65 mil habitantes (16,92% da população). (Rolnik, 2007, p.-79)

Rolnik assinala o processo de profunda transformação que São Paulo e Rio de Janeiro viveriam a partir do último quarto do século, em especial no aumento de sua população e densidade demográfica e, ao mesmo tempo, de branqueamento, que trazia os novos padrões das almejadas cidades capitalistas (ao molde europeu, obviamente): “Na cidade que se quer civilizada, europeizada, o quilombo é uma presença africana que não pode ser tolerada.” (Rolnik, p.81). A autora cita o que tenha sido talvez o primeiro processo de limpeza urbana e zoneamento social, quando os ricos abandonaram o centro da cidade, o que seria o denominado “centro velho” hoje, para fundar em definitivo a região exclusivamente nobre dos Campos Elíseos.

A tentativa de descrição da composição histórico-geográfica aqui, portanto, que busca traçar de maneira pelo menos geral as bases fundamentais da formação do território central da cidade de São Paulo tem assim um elo comum: a constituição da propriedade privada que sistematiza a luta de classes - “no plural”, como enfatiza Maurício Lazzarato (2022) em sua tese sobre a questão de colonialidade - no capitalismo brasileiro baseado na transformação da objetificação do escravizado negro, pelo entrave ao acesso à terra, ao sub-trabalhador objetificado migrante em busca de sobrevivência atrás do mísero capital de sustento.

A formação do território central - lembrando território como composição do espaço aos sujeitos que o chegam, cenário da vida cotidiana - da Boca do Lixo hoje atual *cracolândia* se encarrega na sua própria paisagem urbana, todavia, de contar esse enlaçamento que aqui só procuramos desmembrar para o encaminhamento da presente tese.

1.3. Higienização como parceria público privada e a retomada do espaço de poder

Primeiramente, a casa grande, com senzala e tudo, é o Estado. (Sodré, 2023, p.40)

Para a presente tese devemos apresentar de que forma a *cracolândia* e o território em que está situada, antes Boca do Lixo, se tornam recorrentemente e facilmente alvo não apenas de ações e operações policiais, que desdobram-se numa história de contínua crise e violência localizada mas, ao mesmo tempo, e em decorrência dele, de um discurso de discurso político que, por conseguinte, engaja fazendo uso da própria crise via o debate da segurança pública, a sociedade civil. Para isso, devemos considerar, que, "Como já vimos em outros momentos da história, práticas e dispositivos de violência estatal e sujeição desenvolvidas em locais específicos são paulatinamente generalizados em situações de crise" (Safatle, 2024) e que são estas práticas que vão rememorar e sedimentar para tal sociedade, em nome da proteção da ordem que garante a propriedade privada,, que se fortalece através do medo no tensionamento entre os sujeitos das diferentes *classes*, a sustentação da relevância da função do Estado:

(...) no contexto de crescente medo do crime e de preocupação com a decadência social, os moradores não mostram tolerância em relação a pessoas de diferentes grupos sociais nem interesse em encontrar soluções comuns para seus problemas urbanos. Em vez disso, eles adotam técnicas cada vez mais sofisticadas de distanciamento e divisão social. Assim, os enclaves fortificados – prédios de apartamentos, condomínios fechados, conjunto de escritórios ou shopping centers – constituem o cerne de uma nova maneira de organizar a segregação, a discriminação social e a reestruturação econômica em São Paulo. Diferentes classes sociais vivem mais próximas umas das outras em algumas áreas, mas são mantidas separadas por barreiras físicas e sistemas de identificação e controle." (Caldeira, 2011, p.255)

A crise que repercute no âmbito do território central a qual nos debruçamos aqui, iniciada, lembremos, no ano de 2022, não é, claramente, disruptiva quanto a seu passado, à exemplo do outro processo de higienização que moveu a população majoritariamente negra do Centro

Velho de São Paulo para a região dos Campos Elíseos (Centro Novo) no século anterior.

O paralelo mencionado deve ser compreendido a partir da medida não de uma mera repetição ou de qualquer coincidência mas, já que se tratando de um *território*, de uma lógica de poder que passa a ser assimilada enquanto verdade quando normaliza a apropriação do lugar e o deslocamento de pessoas indesejadas dele:

Finalmente, a população negra que ocupava o chamado 'Centro Velho' de São Paulo acabou por ser desalojada pelos chamados 'trabalhos de melhoramento da capital', grandes operações de renovação urbana que se iniciam durante a administração de Antônio Prado (1899-1911). (...) O que ali se esvoaçava era o desenho de um Centro burguês de ruas largas e fachadas uniformemente neoclássicas, que seria território exclusivo das classes dirigentes: seu espaço de trabalho, diversões, comemorações cívicas e religiosas. (Rolnik, 2007, p.81)

A quebra que se agora coloca como uma espécie de imperativo em tal crise, e que merece a devida atenção a qual procuramos tratar aqui pelo seu recurso inédito nos dias de hoje, é exemplar na instauração de um estado de insegurança. Ao almejar uma espécie de "solução final" à *cracolândia*, indica também uma retomada, uma restituição do espaço aos seus antigos "donos", - agora assentados em numa nova ordem internacional dentro do *setting* neoliberal de mundialização do capital - e do Estado, juntos na realização de uma espécie de recolonização interna.

Se no subcapítulo anterior procuramos traçar um esboço do aspecto histórico-geográfico da região central trazendo também alguns elementos de determinada fisionomia político-econômica na virada colonial e pós-colonial brasileira, que se ligam à constituição do território no intuito de colocar em cena o estabelecimento da "luta de classes" que se formara neste capitalismo - que no caso brasileiro especialmente implica na indissociabilidade entre classe social e raça - aqui pretendemos outra perspectiva que tal local evidencia. Procuraremos esboçar de que forma, através da presente crise, Estado e Capital se reafirmam, através deste território, e em "disputa" por ele dele, os descendentes agora da "ralé da

ralé" que ajudaram a originar, numa qualidade de (re)expropriação daquilo que nunca fora concedido a estes.

No mês de março de 2024, dois anos após o início da crise identificada, o governador de São Paulo em exercício, Tarcísio de Freitas (Republicanos), ex-ministro de Jair Messias Bolsonaro que ocupara o cargo da presidência do ano 2019 a 2022 no Brasil, lançara o projeto de mudança da sede do governo do Estado, atualmente localizado no Palácio dos Bandeirantes, no bairro do Morumbi, para a região dos Campos Elíseos.

Contextualizada mais especificamente na localidade e imediações da Praça Princesa Isabel, o intuito da mudança prevê "revitalizar a região, aumentando o fluxo de pessoas e a sensação de segurança" prometendo, nesse sentido, "ações para reforçar a segurança pública e tratar os dependentes químicos"¹⁸ e colocando em circulação mais 22 mil funcionários. A ideia tem como inspiração Brasília na consideração da construção de uma esplanada aos moldes da Capital Federal com a construção de 12 novos prédios para abrigar as secretarias do governo do Estado.

Para tanto, o governo disse pretender lançar mão de R\$500 milhões de reais para desapropriações de cinco quarteirões da região e indicara o investimento de mais de R\$2 bilhões, com a parceria público-privada para a construção ou realização de *retrofits* de 6 mil unidades de habitação para a atração em especial da classe média pois, segundo o governador, sem maiores justificativas, seria "preciso trazer pessoas da classe média pra morar" ali. Da mesma maneira, Tarcísio assinara um decreto tornando como de "utilidade pública" os imóveis públicos e privados que estão na área de construção do novo centro de poder estadual, como o Palácio dos Campos Elíseos, hoje sede do Museu da Favela e prevê. Ainda prevê a

¹⁸ Fonte: Tarcísio lança concurso arquitetônico para transferir secretarias para a região da cracolândia::<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/03/27/tarcisio-lanca-concurso-arquitetonico-para-transferir-secretarias-para-a-regiao-da-cracolandia.htm?cmpid>

desapropriação da Favela do Moinho, que abriga hoje cerca de 800 famílias, para a construção de um parque, além transferência do Terminal Princesa Isabel para outra localidade da região central¹⁹. Desta feita:

[...] o projeto pressupõe demolir ao menos cinco quadras, ocupadas atualmente por cerca de 800 pessoas, segundo os dados do Censo populacional do IBGE de 2022, parte das quais morando em regiões encortiçadas, conforme dados do Censo de Cortiços da Prefeitura de São Paulo de 2014, e demarcadas parcialmente como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) 3 e 5 pelo Plano Diretor de 2014. Não há no projeto e nem no edital do concurso nenhuma menção a respeito do destino destes moradores, além do descumprimento da legislação urbanística em relação aos usos e destinação das ZEIS (LabCidade FAUUSP Observatório de Remoções Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos LabJuta UFABC União de Movimentos de Moradia de São Paulo).

O anúncio do projeto de transferência da sede de poder para os Campos Elíseos foi retificado pelo governador, no dia de seu lançamento, da seguinte forma:

Quando a gente traz o novo centro administrativo, concentra o poder no centro, no coração da cidade, no Campos Elíseos, trazendo o poder de volta para onde ele já esteve no passado, estamos mandando um recado para a iniciativa privada: nós, Estado, estamos acreditando no Centro. Podem vir que vocês não vão se arrepender. (Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo, março de 2024)²⁰

Para entender a fala de Tarcísio de Freitas assinalada, precisamos considerar primeiramente que, assim como Foucault, tomamos que a verdade se encontra nos efeitos que resultam da prática e da relação de poder para fazer funcionar o que será aceito como tal pelos sujeitos:

Foucault indica que as verdades universalmente atribuíveis ao sujeito nos termos do conhecimento científico são, em última instância, efeitos de verdade produzidos por mecanismos estratégicos de poder presentes nas práticas sociais. Tal designação significa que eles funcionam como se fossem verdades, com o objetivo de justificar racionalmente aquelas relações de poder. Além disso, um discurso é investido historicamente de um teor verdadeiro, porque cumpre com uma funcionalidade específica, qual seja, produzir efeitos de poder estatutando regras para o governo das

¹⁹ Como informa a nota técnica Nota técnica sobre o Projeto PPP Campos Elíseos - Polo Administrativo "ainda não há nenhuma especificação de para onde será transferida esta infraestrutura de transporte público, que opera 18 linhas de ônibus que ligam o centro a diversas regiões das periferias, ou qualquer demonstração dos impactos dessa substituição, especialmente para os usuários do bairro (como as usuárias do Hospital da Mulher, equipamento público de saúde situado no perímetro do projeto)".

²⁰Fonte: Tarcísio lança concurso arquitetônico para transferir secretarias para a região: <https://exame.com/brasil/tarcisio-lanca-concurso-arquitetonico-para-transferir-secretarias-para-a-regiao-da-cracolandia/>

peessoas, dividindo-as, examinando-as, adestrando-as, sujeitando-as.(Candtioto, 2006, p. 70).

Considerando que "As relações de poder não surgem da estrutura econômica", mas que ela "é uma relação de poder que nasce estritamente no contexto da exploração econômica" (Lazzarato, 2018, p. 72), ou seja, não tomando a luta de classes como diretamente "chave geral explicativa" mas, antes, a tomando pela compreensão de como ela se desencadeia em "uma construção sociocultural" como complementa Muniz Sodré (2023) a partir da leitura da sociologia bourdiana de Jessé Souza.

Guiamos nossa interpretação sobre a fala de Tarcísio à partir do entendimento sobre tal *poder* dentro da colonialidade do poder, ainda que tomemos a marca do irrompimento do capitalismo aqui atrelado a questão da cafeicultura e, portanto, à região dos Campos Elíseos, com seus traços, como foi exposto anteriormente: Tomamos a Lei de Terras aqui como àquilo que se desenvolveu à partir da Abolição não também como chave geral de leitura, mas a própria lei como marco do que regulamentou no país a propriedade e sustentou a Abolição sem a restituição do descendente de escravizado ao lugar de trabalhador e, portanto, cidadão, na estrutura social de conformação capitalista nascente. Tomemos a instauração da Lei como momento definitivo de sentido de afirmação da colonialidade em seu pacto com o presente.

Essa identificação, ainda que usada aqui mais como escolha de recurso metodológico de localização histórica dos eventos, nos permite aferir que tais relações de poder se sustentam como um regime de verdade com base na dominação medida pela acumulação de riqueza, ou seja, pelo poder de tal herança oligárquica da sociedade colonial escravocrata que em nada rompe no período de pós Abolição, mas apenas se atualiza como modelo político-econômico e social moderno. Nesse sentido indicamos que discutiremos isso mais adiante quando desdobrarmos o conceito de "forma social escravista" e de "máscaras sociais" que delineiam a compreensão de inexistência de racismo no país.

Em suma, associado a isto, debateremos a proposição de que a primeira camada que encobre o racismo é o argumento da meritocracia capitalista arcaica brasileira e não apenas uma postura estritamente cínica: "Essas práticas capitalistas não são 'neutras' [...]. Ao contrário, mercado e Estado já reproduzem uma visão de mundo e de ser humano contingente historicamente, que hierarquiza indivíduos e classes sociais de acordo com seus imperativos funcionais" (Souza, 2022, p.150). O que no Brasil se integra com compreender a escravidão como raiz da sociabilidade brasileira" (idem) e a Lei de Terras como marcador definitivo de negação do reconhecimento social do negro, enunciado o racismo à partir do período capitalista no Brasil e na construção de sua República.

Se a história se repete como farsa, como nos diria Marx, tudo indica que sua verdade tenha método e esse método seja a própria repetição como afirmação dos lugares de poder que formam as verdades de cada sociedade. Nesse sentido, ao que se refere nosso problema, a repetição histórica não se limita a apenas novos processos de higienização no centro da cidade de São Paulo, mas àquilo que justifica esse processo: a retomada, literalmente, do *lugar* de poder, simbolicamente no seio da política e, conseqüentemente, materialmente, ou material e fisicamente como ocupação, ou melhor dizendo, de reapropriação do lugar simbólico, na mesma medida, deste poder para a sociedade: Assim, "a espacialidade é entendida como um 'estado de separação', que pode ser abstrato nas artes, mas é bastante concreto no funcionamento na forma social escravista" (Sodré, 2023, 127). Para tanto, faremos ainda novamente o exercício de voltar a olhar esse passado histórico de maneira a identificar melhor no presente o que chamamos de colonialidade.

Como coloca Rolnik, a cidade moderna não admite os vestígios do seu passado. Se o capitalismo nos chega por aqui não aos moldes dos preceitos da modernidade burguesa europeizada, em que o trabalho no lugar da renda da terra se ocupa de transformar as relações (não apenas de trabalho, mas sociais), a cidade, no entanto, vai seguir os ditames de revestimento dessa europa moderna, às pressas, em sua materialização em

cima da cidade colonial. Faria-se, assim, no início do século XX, o objetivo do primeiro prefeito da cidade de São Paulo, Antônio Prado, "de transformar a cidade, dotando-a de características urbanísticas europeias e destruindo os traços de uma cidade 'colonial', construída sob a técnica de taipa de pilão e associada à escravidão" (Branquino, p.52).

Mas o projeto urbano de 'cidade burguesa' não foi só a transformação do modelo arquitetônico, das técnicas, dos materiais de construção e do sistema viário, mas um projeto social e econômico de uma classe com a cidade, assim como as classes populares se tornaram um meio por onde se dava, no atendimento aos interesses imobiliários, à reprodução da renda da terra. (Branquinho, p.52)

Não seria mais notável que o primeiro prefeito da cidade que, colocaria em andamento o projeto que modernizaria a São Paulo de taipas, fosse Antônio Prado, vindo de "um poderoso tronco" (Toledo, 2015, p. 24) , que vale ser mencionado quanto elemento ilustrativo para nós. Prado fora neto de outro Antônio, "banqueiro, dono de terras, magnata e barão - barão de Iguape" (idem). O prefeito, filho de Dona Veridiana e Martinho Prado que "tomara o decisivo passo de substituir a cultura da cana de açúcar, até então o esteio da agricultura paulista, pelo café" seria, conseqüentemente, o herdeiro da família que fora a "maior produtora de café de São Paulo, portanto do Brasil, portanto do mundo." (idem, p.24-25). "Não somente era fazendeiro, como presidente da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, sócio da maior casa exportadora nacional, a Prado & Chaves, além de presidente do Banco de Comércio e Indústria de São Paulo.

Controlava, dessa forma, o financiamento, a produção, o transporte, a comercialização e a exportação de café" (Oliveira, 2009, p.67-68).¹³⁵ e se faria nesse sentido sinônimo da prática administrativa que "é marcada por um arraigado patrimonialismo com a sobreposição de negócios públicos e privados de uma oligarquia na qual se misturam as figuras 'de homem público' e de 'capitalista', caracterizado como aquele que vive de renda, com investimentos em diversos negócios, terras, café, bancos, indústrias, etc." (Branquinho, p.53).

A moralidade, firmada entre a associação de interesses privados e públicos, exemplificada na figura elementar do homem oligarca da sociedade paulistana, torna-se uma das mais importantes características da fundação da política moderna que mantém sua raiz calcada nos privilégios do passado, todavia com o encobrimento de um recurso modernizador ou mesmo futurista, quiça "europofágico": "Um incipiente espírito capitalista se fora então condensando em torno destes barões que, no entanto, como a própria ignomínia nobre indica, não deixariam de ter uma postura tipicamente aristocrática frente a estas conquistas e aos seus patrimônios. (Oliveira, 2009, p. 40). Nesse sentido,

Na formulação mais geral, a interpretação dualista dos desenvolvimentos paradoxais brasileiros sugere que o Brasil nunca se tornou uma sociedade totalmente moderna (um modelo identificado com a Europa ocidental ou com os Estados Unidos). Em vez disso, o Brasil seria marcado pela cisão entre uma ordem hierárquica (privada, informal, pessoal) e uma ordem igualitária (pública, formal, legal), que se relacionam de modo complexo para produzir a cultura brasileira." (Caldeira, 2011, p.138)

Ela ajudou a caracterizar não apenas o modelo de funcionamento político republicano, como a dinamizar os traços idiossincráticos da moderna sociedade capitalista brasileira de margem com a dissecção da elite política capitalista colonial em relação a realidade entorno social, material e espacial, o que por sua vez vem se refletir na própria cidade, especialmente de São Paulo e, em suas dinâmicas de segregação de todas as formas espaciais.

Era o Brasil do século XIX em busca de civilização, a cidade do Rio de Janeiro estudada por Sidney Chalhoub com uma intensa reforma urbanística, baseada numa política saneadora. Para além dos cortiços e de ações de demolições, sob a justificativa de uma política higienista de combate as doenças endêmicas. Na verdade, estavam em jogo a especulação imobiliária, a obtenção de vantagens para o comércio de importação e para as indústrias recentes e, principalmente a aprovação de uma 'lei que dava plenos poderes aos organismos sanitários de ordenar a demolição de construções sempre que estas lhe parecessem insatisfatórias" (Chalhoub, 1986, p. 202). Além disso a cidade de São Paulo, com sua legislação municipal, tratava, no mesmo período, de proibir a presença de pobres no centro da cidade. Esse tipo de intervenção no território 'popular' complementava o projeto urbanístico municipal de construção de uma nova imagem pública para a cidade, aquela de um cenário limpo e ordenado que correspondia à respeitabilidade burguesa a qual a elite do café se identificava (Rolnik, 1999, p.37 apud Koga, 2011, p. 49)

O apagamento na cidade do período anterior, tomando o espaço como dimensão concreta daquilo que é concebido como verdade nas relações de poder, nos serve como indicativo de nossa tese sobre o encobrimento dos elementos racistas associados à forma social escravistas pela máscara da lógica (e da forma) capitalista. O que queremos dizer (e discorreremos sobre isto também adiante) é que o funcionamento da mentalidade meritocrática via divisão social do trabalho, vai assumir assim, maquiando o passado escravocrata e as questões que se ligam até os dias de hoje a ele, pelo pensamento predominante, na possibilidade de invisibilização das questões relativas a especificidade da condição do negro no país. Da mesma maneira que a materialidade da modernização da cidade buscou invisibilizar os traços do período colonial, relegando o negro ao espaço social de vulnerabilidade e esta aos espaços guetizados da cidade.

Dito isto, podemos retomarmos a fala de Tarcísio de Freitas ao se referir a mudança da sede de poder de modo a localizá-la melhor. A menção dúbia do governador, de trazer "de volta o poder pra onde ele esteve no passado", portanto, não se trataria de mera casualidade: ela explicita o elo entre a forma espacial e os espaços simbólicos de poder do passado na conformação materializada da rememoração do antigo poder, ou melhor dizendo, da antiga forma político-social do poder. Assim, a noção de poder possui, como ponto de partida, o modo como o poder se apresenta em uma determinada sociedade ou em um momento histórico específico e é, contudo, parte integrante das práticas discursivas relacionadas com os espaços. (Ritter, 2018).

A verdade então, desta maneira, se sedimenta como "a verdade histórica inerente a cada sociedade que faz funcionar o imbricamento da realidade com seu passado não contestado via memória e "sensibilidade social" ou, ainda, "campo emocional (Sodré, 2023)" (p.135) que se forma. Sodré nos ampara na explicitação da construção da verdade nessa relação quanto *campo emocional* quando pensa o seu conceito, central para nós, de *forma social escravista*:

Ao se falar de sensibilidade em geral, a referência é a vida prática e a emotividade. Mas a sensibilidade social implica representação, afeto e ação concreta. O que é o concreto numa forma social? Em princípio, a sua materialidade aqui e agora, pois a forma tem matéria e consistência, que se impõe. Ela representa a unidade de uma multiplicidade de aspectos da vida social, qual tenta se distinguir, sem realmente conseguir, uma vez que realiza a matéria, negando-a. (Sodré, p. 134)

É na materialidade, no espaço em que ela ocupa, que tal forma social, enquanto realidade se toma verdade subjuntiva que irá transparecer ao apelo emocional. O arquiteto finlandês Juhani Pallasmaa examina a relação entre o campo emocional, memória e verdade em que o sujeito fica inclinado quando submetido à concretude das disposições espaciais e da matéria, em especial do significado das representações construídas temporalmente:

Certos tipos de edificações, como memoriais, túmulos e museus, são concebidos e construídos deliberadamente para o propósito de preservar e evocar memórias e emoções específicas. Os prédios conseguem manter sensações de pesar ou êxtase, melancolia ou felicidade, bem como de medo e esperança. Todos os prédios mantêm nossas percepções de duração e profundidade temporal e sugerem narrativas culturais e humanas.(...) não temos como conceber ou lembrar o tempo como uma mera dimensão física; podemos apenas compreender o tempo por meio de suas realizações, mediante vestígios, lugares e eventos da ocorrência temporal. (...) A recordação de lugares e recintos gera a lembrança de eventos e pessoas. (Pallasmaa, 2018, p.17).

Assim, o poder do Estado, enquanto continuidade do poder de outrora, ao ocupar o espaço de poder dentro da esfera política, enquanto governo, vai representa-lo e simboliza-lo se materializando na concretude da manifestação de sua verdade nas forma concretas de sua nova sede, abrindo espaço para o Capital numa parceria público-privada e numa colaboração com dimensões mais amplas do que aquelas referidas nos projetos de gerenciamento de obras de "interesse público".

2. "NÃO EXISTE RACISMO NO BRASIL"

Em termos muito sumários, pode-se dizer que, até a Abolição, a sociedade brasileira era composta pelos protagonistas do "descobrimento" (portugueses, africanos e indígenas, além de outras e eventuais nacionalidades), enquanto, após o fim da escravidão se poderia chamá-la de sociedade do "encobrimento", no sentido de uma formação social orientada para o apagamento do que houve antes. (Sodré, 2023, p. 43).

No presente capítulo nos debruçaremos sobre a construção da ideia de inexistência de racismo no Brasil. A ficção encarnada que pode ser sintetizada na máxima de "democracia racial", foi limitadora da leitura da realidade brasileira por tempos, e facilitadora de compreensões equívocas sobre a mascarada condição do lugar do negro no país. Todavia, isso não se daria de maneira eventual, mas seria advindo do composto do fundamento do próprio forjamento da sociedade capitalista como necessidade de adiantar o último país a abolir a escravidão de forte sustentação escravista, à modernidade.

O recurso de tamponamento, entretanto, que pode ser compreendido em especial através do desenvolvimentos das cidades, que passariam a concentrar a máxima do progresso, criaria mecanismo outros que "recalcariam" o racismo para expressões mais elaboradas que desviam de sua forma direta. Incluindo, o que sustentaremos aqui, do aparato da democracia e dos direitos que, a partir da Abolição, que encaminharam as medidas de distinção para o campo social, separando-o de uma estrutura formalizada pelo Estado. Por este motivo será necessário adentrarmos na nossa perspectiva adotada nos distanciando do caro conceito de *racismo estrutural*, de uso quase obrigatório nas discussões na atualidade do Brasil, nos campos acadêmicos e não acadêmicos.

Suplantaremos esta ideia aqui, para por em desenvolvimento outra perspectiva, bastante atualizada, e que nos parece mais adequada para a leitura da *cracolândia* como sua manifestação: a da *forma social escravista*, como proposta por Muniz Sodré (2023).

Adiante seguiremos para o contexto da *cracolândia* tomando sua própria noção como "dispositivo invisibilizador" (Franco, 2021) como aquilo que cria, como nomeia Franco "cadáveres desconhecidos", entretanto, em vida, ocupando um lugar para o Estado que é muitas vezes o de "nem faz morrer, nem fazer viver, mas fazer sobreviver" (idemp. 108). Neste sentido, da sobrevivência, o racismo se veste como máscara que encobre o semblante do passado colonial e cria uma ruptura entre presente e passado que toma uma blindagem que impede de ser lida como racismo em sua forma plena.

É no corpo *zumbi da cracolândia*, como são denominados popularmente estes corpos que percorrem as *cracolândias*, então, que acontece uma espécie de "ato falho social" como um representante contundente entre os limiares da vida e da morte que se diferenciam nestas "formas sobreviventes da existência", como uma das diversas figuras do *morto-vivo*, sujeitos deliberados a morte "de uma morte a qual ninguém se sente obrigado a reagir" (Mbembe, 2020, p. 68).

2.1. A forma social escravista ou a culpa deve ser do sol

Sol
A culpa deve ser do sol que bate na moleira
O sol que estoura as veias
O suor que embaça os olhos e a razão
E essa zoeira dentro da prisão
Crioulos empilhados no porão
De caravelas no alto mar

Tem que bater, tem que matar, engrossa a gritaria
Filha do medo, a raiva é mãe da covardia
Ou doido sou eu que escuto vozes
Não há gente tão insana

(Chico Buarque, Caravanas, 2017)

Uma objeção realizada por Jessé Souza (2021) e posteriormente, na mesma ordem, Muniz Sodré (2024), e que conduzimos aqui como argumento nosso, é sobre a noção de *racismo estrutural* levada adiante que toma as discussões, análises e reflexões sobre a temática no contexto

brasileiro atual. Com mérito de fundamentação e ousadia de ambos - visto a ampla importância do conceito como "tática discursiva" (Sodré, 2024, p.60) reconhecida na atribuição que toma lugar de importância no seio do discurso político e anti-racista²¹ no cenário atual - Sodré e Souza contrapõe-se a ideia proposta por Silvio Almeida de maneira a procurar nesta conceituação suas próprias compreensões das manifestações racista, entretanto, numa tentativa de enquadramento mais enérgica sobre as bases de sua fundamentação.

Para Souza o "racismo estrutural" de Silva soa como uma promessa de desvendar a "essência do racismo na sociedade - mas entrega pouco mais que um nome mágico e uma alusão ao que fica escondido" (Souza, 2021, p. 45), - o que Samuel Vidal da mesma maneira denotara como "condicionalidade invisível" no conceito²². Sodré, por sua vez, aferra-se em sua avaliação aprofundando-se na elaboração sobre o aspecto "estrutural" do sentido de racismo apontado pelo autor.

Aquilo a que normalmente damos o nome de "estrutura social" ou sistema "social" é a organização de relações econômicas, políticas e intersubjetivas em termos societários, portanto, uma mediação simbólica estável, com princípios coerentes: as posições de deveres e direitos ocupadas pelos indivíduos no interior da sociedade inter-relacionam-se de forma a cristalizada na legislação e nas convenções políticas (Sodré, 2023, p.45)

O que Sodré nos fala, assim, é que o panorama da "tecnologia de poder declarada ou visível" (p.43) da sociedade manifesta escravista, "inscrita em leis e fatos normativos" (p.44), abandona sua estrutura formalizada posteriormente no período pós abolicionista e à partir do capitalismo brasileiro toma a dimensão de uma *forma* sistemática. Assim, ela trata de dispensar sua validade de homogeneidade da estrutura

²¹ Indica Muniz Sodré que a perspectiva de Silvio Almeida é oportuna por ter o "mérito teórico de tornar didática a compreensão do racismo, deixando claro que não se trata de patologia nem desarranjo institucional, mas de um efeito de totalidade" e por isso merece ser relativizada no peso da argumentação epistemológica. (Sodré, 2023, p.48). E complementa adiante: "Sem dúvida alguma essa palavra tem forte apelo político no ativismo afro, mas o 'estrutural' não explica a complexidade do 'arraigado' no sentimento racista" (p.49).

²² Fonte: "Racismo estrutural virou álibi para justificar práticas institucionais e individuais": <https://www.geledes.org.br/racismo-estrutural-virou-alibi-para-justificar-praticas-individuais-e-institucionais-diz-professor/>

discriminatória "baseada no imaginário de raça"²³, logo, apoiada na lógica institucional de estamento racista e passa a existir como algo introjetado, que vai se "infiltrar" "nas instituições e passa a constituir as subjetividades junto a amplas parcelas da sociedade nacional"(p.49).

Portanto, não organizadamente em termos de uma estrutura social planejada, mas estruturante pela persistência de um "pacto" de tratamento dispensado e pela incidência comum de discriminação ao sujeito de pele escura, o que Cida Bento (2022) nomeara como "pacto da branquitude", uma "transmissão que atravessa gerações e altera pouco das relações de dominação ali incrustadas (...), um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios". (Bento, 2022, p. 18)

O debate destacado por Sodré e Souza merece ser exposto pois, além de dar conta da possibilidade de alargamento da leitura em torno do racismo, auxilia no avanço da tarefa extremamente marcante de análise da operação da discriminação que se embute na realidade singular do país em seus esforço considerável de apagamento de seu passado e de sua verve escravocrata.

As análises propostas na compreensão das motivações do uso das vestes sociais aparentes que mascaram o racismo e justificam a discriminação por cor, tomará em Jessé Souza a compreensão de "forma e estratégia de distorção e ocultamento de relações morais" (2021, p.49) o que pode ser lido paralelamente em Muniz Sodré na sua *forma social escravista*. Ambas concepções que, ainda que dadas as particularidades dos autores, podem ser definidas como "um jogo de posições em que o lugar social do descendente de africanos já esteja predeterminado pela escassa visibilidade nos foros públicos" (Sodré, 2023, p.90). Ao modo que perpetua uma

²³ O autor dá como exemplo para a compreensão do fenômeno estrutural do racismo, em comparação ao Brasil, dos Estados Unidos da América e a África do Sul, sociedades que tiveram o apartheid como política nacional como práticas declaradas, importantes marcadores para a leitura da distinção do desenvolvimento de sua "forma social escravista" brasileira.

"dinâmica interativa de elementos discriminatórios" (idem), derivada de uma ordem específica de classes sociais que não mais constituem uma estrutura política e jurídica nos moldes de uma sociedade plenamente escravista.

As perspectivas críticas dos autores quanto ao "racismo estrutural" em oposição à compreensão da moral brasileira e da forma social escravista, para a leitura da realidade brasileira e do racismo brasileiro, de tal maneira, nos é cara aqui naquilo que se refere às dinâmicas encobridoras das lógicas de subalternidades dos descendentes africanos, que não se formataram em uma explícita estrutura escravista no período moderno. Essas tem em seu irrompimento e nas suas camadas de funcionamentos elementos pouco discerníveis na dinâmica do presente enquanto prática, impelindo-nos a permear um território de investigação sobre a transmissão da manutenção do racismo, sobre "a complexidade do arraigado" (p.49) diante da mudança do modelo social, de colonial para pós colonial, na qual esta forma se realiza.

Acobertada pela transição de modelo societário, político e econômico colonial, já que "No Brasil, todas as constituições promulgaram os princípios de cidadania universal, desde a primeira, em 1824, e muito antes da Abolição da escravatura, em 1888" (Caldeira, 2011, p. 374), portanto, esta *forma* se manifesta invisibilizada, assim, dentro da roupagem de sua velha *estrutura*. Recorremos então a uma alegoria realizada por Sodré como recurso ilustrativo bastante consonante a nossa tese:

imagine-se uma "casa grande" (a sede do engenho açucareiro teorizada por Gilberto Freyre, o ideólogo oficial das relações raciais no Brasil) que passou por um *retrofit* arquitetônico (como resultado, as residências ou os edifícios de luxo no espaço urbano) e rearrumou o seu imobiliário, mas não alterou substancialmente as relações com a mão de obra escrava, apenas atualizando uma hipotética "estrutura de sentimentos". O sujeito da consciência racista não é mais o barão proprietário de corpos assujeitados para o trabalho gratuito, mas o baronete imaginário - esse sim, fora do lugar, fora da casa grande - suposto senhor de almas alheias. Trata-se agora de um controle institucional por uma burguesia nacional branca." (p.57)

O que se coloca, em resumo, é que "a derrocada do escravismo (1888) e do Império (1889), as novas forças e práticas sociais em ação desde o início do século XIX mostram-se ainda sob a lente de distinções e

avaliações estamentais da ordem anterior." (Souza, 2022, p. 151). O que pode ser sintetizado também na fácil afirmação de que a existência do racismo no Brasil inicia-se com a sua própria fundação -, como hoje é discutido em diferentes âmbitos graças, especialmente, as lutas do movimento negro que vêm conferindo legitimidade para debates cada vez mais complexos que vão no sentido de desconstruir a máxima negativa do fenômeno. Entretanto, o que muito fora negado nesse processo é a possibilidade de determinação de leitura fora de uma instância não verbalizada, ou seja, explícita pela linguagem formal, que seria pelo menos até pouco tempo a maneira como a maioria dos cientistas sociais se comprometiam a examinar o mundo (Souza, 2021, p. 202).

Desta feita interpretativa, confere-se que "A relação entre a sociedade e o indivíduo é percebida como uma internalização, quase uma escolha, de ideias e de valores sociais transmitidos de modo explícito pela língua falada e escrita" (idem), o que gera dissonâncias quanto percepção do brasileiro sobre o racismo, como assim ilustram as pesquisas que apontam para a existência do racismo perante ao sujeito em relação à sociedade e as instituições, mas que, ao mesmo tempo, apontam a inexistência de admissão de leituras individualizadas acerca de atos racistas ou práticas ideologicamente racistas do próprio sujeito²⁴.

Tereza Caldeira (2011), nos traz um exemplo, fazendo comparação à sociedade estadunidense, do modelo de funcionamento do racismo brasileiro invisibilizado ou não verbalizado, quando cita em

²⁴ O estudo "Percepções sobre o racismo no Brasil" encomendada pelo Instituto de Referência Negra Peregum e pelo Projeto SETA (Sistema de Educação por uma Transformação Antirracista) e realizado pela Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (IPEC) de 2023, ouviu em âmbito nacional a população para entender a opinião relativa à percepção sobre racismo. A pesquisa mostrou que 88% da população concordam que pessoas negras são mais criminalizadas do que brancas, sendo que 76% concordam totalmente e 12% concordam em parte. 63% concordam totalmente ou em partes já terem presenciado uma atitude racista, ao mesmo tempo em que 85% da população discorda totalmente ou em parte que possui algumas atitudes e práticas consideradas racistas. Chama a atenção no estudo realizado a forma que a percepção do racismo se distancia das instituições ao tempo em que se aproximam os sujeitos delas. O número de pesquisados que percebem ou admitem situações racistas em seu ambiente de trabalho, universitário, familiar ou de sua esfera afetiva cai drasticamente, proporcionalmente grau de intimidade com ela.

"Cidade de Muros" o anúncio de um empreendimento de uma *edge city* que veicula uma entrevista com seus moradores americanos que justificam claramente as vantagens de viver numa "comunidade integrada", ou seja, racialmente apartada:

Em São Paulo, a ideia de uma comunidade racialmente integrada poria em risco todo o negócio. [...] Apontar a integração racial como algo positivo num CID americano é algo anômalo, dada a longa história de contrastes restritivos e segregação racial nessa forma de moradia nos Estados Unidos (cf. MaKenzie: especialmente cap. 2). No Brasil isso seria impensável, dada a etiqueta tradicional das relações raciais que faz com que a questão não seja nunca mencionada. Como na vida cotidiana, o anúncio simplesmente silencia o problema, os negros continuam a ser assediados e mandados para a entrada de serviço (Caldeira, 2011, p.275).

Muniz Sodré menciona uma "emoção subterrânea" encoberta muitas vezes pela argumentativa supostamente mais progressista da discriminação social. "Quer dizer, mascara-se com uma posição de classe intelectualista a profundidade da rejeição ao outro por meio de um efeito superficial e colateral da situação de classe" (SODRÉ, 2018, p.12). Assim, reduz-se o problema a uma injustiça universal imposta pela dinâmica do sistema capitalista que impede que os componentes históricos específicos alcancem uma narrativa sufocada sobre a formação do Brasil e suas problemáticas específicas, deixando de elucidar a própria base da questão de classe brasileira que se encobre via mito de "democracia racial".

O mito da democracia racial amplamente difundido no senso comum nas diversas camadas sociais com o "anteparo intelectual" de Gilberto Freyre, no entanto, não seria o projeto desta "ficção sociológica", de um racismo que dá forma à ideologia dominante promotora de esquecimento ou recalçamento ou à "neurose cultural brasileira" como consubstancia Lélia Gonzales (Bubols, Paraná, 2023). Parece-nos mais adequado toma-lo como parte de uma sintomática manifestação "reprimida" em um exercício de composição da formação moderna do país. Depreendemos que não seria os intelectuais das análises sobre a formação do Brasil contemporâneo os fomentadores específicos de um "mito". Concluimos que se tal não se fizesse apelo aos sentidos dos sujeitos, o próprio sentido incrustado na ideia

de *mito* não encontraria o lastro de significado no meio social para sua elaboração. Em suma, seria assim mais apropriado tomá-los como porta-vozes de uma espécie de "inconsciente coletivo que continua a operar nas práticas racistas cotidianas, mesmo quando ele não se mostra enquanto tal" (idem, p.39-40).

O livro dos franceses Jean-Victor Frond e Charles Ribeyrolles de 1859, tido como "propaganda da família imperial e material de incentivo à imigração europeia" (Emicida, 2022, p.09), denuncia a instrumentalização do esquecimento. Ao excluir a presença escrava e a brutalidade de tratamento dispensado a essa população, Frond e Ribeyrolles participavam com ele do projeto inicial de adulteração da memória e remodelavam a moralidade do passado colonial, deixando para os acadêmicos da realidade brasileira, forjados já pelas teorias brancas europeias e americanas, a leitura que seria aceita amplamente de uma suposta "cordialidade" engatada na impressão de identidade que se erigira no país encobrendo as manifestações racistas.

A identidade forjada do grupo racial dominante, enquanto, "pacto narcísico", como nos lembra Cida Bento (2022), do último país a abolir a escravidão, jogado na roda de funcionamento do capitalismo global e da modernidade de valores humanista, ainda que fabricada com qualidades exteriores, vai requerer a demanda por encobrimento, "a cumplicidade silenciosa (...) e que sejam esquecidos os atos anti-humanitários que seus antepassados praticaram. (idem, p. 121).

Em termos muito sumários, pode-se dizer que, até a Abolição, a sociedade brasileira era composta pelo protagonismo do 'descobrimento' (portugueses, africanos e indígenas, principalmente, além, de outras eventuais nacionalidades), enquanto, após o fim da escravatura, se poderia chama-la de sociedade do 'encobrimento', no sentido de uma formação social orientada para o apagamento do que houve antes (Sodré, 2023, p.43).

Dentre as análises que atuam hoje para ler a questão do encobrimento do racismo brasileiro, a proposição que fazemos, diz de uma relação direta da formação oligárquica da República brasileira no epicentro na dinâmica de negação do racismo. A "ascensão" da elite dominante ao

lugar político da república é de fundamental importância para o mascaramento da manutenção do racismo, ao passo que este é imprescindível para o mascaramento dos interesses desta própria elite no espaço político que vai ocupar na "certeza da continuidade do controle oligárquico das organizações estatais da sociedade civil" (Sodré, p.43).

É na intenção da aparente separação entre interesses públicos e privados, sem a tensão social que poria, se fosse exposta, a república nascente em risco, que o passado escravista se torna elemento incômodo e negado especialmente pela elite que a partir de sua posição cederá as demais camadas da população, não negra, o privilégio que selará o pacto. Soma-se a isso, e dentro do mesmo movimento, o interesse mascarado dessa oligarquia na continuidade da reprodução do funcionamento escravista na lógica capitalocêntrica, que só seria possível primeiramente, ao alçamento do escravizado como sub-subalterno na moderna sociedade. A equiparação do branco ao negro, dentro da lógica de livre trabalho em uma sociedade desequiparada de condições entre esses grupos, colocaria a manutenção do privilégio branco e elitista na situação confortável de suposto benfeitor, só viável na dinâmica de ocultação do poder senhorial.

Todavia, dentro da lógica capitalista nascente o ex-escravizado e seus descendentes não foram "semiotizados como trabalhadores capazes passíveis de qualificação profissional requerida pelas ocupações emergentes no âmbito do capitalismo industrial" (Sodré, 2023, p. 188), lugar este ocupado pela massa de imigrantes que chegaram consecutivamente e serviram ao projeto de branqueamento da população e para a suposta igualdade de direitos entre pobres brancos e negros na sociedade brasileira. Desta feita de equivalência, pelo direito civil e pela inscrição de classe socialm vigoraria a máxima do negro como inferior, incapaz, subalterno e dado às predisposições de vida marginalizada a ser controlado, contido, fiscalizado, verificado e monitorado. Passa-se, assim, como vida improdutiva e requerente do controle e orientação do Estado fazendo-se assim como uma vida que não vale a pena ser vivida, um mero corpo a ser regulado. Um corpo, que nas palavras de Tereza Caldeira, é *incircunscrito*.

É do corpo do escravizado e negro mau cidadão que sustentamos também a tese de Caldeira da "centralidade do corpo em considerações sobre punição e a aceitação do uso da dor em práticas disciplinares não só contra supostos criminosos, mas também contra todas as categorias de pessoas que supostamente 'precisam' de controle especial (crianças, mulheres, pobres e loucos) (2011, p.369)". É sobre este corpo, passível de intervenção, em primeiro lugar, que se faz a disciplina de controle do poder branco, na medida que do corpo negro enquanto "cidadão" é máxima representação da necessidade de controle e submissão atrelado ao fundamento da colonialidade.

Corpos e direitos civis são sempre conectados, tanto em países como o Brasil como naqueles em que os corpos são circunscritos e os direitos civis, respeitados. Na sociedade brasileira, o que domina é a noção incircunscrita do corpo e do indivíduo. Até hoje, e independentemente do regime político, é sobre os corpos incircunscritos dos dominados que as relações de poder se estruturam, que os significados circulam e que se tenta construir a ordem. Quando a marcação dos corpos predomina, o respeito aos direitos civis é improvável, apesar de poder haver uma democracia política eleitoral e um respeito relativamente amplo aos direitos sociais. (Caldeira, 2011, p.374)

Ana Gebrim (2020_ vai falar sobre o "efeito de denúncia" do racismo na chegada e permanência das novas populações negras estrangeiras no Brasil, que colocam em cheque a branquitude com suas modalidades de violência interiorizadas por negros e brancos no país . A experiência do negro estrangeiro defronte ao "ideal social com caráter superegóico de um corpo branco" (p.162) acentua a diferença que marca a experiência do negro estrangeiro muitas vezes no contraste com aquelas marcadas por outros tempos e espaços: passado e presente, *ali* e *aqui*. *Aqui* e *agora* marcam a presença estrangeira com a experiência da forma social escravista sentida no país pelo sujeito imigrante, que "faz surgir todo um sistema de representação que parecida estar encoberto" (Saglio-Yatzimirsky, Gebrim, 2017;Gebrim, 2020) realizando para este uma "descoberta tardia" sobre sua condição de negro. Sobre este aspecto vale sublinhar que:

[...] "a descoberta tardia" feita pelos migrantes negros recém chegados, sublinhamos as aspaaas, trata-se de um falso enunciado. Racismo é uma prática hegemônica em todo o mundo, e, ainda que certos países ou contextos sociais africanos não tenham exatamente as mesmas modalidades institucionais de racismo,

todos os países do continente foram marcados por séculos de colonização europeia, portanto conhecem, o racismo enquanto ideologia e prática de violência; no entanto, a chegada em um novo contexto faz emergir, pelo contato, características próprias do funcionamento brasileiro. (Gebrim, 2020, p. 164)

Tal *efeito de denúncia* é o irrompimento da denúncia ao racismo silenciado e encoberto que, pela subjetividade estrangeira, coloca em perspectiva a experiência social de forma comparada retirando sua máscara. O negro brasileiro sente os efeitos da dimensão do pacto da branquitude entretanto enquanto estabelecido, quanto subjetividade imóvel introjetada fincada na forma colonial escravista.

Na medida que sua assimilação não fora nunca realizada enquanto cidadão pleno, mas sim na continuidade de sua situação subalterna dentro deste *forma*, ele se torna, enquanto descendente de escravizado nascido no Brasil, uma espécie de estrangeiro, todavia sem o estranhamento de uma outra experiência de negritude. Ele é ao mesmo tempo o estrangeiro intrínseco migrante por ancestralidade, estrangeiro-nacional. Nesta condição, o lugar da discriminação ao "estrangeiro natural", na contramão do *radicalmente negro*, se perfaz a relação da forma social com o outro na ideia de nacionalidade correlata a branquitude brasileira.

2.2. Cracolândia como dispositivo invisibilizador e o estigma do crack como máscara social

Tratemos de pensar como o *crack* surge como uma das máscaras que serve para o encobrimento do racismo via "falso" estigma, que gera aos seus consumidores. Além de recobrar os preceitos da "questão sanitária" como controle que irrompe nas cidades nos primeiros anos do regime republicano, portanto, à partir da Abolição, sobre a população pobre, (justificada pelas epidemias de febre amarela e cólera). O *crack* aparece na atualidade como fundamental articulador da guerra às drogas e, conseqüentemente, de maneira não direta, controle da população vulnerável que fazem seu consumo e distribuição nas *cracolândias*.

Tal substância se associa hoje a face da máquina de encarceramento de tal população no país e vem cada vez mais incrementando uma compreensão turva sobre as reais motivações da problemática que fomentam as lógicas repressivas que recaem em formas de violência sobre as pessoas que fazem uso desta substância. Neste mesmo sentido, apontaremos para, ao nosso ver, um ponto ainda pouco debatido relacionado ao crack: o de uma crítica O a ideia genérica de *cracolândia* difundida. Nosso objetivo é tratar como aquilo que se tempo noção de *cracolândia* funciona como um "dispositivo invisibilizador" (Franco, 2022) das vidas que atravessam as localidades dos denominados fluxos e "distrai", retirando do seu centro, as questões reais em torno do uso abusivo da substância por determinada população, ajudando a engendrar os mecanismos repressivos de funcionamento da forma social escravista em sua face mais ideal típica.

Para isto, de partida, corroboramos para a nossa tese aqui, mais uma vez²⁵ com as hipóteses desenroladas a partir da "Pesquisa Nacional Sobre o Uso de *Crack*: Quem são os usuários de *crack* e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras?" realizada pela Fundação Oswaldo Cruz com financiamento da Senad, lançada em 2014, "com o objetivo de traçar o perfil dos usuários regulares dessa droga no Brasil", bem como responder a demanda da opinião pública, das instâncias políticas e dos meios de comunicação em torno das cenas abertas de *crack*. Elas pressupõe que não só a exclusão social parece agravar as consequências do uso do *crack*, como mostra o empilhamento dos marcadores de vulnerabilidade social, como também exacerbam o "pânico social" criado em torno da substância, retomando a reflexão já iniciada na ocasião de 2018 (Oliveira, 2018).

Resgatando a crítica de Lancetti (2015) a noção de *epidemia* que se coloca na centralidade do debate em torno dessa droga - e sua relação com a violência assinalada fortemente pela maneira como o *crack* é veiculado na

²⁵ Aludimos ao debate que formalizamos em 2018 na dissertação de mestrado que é responsável também pelo desdobramento tanto deste capítulo quanto da tese elaborada aqui.

mídia - estaria "contribuindo para o processo de naturalização da desigualdade no Brasil" (Garcia, 2016, p. 14) e acarretando uma pseudonecessidade imediata de intervenção a qualquer custo (Bokany, 2015).

Embora o *crack* não represente, em comparação a outras drogas, uma expressão de consumo considerável na contramão do que vem sendo propagandeado, ficou acordado entre muitos especialistas tratar tal dado de manifestação de uso no país como epidêmico. Tal compreensão, além de não refletir a realidade proporcional de consumo da droga ainda serve para difundir ou aprofundar o estigma dos consumidores, pois, no senso comum, a guerra ao *crack* dentro do que se define guerra às drogas, no mais, leva as justificativas de planos que vem beneficiando as tomadas de atitude do poder público sobre áreas de interesse por parte do mercado onde existe a incidência dos fluxos de consumo da droga (Oliveira, 2018), tendo como exemplo mais emblemático a *cracolândia* paulistana e as questões que se somam a ela na atualidade.

Especialmente nossa afirmativa aqui incide, por tudo o que foi trazido nas linhas anteriores, por indicar que mais do que "naturalizar" tal desigualdade e fomentar o imaginário de medo, a construção cultural que se faz em torno do *crack* age de forma a invisibilizar a fundamentação de uma sistemática preconceituosa também não declarada, tornado-se uma máscara do racismo como aquilo que Lancetti nomeou como *contrafissura*: O consumo de *crack* pode ou não ser considerado uma epidemia, mas o problema central [...] é o modo como essa noção de epidemia atua, a sua eficácia imediata e os riscos que acarreta (Lancetti, 2015, p. 31):

Pela linha que se segue, sustentamos que o consumo do *crack* é decorrência última do processo da rejeição ao abandono de uma parcela da população brasileira como resultado mais "inteiro" do funcionamento da forma social escravista, e não causa dos múltiplos abandonos institucionais

que não sabem ou encontram, devido ao efeito da substância, a resposta a altura para que a droga não persista "contaminando" vítimas.

A noção amplamente difundida de *cracolândia* torna-se aqui pra nós, desta maneira, a expressão mais esclarecedora deste fenômeno de interpretação do *crack* que recai e é assimilado pela sociedade. *Cracolândia* é a expressão, não exatamente rastreável mas advinda do senso comum, sobre os fluxos de consumo de *crack*. Espreada massivamente pelas mídias, a ideia de *cracolândia* faz alusão a "terra do *crack*", como indica seu sufixo, mas do mesmo modo e numa inversão não coincidente, à disneylândia, lugar do reino encantado modelo de diversão e lazer e consumo americano, ao qual crianças e adultos do mundo inteiro sonham poder conhecer. Acessado apenas pelos poucos privilegiados que possuem o passaporte financeiro que abra suas portas, a *cracolândia* em alusão à disneylandia se torna uma *piada social*, como uma espécie de avesso da disney terra da "alegria" e da "diversão", do "*where dreams come true.*" (onde os sonhos se tornam realidade), de fácil acesso e possível para negros e pobres numa metáfora brasileira.

Neste sentido é que a noção de *cracolândia*, juntamente a ideia que se faz do *crack*, aponta efeitos encobridores de uma dinâmica de racismo recaindo indiretamente para a população negra, maioria das "cenas de uso", qualificações pejorativas e preconceituosas dissimuladas em atributos que qualificam o usuário.

Nesse sentido, as evidências mostradas a partir deste recorte que traçam o perfil sobre tal população nos trazem, em especial, a importante informação sobre as motivações que não se assumem e estão por detrás das campanhas alarmistas que fundamentam o pânico, não apenas em relação ao *crack*, mas sobre pessoas que fazem uso dele. Elas nos indicam no fundo que o perigo do *crack* não está nele mesmo, mas nessa parcela de pessoas que se ocupam do prazer proporcionado por ele. Ou melhor dizendo, é como se o perigo do "tipo" da população que consome o *crack*, negra e pobre, se "transmutasse" em discurso para velar a perseguição realizada a tal população. Ao fim ela abre pretexto, com essa inversão, para o controle e a hipócrita repressão lançados não exclusivamente sobre a substância, mas sobre esses corpos já estigmatizados, que tem na droga muitas vezes o recurso necessário para insistir em vida na permanência neste lugar social, designado já anteriormente, de indesejados. (Oliveira, 2018, p. 53)

Em suma, no contexto brasileiro, *cracolândia* indica, à princípio, uma escolha de realização via droga, arredondada pela lógica meritocrática, de uma parcela da população que "atesta" com suas vidas marginalizadas e viciadas, que o que os indicadores de vulnerabilidade mostram são só o que o discurso racista procura afirmar desde a Abolição: o resultado de uma falta de aptidão e capacidade do negro no âmbito da sociedade capitalista. "Ou seja, a defesa meritocrática que diz que "cada pessoa é a única responsável por seu lugar na sociedade, seu desempenho escolar, profissional, etc. Parte de uma idéia falsa para chegar a uma conclusão igualmente falsa" (Bento, 2022).

Na construção falsa de tudo isto, o *crack* acaba por ficar em segundo plano, junto com as condições de vida das pessoas que evidenciarão seu uso e junto com a questão racial e de classe que fundamentam suas condições de vida. O que toma o primeiro plano, no fim, é a "falta de vontade" e o pleno prazer de uma vida condicionada à "drogadição" e a marginalidade, em que tudo seria fácil: a droga barata conseguida via o roubo, a comida distribuída, o samba, a vadiagem. Tudo passa a girar em torno de uma falsa questão que vai movimentar soluções falsas para a resolução de um falso problema, que implicará certamente só no não falseamento de uma única coisa, que é a verdade virada ao avesso. Verdade enquanto narrativa de poder: exemplo talvez mais claro sobre o funcionamento da dinâmica e o seu correlato discurso sobre verdade.

É dentro desse fluxo contínuo, que o pacto da branquitude onde vigora em meritocracia, inclusive negativa - enquanto merecimento de uma vida miserável - que ignora o racismo e todas as questões atreladas a ele, que desaparecem os sujeitos que atravessam a *cracolândia* e que passam a ser escondidos pela sua definição pura diz muito e nada: *cracolândia*.

São nomes, histórias de luta, narrativas de sofrimento, de resistências, que desaparecem nas elipses do discurso social. Se o poder tem como correlato a produção de saberes, como insistia Foucault, tais casos nos permitem pensar na emergência de espaços de não saber, nas quais o governo torna indizíveis certas vidas e as próprias ações do Estado se mostram ilegíveis. (Franco, 2022, p.120)

Se como salienta Vladimir Safatle, o "colonialismo coloca-se claramente e desde seu início como sujeição do desaparecimento e da morte" o que vale "tanto para o pior de todos os desaparecimentos, esse que se perpetua em vida pela redução da humanidade à mercadoria por meio do tráfico escravista, como a prática continua da violência física, psíquica e cultural" (Safatle apud Franco, 2022, p. 153), isto a que se chama *cracolândia*, é a expressão atual mais enfática dele. São elas "dispositivos necropolíticos contemporâneos" de fronteiras móveis, como designa Fábio Luiz Franco (2021) que se instituem como "enclaves mortíferos no interior ou ao lado de áreas geridas biopolíticaente, já que "o governo biopolítico de populações tornou-se um privilégio de classe" (Barbosa, 2021, p. 27).

É a explicitação dura da guerra de lugares na lógica neoliberal que utilizam os corpos dos descendentes dos explorados que erigiram o seu ancestral, o capitalismo, e que faz funcionar a colonialidade do mundo moderno. Dos descendentes que sucumbiram à desistência ou tiveram impostos a impotência de permanecer na busca pela justificativa de uma vida que valha a pena ser vivida dentro do ordenamento social total.

2.3 Zumbi: "a forma" da forma social escravista

Como se fosse uma obra de arte perversa, a forma social escravista cria a 'relação racial' na esteira de uma histórica desconfiança residual ou uma aversão existencial ao indivíduo de pele escura, marcando espaços materiais e psíquico nas relações intersubjetivas, embora gerando imagens convenientes de negação do racismo stricto sensu. Diz Coccia: 'Qualquer forma ou qualquer coisa que chegue a existir fora do próprio lugar se torna imagem'. No caso brasileiro, a forma escravista é o que existe fora do 'próprio lugar', ou seja, fora da sociedade escravista do passado, ao modo de uma 'vida depois do corpo'. (Sodré, 2023, p.85)

Propomos tratar a figura do "zumbi" ou dos "zumbis" da *cracolândia*, assim pelo qual é indentificado pelo senso comum tanto o revestimento da corporalidade do sujeito que faz uso de *crack* como de seu agrupamento, sendo assim expressão da forma do fenômeno social que se manifesta como resquício da escravidão ou, nas palavras de Diego Amaral e Miriam Debieux Rosa, "eco mnemico de imagens sobreviventes relacionadas à articulação elidida entre o capitalismo e o modo de produção escravagista" (Penha e Rosa, 2023, p.1306). A expectativa é que tal leitura faça ver o lastro do processo encoberto da colonialidade que incide sob o denominados *zumbis* consumidores de *crack*.

Penha e Rosa discutem a máxima do monstro zumbi do nosso tempo diante de suas adaptações cinematográficas ao longo da história, como síntese fantasmática da imagem do negro escravizado, uma espécie de "abstração ideal", que se encarna por meio da manifestação da cultura (ou mais especificamente da indústria cultural global), como produto que faz irromper, dentro daquilo que Muniz Sodré nomeia como "campo emocional" (Sodré, 2023, p.135), o que conserva-se dissimulado ou mascarado de forma consciente no laço entre o sujeito e a sociedade.

Quando ando pela região me sinto naqueles filmes de zumbis. Que triste realidade a qual vivemos!

Alguém já viu esse cenário de filme na ficção? Se você gosta de séries com zumbis, então conheça a Cracolândia, centro de São Paulo. É o cenário de um apocalipse zumbi de verdade.

Stefany Sohn Stettler, por sua vez, alça a figura do zumbi como máxima representação ficcional do que é chamado antropoceno²⁶, e o

²⁶ O antropoceno é definido, segundo a Subcomissão sobre Estratigrafia do Quaternário, como o período atual no qual processos e condições geológicas são impactados por atividades humanas. Tais modificações incluem a colonização, agricultura, urbanização, composição química da biosfera, aquecimento global, perturbações nos oceanos e solos, além dos ciclos de carbono, nitrogênio, fósforo e outros vários, extensão das zonas mortas,

coloca numa categoria de "ferramenta para o entendimento do imperialismo e do colonialismo" (Stetter, 2021, p.70), síntese da imagem do pós-humano e efeito da degradação do próprio habitat que fez a espécie humana se condenar.

Para Evanilson Gurgel de Carvalho Filho, enfatizando a crítica à própria noção do antropoceno, dirá que o que ele classifica como "subjetividade zumbi" eclodira dentro de uma abordagem "capitalocênica" como "um composto de posições de sujeito que carrega traços de um planeta em colapso" (Filho, 2022, p.49), entretanto, sinalizando não "a humanidade" como universal responsável à crise em andamento, mas o capital, ou os donos do capital, pela "empreitada". Leitura esta que possibilita vieses interpretativos mais ressonantes a perspectiva da colonialidade e incide o zumbi da *cracolândia* dentro de um regime de enunciabilidade específico. Tal regime dirá não somente de sua representação dentro da cultura global partilhada no mundo globalizado, como da sua apropriação específica na realidade brasileira que declara os corpos desses sujeitos da *cracolândia* e de sua sociabilidade de fluxo.

Em síntese, mencionamos aqui essas direções interpretativas em relação a figura *zumbi* pois interessa-nos discutirmos a imagem do "zumbi brasileiro" moderno, o sujeito consumidor de *crack* e frequentador da *cracolândia*, "sub-subalterno" ou formatação física, dentro da perspectiva da análise brasileira de Jessé Souza, da "ralê-da-ralê". Discutiremos o quão, portanto, o zumbi é indício significativo do indicativo do mascaramento do racismo e chave para pensar o medo que representa dentro das dinâmicas de raça, e da relação de poder específica de nossa realidade.

predação e invasão de espécies. A ideia, contudo, tem mais de dois séculos, quando as relações entre homem e natureza começaram a ser questionadas (Stettler, 2021, p.71)

Stettler indica que o medo que a figura do zumbi simboliza, pela via mítico religiosa no período colonial, não formaliza apenas a efetivação do que representava tornar-se escravizado dentro da norma de subjugação da época, mas também uma espécie de projeção do sujeito colonial nesse processo como impositor de uma relação de subjugação brutal. Assim, o zumbi emerge como reflexo não só do período colonial como também ameaça ao próprio colonizador, expondo a experiência de medo da relação existente tanto para o colonizado quanto para este.

Tornar-se zumbi é tornar-se um escravo sem mente, um símbolo da apatia, anonimato e perda. Para os escravizados, a ideia do zumbi causava horror por ser a continuação eterna da condição na qual se encontravam. Para os colonialistas, gerava medo por significar a anulação da autonomia, agência e soberania que causavam a outras pessoas. Dessa forma, o zumbi ajuda a contar a história do colonialismo (Stettler, 2021, p. 77).

Nesse sentido também Clovis Moura (2021) lembrará que a religião *vodu*, na realidade insurrecional do Haiti, serviria como "arma ideológica" que conseguia unir os escravizados rebeldes pois "somente a magia podia dar aos escravizados sublevados da *plantation* o combustível sociopsicológico capaz de servir de contrapartida à brutalidade dos senhores de escravo" (p. 178)²⁷. Posteriormente, não em substituição, mas como recurso último, a revolução francesa com seus postulados fundamentais de Liberdade, Igualdade, Fraternidade - advinda dos próprios colonizadores franceses - seria o elemento ideológico mágico

²⁷ Silvia Federici aponta em *Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva*, como desde o Império Romano tardio as classes dominantes consideravam a magia como componente da ideologia dos escravos e ferramenta de insubordinação. A caça às bruxas também tiveram como principal objetivo controlar o poder da magia que afrontam especialmente as autoridades e "dar confiança aos pobres em sua capacidade de manipular o ambiente natural e social e, possivelmente, para subverter a ordem constituída" o que se entrelaça com o artigo 157 do Código Penal de 1980, como recorda Muniz Sodré, que condenava a prática do "espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismã e cartomancia para despertar sentimentos de ódio e amor, inculcar cura de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública". (Sodré, 2023, p. 73). Falta-nos aqui capacidade de aprofundamento do tema, pois escaparia das pretensões desta tese, mas é provavelmente bastante profícua a dimensão de relação entre as drogas e o poder mágico como insubordinações. Ambos podem ser considerados como a uma experiência de comunicação coletiva que escapa à linguagem formal e por isso se torna ameaçadora e necessária de ser controlada.

unificador que arremataria a revolta à opressão, desta vez, como num "feitiço que vira contra o feiticeiro" (idem).

Como recorda Moura (apud Ribeiro, p.181): "a revolta latente contra a opressão colonial, ganhando expressão com a linguagem libertária dos líderes da revolução francesa, unificou todos os haitianos num irresistível movimento emancipador, permitindo-lhes alcançar a independência antes que qualquer outra nação latino-americana". Este movimento de "virada" de feitiço é interessante para se pensar o papel dos usos do passado no discurso conspiracionista presente da extrema de direita de hoje que aponta a um "colonialismo reverso" e que Barone e Silva (2021) identificam como uma *projeção* como a que revela-se na teoria elaborada por Renaud Camus²⁸ em sua tese da "grande substituição".

A tese de Camus indica que há uma investida colonialista empreendida por antigos colonizados que iniciara um processo de mudança demográfica, na França atual em particular, fomentado por ondas migratórias de populações vindas especialmente do norte da África e do Oriente Médio e que estariam resultando na substituição da população branca francesa por uma população não branca muçulmana (Barone; Silva, 2021, p. 194).

Tal apontamento realizado, por Barone e Silva, nos interessa na medida que destaca a capilaridade e o caráter "paranóico" da extrema-direita francesa, especialmente ao que esta se refere a questão da migração, que dá características e ajuda a sedimentar não só o reacionarismo local, mas o inspira mundialmente na medida que encontra

²⁸ Em 2002, fundou um partido chamado In-nocence preocupado, especialmente, com o tema da imigração. No ano de 2011 publicou *Le Grand Remplacement* (A Grande Substituição) e, em 2018, publicou uma versão para o público de língua inglesa chamada de *You Will Not Replace Us* (Vocês não irão nos substituir). O nome deste último livro, vale dizer, é o grande mote dos movimentos supremacistas brancos, sobretudo nos Estados Unidos da América, onde os *whitesupremacists* vociferam "You will not replace us" durante as manifestações (BARONE; SILVA, 2023, p. 195).

interlocutores "no seio da própria extrema-direita global" que está completamente entrelaçada e conectada mundialmente via Capital e mercado. Ela encontrou receptores nos campos da sociedade, como na grande mídia, nos salões políticos e, sobremaneira, nas ações terroristas" (2023, p. 207-208).

Todavia, cabe-nos aqui divergir pontualmente dos autores destacando de que, para nós, a ocorrência desta conexão mundial, não se refere estritamente a paranoia conservadora identificada como "contra-colonização", pois isso seria compreender e admitir a influência da centralização europeia nas dinâmicas de hoje tal qual no passado e reduzir a conectiva conservadora a espaços estritos de performance entre as nações colonizadoras de maneira diferente das colonizadas, a qual está o Brasil que, ao contrário, lembrando a fala de Caldeira Neto, pode ser considerado laboratório dessa extrema direita. Se assim o fosse, pouco impacto teria tal paranoia dentro de uma escala global, já que estariam imunizadas de qualquer ameaça assim as antigas colônias.

Preferimos conjecturar que se essa teoria e a extrema-direita se alinham hoje globalmente é pelas mutações do capitalismo e juntamente ao senso de oportunidade no reconhecimento, dentro de um mundo "mais conectado" da existência ainda de fortes forças sociais conservadoras, que compreenderam que podem demonstrar, cada vez mais, acentuada atuação de poder. Não se trata, portanto, somente de admitir, dentro dos Estados nacionais das antigas metrópoles, um alinhamento e identificação e assimetria do poder hierárquico colonial em relação a suas colônias, mas via passado colonial, juntamente, valorizar a importância da concepção de assimetria de poder que formou-se no interior das nações dos colonizadores e que foram transpostas também para suas colônias com o irrompimento de suas próprias representações de poder nacionais.

Só a força motriz do passado pode permanecer no presente com o mesmo alinhamento de outrora, subjugando os mesmos corpos e de tal maneira, encontrar ímpeto para espalhar-se globalmente, independente de fronteiras. Poderíamos dizer assim que o sistema colonialista encontrou uma expressão para uma reconexão no mundo atual, via Capital, mercado e tecnologia, numa espécie de lema ao contrário do marxismo internacional "conservadores do mundo, uni-vos!".

O que queremos assinalar é que, embora os artifícios argumentativos para as leituras sobre as sujeições atuais possam e devam ser locais, ao que se referem às historicidades e geografias de cada país, estes encontram ressonâncias menos locais de apoio pois encontram, direta ou indiretamente, do que na formação do sistema-mundo moderno. Por ele suas conexões de "minoria" passam a um "grande número" num fortalecimento mútuo e num alinhamento retórico mundial. Assim formatar-se la leitura dos atributos locais dos subalternos elegidos como "inimigos" em escala global, já que estes "antagonistas" do sistema quase sempre usam das mesmas características e destacam-se quase sempre - e não por coincidência - por seu atributo de pele.

Se para a os países colonizadores o medo da *grande substituição* vem da ameaça de fora e sua luta é indicada como resistência pelo nacional, já que resistir externo seria o fortalecimento destas identidades, propomos aqui refletir sobre a especificidade do alinhamento deste discurso em um nível global e sua manifestação na ausência deste inimigo externo no interior de um país e de formação colonial como o Brasil, que mais do que exemplo é onde posiciona-se esta tese.

A ausência do inimigo externo, diferentemente dos processos de outras nações, impele a uma narratividade que situa as problemáticas sociais do país estritamente dentro do limite de suas próprias fronteiras.

Sendo o conservadorismo aquilo que se serve à elite do que se indica à uma cristalização dos ideias que dão manutenção aos valores, estrutura e hierarquias "tradicionais", dentro situação específica brasileira que se sustenta por aquilo que se elaborou na constituição da república oligárquica, o inimigo próprio à ideia moderna de nação só poderia ser o inimigo da *estrutura social colonial*, portanto, igualmente o negro como representação residual do ex-escravizado como ameaça. Este não viria de fora como imigrante, mas estaria situado dentro do próprio território numa relação conflitante de pertencimento e não-pertencimento à identidade nacional já que assimilado parcialmente ao não adentrar (ou adentrar sub-humanamente ainda) à sociedade brasileira.

Este "inimigo" formular-se-ia então na passagem à sociedade pós-colonial e logo no iniciado processo de abolição, quando, relegados a sua própria sobrevivência, o negro liberto se torna ameaça social constituía contra a sustentação da elite econômica e de poder. A Lei de Terras, como já expomos, traria o protecionismo à propriedade, dispondo, via lei, da ameaça de retirada da liberdade pelo encarceramento, concedida ao recém liberto, e assim, aos que não a contesta-se, com sorte, transformaria-se "em trabalhadores abundantes e baratos para os latifúndios"²⁹.

O liberalismo, aplicado a um país onde há a escravidão, tem contudo limitações estruturais como ideologia. Por isto, após a Revolução Francesa, as metrópoles que o adotaram, mas tinham economias baseadas ou condicionadas pelo trabalho escravo das suas colônias, não podiam estender os postulados liberais a essa classe. Daí porque, no Haiti, como no Brasil, quando os teóricos da independência falavam em Igualdade, não englobava neste conceito os escravos. O próprio liberalismo brasileiro sofreu esta limitação em diversos movimentos que desencadeou ou nos projetos que elaborou. Era um liberalismo que aceitava a escravidão postulando a Igualdade, Liberdade e Fraternidade para os *homens livres*. Esta contradição que nasce da aplicação de uma determinada *weltanschauung* numa estrutura social cujos os antagonismos se situam em níveis diferentes e mais profundos do que aquela que criou, é que irá explicar porque a ideologia da Revolução Francesa, no Haiti, somente servirá para libertá-lo da

²⁹Fonte: 170 anos lei de terras desprezou camponeses e oficializou apoio do Brasil aos latifúndios <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios>

ligação colonialista que o unia à França quando assimilada pelos escravos (Moura, 2021, p. 181-182).

Voltamos aqui, enfim, ao ponto destacado neste subcapítulo sobre a representação zumbi e o medo relacionado a ele. Da reprodução do medo na significação do morto-vivo da prática religiosa haitinana que retratava uma espécie de metáfora de aviso aos negros e aos brancos sobre a posição escrava, o zumbi é retomado e remodelado dessa condição, pela literatura e pelo cinema americano para todo o mundo, posteriormente, em uma ressignificação da ideia de ameaça. Há algo que merece ser pontuado que revela o significado de continuidade da fantasmagoria de tal intimidação.

Embora o *zumbi* não pense, não tenha memória de vida prévia, não fale, não tenham afetos ou afinidades (Stettler, 2021, p. 71), todavia, na maior parte do tempo ele caminha em bando³⁰ o que o coloca, ainda que sem uma lógica previamente estabelecida da natureza desses monstros, pertencente a uma grupo ou "horda". Se se justificaria por uma certa "memória residual" (idem) ou quaisquer outras argumentações específicas dessas ficções, ao certo é que ela corrobora com a explicitação de uma referência de criaturas em estado morto-vivo que movimentam-se em coletivo revelando que tal estado seja oriundo de características de ocorrência social, que atuavam anteriormente a zumbificação destes seres. Ou seja, a "condição *zumbi*" não seria que se refira àquilo que toma um sujeito individualmente, mas algo que se realiza de forma coletiva.

Nesse sentido, a imagem do *zumbi* não deixaria de ser reveladora da personificação do escravizado como uma espécie de "memória" coletiva inconsciente dentro de um constructo global sobre o horror de tal condição imposta ao negro, mas uma ameaça atualizada que sustenta a

³⁰ Basta uma rápida consulta na ferramenta de pesquisa Google imagens para que se ateste tal representação.

hierarquia e o desejo de manutenção das supostas desselhanças entre brancos e negros que atestam os privilégios dos primeiros. Por isso mesmo se torna um "mostruoso" prenúncio que terá, primeiramente a projeção, "a ameaça" (que na teoria de Camus retorna mais explicitamente) e o medo na manutenção da distância como justificativa dos lugares sociais, das disparidades sociais e o *continuum* de submissão. Tal recalcada memória recente da presença dos enjeitados no mundo, fortalece os sistemas de enquadramentos, classificações e hierarquias.

Para uma audiência branca e ocidental, a verdadeira ameaça e fonte de terror nestes filmes não são as peculiaridades políticas de uma nação pós-colonial ou as dificuldades dos nativos escravizados e zumbificados, mas sim o risco do protagonista branco se tornar ele mesmo um zumbi. Em outras palavras, o verdadeiro horror nestes filmes repousa na prospecção de um ocidental se tornar dominado, subjugado e efetivamente "colonizado" por um pagão nativo (idem, p.82).

Dentro da realidade brasileira o zumbi seria a identificação importada para nomear um corpo - o "corpo que compõe imagens tanto quanto é por elas composto" (Penha e Rosa, 2023) - para uma realidade que se escamoteia e por isto não pode e não consegue ser lida. A imagem do zumbi funcionaria no contexto brasileiro dos fluxos de consumo de *crack*, portanto, como licença ficcional ou função metafórica de recurso ou estratégia de leitura, socialmente compartilhada, para ler o sujeito fruto do racismo, entretanto, não do racismo que mais genericamente toma as instituições e sujeitos do tecido social, mas um racismo mais específico que tem na imagem do corpo abjeto, da marca do empilhamento de vulnerabilidades, que tem como resultado final o consumo do *crack*.

Se o negro é apreendido, como diz Muniz Sodré, a partir de uma abstração conceitual do fenômeno escravista, a categoria do zumbi no presente como representação mais direta, ou melhor dizendo, mais imagética do fenômeno, aparece como suporte da leitura por "apreensão", conseqüentemente, para os sujeitos. Em outras palavras, o *zumbi da cracolândia* seria a concepção da *forma* mais direta, mais concreta, pois

imagética, da realização de uma da hierarquia desejada pelas elites dirigentes de onde advém a forma social escravista. Nesse sentido, "a forma induz intuitivamente a um 'clima' social concreto e extensivo a todos, porque compõe uma sensibilidade coletiva - por meio de elementos visuais, auditivos e táteis - que serve de base ao senso comum e é capaz de produzir um conhecimento inseparável da atividade e da afetividade." (Sodré, 2023, p. 134).

É através do que Muniz Sodré (2023) chama de "apreensão" que se faz o corpo desprezível de onde emerge a "desauteridade como espécie de "síntese afetiva da diversidade cultural que informa os esquemas existenciais" que "ressoa hoje em representações sociais (ideias, imagens, discursos, atitudes) anacrônicas. Nada que se identifique com um sistema coerente - embora se possa vislumbrar uma coerência convergente quanto aos alvos da rejeição" (idem, p.69). Se as vulnerabilidades da população negra não sensibiliza pelo apagamento histórico do passado escravocrata, o sujeito da *cracolândia* veste a máscara eficaz que o *crack* como substância lhe dá: a de zumbi. Em outras palavras, como aquilo que Tanieli Rui chama de corpo abjeto,

[...] o abjeto deve ser entendido não só pela falta de limpeza, mas fundamentalmente porque perturba ficções de identidade, sistema e ordem e porque não respeita fronteiras, posições e regras; porque é ambíguo. (...) indico que é também por esta ambiguidade, e pela capacidade de promover confusão, inclusive classificatória, que a visibilidade corporal do usuário de *crack* merece e provoca tanta atenção. (Rui, 2012, p.284)

É ali, como aponta Rui ao descrever tal *corpo* - onde as ficção de identidades são perdidas ou perturbadas, onde são atrapalhados os sistemas de regras e ordenamentos, onde irrompe ambigualmente e confusão que o corpo do "crackeiro" recorre à ficção para dar sentido ao entendimento àquilo que não é conscientemente inteligível. Para que pudesse ser acessado e lido em sua forma não ficcional o sujeito da *cracolândia* necessitaria, primeiramente, ser lido como não cisão, antes

de corpo, sujeito. Ou seja, que pudesse ser esse sujeito além de pura materialidade.

Corpo sem humanidade, ameaçador consequentemente. Para que fosse possível sua humanidade, antes seria necessário um processo de reconhecimento do arranjo social que abarcasse as tramas de vulnerabilidades das vidas relegadas ao "abandono secular" (Souza) o que é impedido pela interpretação da realidade socialmente partilhada.

Então, a figura do zumbi emula as teorias de Cesárie, Fanon e também Edward Said, (BISHOP, 2008, p. 141) que afirma em seu livro "Cultura e Imperialismo" (1994) que as histórias de ficção estão na raiz do que os exploradores escolhem afirmar sobre as regiões "estranhas" do mundo. Além disso, as ficções se transformam no método usado pelos colonizados para afirmar sua própria identidade e história (SAID, 1994, p. xii). (Stettler, 2021, p.78).

Assim, é preciso dizer que o *zumbi da cracolândia*, além de invocar a imagem representacional que se apresenta no involucro da ficção bem nas tramas de produção da indústria cultural, retomando não só o "trauma fundante" que atrela o negro ao passado escravista, traz de volta o medo do branco ao retorno do recalcado.

O corpo zumbi é tal como é, corpo destituído de vida, a qual, portanto, não se reconhece e não se quer conhecer, ainda que ande, ainda que fale, ainda que. *Morto-vivo* ou *corpo-fronteira*. O corpo-fronteira, a qual se refere Achille Mbembe (2021) ao discorrer sobre a figura imigrante do século XXI serve de modelo de referência igualmente para alcançarmos uma compreensão sobre esses corpos descartáveis da "parcela móvel da humanidade" (idem, p. 145).

Podemos aqui dizer que a fronteira do *zumbi da cracolândia* está situada na figura justamente que representa. *Morto-vivo*: Morto de humanidade (ainda que nunca tenha tido uma) -, vivo como animação (mas sem alma), apenas como aquilo que se mexe e que se reconhece alguma similaridade com o sujeito que o observa, mas que se encerra em

corpo. Corpo-fronteira que, ainda que não respeite as fronteiras, tem introjetado em si próprio os limites de seu deslocamento e por onde ir. Corpo-fronteira também como entidade física entre ficção e realidade.

Corpo-fronteira porque também a figura do *zumbi* cumpre uma dupla função. Aliena pela estratégia de sentido atribuída ao corpo que não pode ser compreendido pela assimilação dos processos sociais supostamente inteligíveis, e porque revela a restituição de sentido. O que o *monstruoso* (partilhado e consumido globalmente) mostra na sua origem é o processo inconsciente da figura distribuída de entendimento, como uma alienação que se trai - pois ao desvencilhar do seu sentido de realidade, retorna como ficção que restitui o contexto daquilo que é, "sem querer".

O *zumbi da cracolândia* não é apenas a figura que remete ao escravizado, mas em sua atualização, a figura inconsciente que remete ao escravizado de maneira desarticulada com o passado, que busca sentido na imaginação de consumo compartilhada mundialmente através da ficção recorrendo a uma forma familiar do externo, do deslocado, para aquilo que não se entende ou busca-se não entender na familiaridade de sua realidade.

Desconectado aparentemente com a história, o *zumbi* surge no espaço como revelação, a partir da matriz de sua origem, desvanecendo o racismo velado e não compreendido dessa passado que mascarou. Assim, no presente vale-se da imagem, da recriação para identificar os corpos abjetos sendo a síntese de tipo-ideal da forma social escravista.

[....] o requisito fundamental no passado era encontrar o inimigo e trazê-lo a luz, hoje basta criá-lo para que em seguida se contrapor a ele, oferecendo-lhe a perspectiva de aniquilamento e anulação total. Pois, na verdade, são inimigo com os quais a comunicação não é possível nem desejável. Situados fora da humanidade, nenhum entendimento é possível com eles." (Mbembe, 2020 p.108).

Resultado do "trauma fundante" (Mbembe, 2020) que nomeia efetivamente a trajetória na qual os negros "emergem continuamente como escravo" (idem), corpo que se constitui como representação ficcional para a humanidade do que foi o passado colonial, sem a qual este próprio, o negro, não existiria - na mesma condição em que os indígenas compartilham sua própria identidade com o genocídio, já que também existem na medida de sua inexistência futura em curso. Como recorda Braldrainer (2021) com as palavras de Ailton Krenak, pessoas numa "contagem regressiva" para a extinção" (p. 498). Fazem esses parte do grupo dos corpos-fronteiras. Sem territórios próprios, ou melhor, sem terras, sem propriedades. São eles o próprio limite do desconhecido, quanto espaço não conhecido já que destituídos de lugar e por isto mesmo instrumentos da operacionalização e difusão do medo que requer nada mude para que se continue tudo como está.

No nosso contexto, podemos identificar a permanência de tal estratégia política de monstrualização na construção das imagens do terrorista, do drogado, da prostituta, do negro violento, do adolescente infrator, do imigrante usurpador, do pobre ignorante etc. A esses "monstros" não há nenhuma possibilidade de inclusão, pois o que está em jogo nessas imagens é uma estratégia basal psicológica e política de polarizar oposições. "Nossa" superioridade é validada através de uma identificação com determinados ideais (beleza ou virtude, por exemplo), enquanto destacamos aos "outros" as categorias opostas, tornando-os monstros vis e horrorosos. (Penha e Rosa, 2023, p.1306).

3. UM ESPECTRO RONDA O BRASIL: O AUTORITARISMO COMO UMA FANTASMA COLONIAL

Progredimos neste capítulo em direção ao ponto central desta tese que toma de empréstimo o conceito de *estado de insegurança* de Achille Mbembe para fazer compreender mais amplamente a dinâmica de crise colocada, à partir dos termos em que ela já foi apresentada, e que viceja no centro de São Paulo. Mais especificamente no território que hoje se entende como *cracolândia*. Para que isto tome o lugar oportuno que desejamos para a exposição de tal ideia - e no que ele ocupará para nós aqui -, consideramos condizente adiantarmos nossa justificativa nesse processo que se operacionaliza via a identificação do elemento racial dentro na noção que Tereza Caldeira (2011) toma por "democracia disjuntiva".

É em termos da ideia proposta pela autora que identificamos a característica autoritária da democracia brasileira como "fantasma" que ronda e que permite, dentro da sociedade, expressões da forma social escravista formatada pelo racismo. Queremos dizer assim que, da característica de governo que irrompe como representação política democrática com uma "disjunção", ou que assinala em si um rompimento que assombra ainda, e talvez especialmente nos dias de hoje, os descontínuos avanços políticos, sociais e econômicos que se atrelam como retrato da sociedade e da forma social escravista, expondo as contradições inerentes dessa relação no tipo de democracia firmada no capitalismo brasileiro de origem colonial.

Para atingir como se dá o funcionamento dela, recorreremos ao binômio de *homogeneidade-heterogeneidade* como proposto por Bataille (2022), em especial no seu ensaio sobre a *Estrutura psicológica do fascismo*³¹, que coloca no seu centro a sua noção sobre Estado que se

³¹ Cabe fazer lembrar aqui a precocidade com que Bataille capturou as bases da dinâmica de funcionamento da sociedade e do que identifica como "estrutura psicológica do fascismo" em, ainda, 1933. Ressaltamos que justamente talvez pelo acompanhamento de

fundamenta na avaliação de sua particular leitura marxista. O aporte oferecido pela leitura batailleana, por sua vez, nos auxiliará na exploração de nossa própria compreensão sobre as heranças que culminam naquilo que delinea a forma autoritária brasileira.

Procuraremos esboçar aqui como a questão da *estrutura psicológica racista* passa a concernir não à ideia atrelada diretamente ao Estado e a sociedade num funcionamento maquinal macro e direto, mas como aquilo que se desdobra em um fenômeno psíquico que tem por componente base o *trabalho* na sociedade de produção capitalista. No caso brasileiro, em que o capitalismo formata-se com as heranças da sociedade colonial por não romper com seus traços típicos fundamentais de exploração do negro, desse tipo de *estrutura social*, o racismo passa a ser parte de uma economia psíquica que produz uma "significação imaginária central (...) capaz de catalisar os traços intensivos de uma política discriminatória" (Sodré, 2023, p.60).

Lembrando que "Aquilo que sociologicamente, subsistiu a verdadeira escravidão foram a forma social do trabalho e suas condições, de suas determinações pelo primado do lucro sem limites e nem condições sociais" (Martins, 2023, p. 197), tal componente se dará, na sociedade brasileira, como o desenvolvimento da *forma social escravista à determinadas formas de vida* pelo impedimento e interditos de circulação do desejo, bloqueados pela dispendio de energia voltado à produção. O que quer dizer que se cria uma "oportunidade" de uma tendência de composição subjetiva, através de uma moralidade de diferenciação constituída sob a lógica meritocrática de distinção, à parcela homogênea da sociedade, que se fará alicerce de uma superioridade que se baseia na antiga estrutura social escravista para afirmar a irrelevância humana do negro afrodescendente e, em continuidade, de todos aqueles que se configuram como seres heterogêneos.

sua instituição como acontecimento, atravessada sua sensibilidade intelectual, tenha este se constituído o que para nós é um dos textos mais precisos sobre a lógica dessa manifestação e que nos deve servir até, e talvez principalmente, nos dias de hoje, não só no Brasil, mas como em muitos países espalhados pelo globo na segunda década do século 21.

A forma social que escamoteia o racismo declarado cria assim diretamente o suporte da lógica de diferenciação. Se "O vínculo social criado depende da maneira pela qual ele é postulado e resolvido" (Enriquez, 1994, p. 104) no Brasil, sua fragilidade incidirá como combustível para as crises e à guerra em meio à população, esta que tem por finalidade ser a chama invisível ao *estado de Insegurança* e que faz prevalecer o Estado como agente mobilizador *soberano* do efetivo social (Safatle, 2021).

3.1 A estrutura psicológica do racismo

Se faz pertinente novamente reintroduzirmos a importância, na segunda década do século XXI, de nos voltarmos aos motivos de compreensão sobre a formação das individualidades modernas e dos agenciamentos que se criam de maneira tal a produzir sujeitos indefesos à sedução dos regimes totalitários (Safatle, 2014). A retomada da extrema direita e dos movimentos fascistas vem sendo a justificativa primordial e, no mundo todo, centro do debate, como dissemos anteriormente, das diferentes formas dada ao pensamento crítico atual. No Brasil, especialmente, vem merecendo talvez maiores e exclusivas considerações e que devem considerar como atravessamento, necessariamente, a questão do passado colonial e escravocrata.

Séculos antes do fascismo se apresentar como alternativa autoritária às crises do liberalismo e do cientificismo racionalista, o sistema mundo capitalista, em ascensão, viu emergir nas entranhas do mercantilismo, a placenta de enxofre que nutriu, a democracia burguesa e as suas aspirações universalistas e, ao mesmo tempo a sua contraparte diferencialista e totalitária. Refiro-se ao colonialismo." (Faustino, 2022).

Inicialmente será necessário adentrarmos em algumas noções do pensamento de Georges Bataille que guiarão parte de nossa elaboração ao que refere-se à concepção nossa de uma "estrutura psicológica do racismo", compreendendo, especialmente, sua proposta de "guinada econômica". Esta terá como lugar central, e apoio essencial para o desenvolvimento de seu pensamento o *trabalho* e seu conceito próprio de *soberania* ligada ao

dispêndio ou *gasto improdutivo*³². Tal guinada vai ser responsável, no pensamento desse autor e na sua argumentação sobre o autoritarismo e ao fascismo, pelo deslocamento de uma ênfase que não se dá no sistema econômico produtivo em si, mas no que este produz, por sua vez, de economia psicológica nos indivíduos dado seus interditos e restrições, ou seja, nos impedimentos impostos aos sujeitos comuns pelo sistema capitalista.

A superioridade (soberania imperativa), designa o conjunto dos aspectos notáveis - determinando efetivamente a atração e a repulsão - próprios às diferentes situações humanas nas quais é possível dominar e mesmo oprimir seus semelhantes, em razão de sua idade, de fraqueza física de seu estatuto jurídico ou simplesmente pela necessidade de colocar-se sob a direção de um só: a circunstâncias diversas correspondem situações definidas - aquela do pai em relação aos filhos, aquelas do chefe militar em relação ao exército a à população civil, aquela do mestre em relação ao escravo, aquela do rei em relação aos súditos. Somam-se a essas relações reais situações mitológicas cuja natureza exclusivamente fictícia facilita uma condensação dos aspectos caracterizados a superioridade. (Bataille, 2022, p.46)

O trabalho se coloca central porque ele "fornece um modelo fundamental de expressão subjetiva no interior de realidades sociais intersubjetivamente partilhadas, (...) como um dos eixos de constituição daquilo que podemos entender por 'forma de vida' "(Safatle, 2014). Quanto ao papel do dispêndio ou gasto improdutivo, este nos ajudará por sua vez a pensar a latência do autoritarismo e do fascismo na sociedade brasileira, como aquilo que a partir da tentativa de transgressão à forma de vida reprimida imposta pela necessidade de produção, se tornará desejo ao gozo do soberano alçando (em determinadas oportunidades, em especial em momentos de instabilidade social) as manifestações deste aos lugares de evidência na sociedade.

³² "Bataille diz que não é a necessidade, mas seu contrário, o 'luxo', que coloca para a matéria viva e para o homem os seus problemas fundamentais. A história da vida sobre a terra é o efeito de uma louca exuberância: o acontecimento dominante é o desenvolvimento do luxo, a produção de formas de vida cada vez mais onerosas." (Bruno, 2024). Sobre este item, seria no mínimo interessante indicar aqui nosso desejo de desdobrarmos esta ideia com a tese sustentada por Milena Fernandes Oliveira (2009) sobre consumo e cultura material em São Paulo da Belle Époque. A autora discorre sobre esta questão nos parâmetros da sociedade cafeeicultora capitalista nascente da cidade, em que é possível identificar mais uma chave de leitura para a compreensão da formação da estrutura autoritária, em que o luxo burguês desta época, enquanto elemento sádico, é um traço da formação da heterogeneidade-homogeneidade dentro das linhas do capitalismo de margem de herança colonial e de uma elite referenciada aos valores burgueses.

É através destas ideias, que se avança para além da fundamentação econômica clássica sustentada à ideia de conservação (da vida e dos bens), que a perspectiva do binômio *hegemonidade-heterogeneidade* desenrola, por suas vez, e através de uma suas faces, a importância da dimensão daquilo que não se reduz à determinação da imposição das coerências dos valores estabelecidos. Ou seja, é pela via da heterogeneidade, segundo Bataille, de onde advém a força que justifica a não congruência das ações que não se encerram na lógica da normatividade puramente útil e das atividades vitais. Ações que se expressam por si como transcendentais, que não se findam ao papel de desempenhar uma função no sistema capitalista, de onde se desenrola o desejo disruptivo do homogêneo à homogeneidade fascista ou autoritária. Em síntese, tudo que escapa ao normativo, mas que na sociedade, em situações anômalas, pode vir a se expressar na forma de fascismos e no que Deleuze e Guattari determinaram como, por exemplo, "máquina de guerra" ou Paul Virilio (apud Safatle, 2021) denomina como "Estado Suicidário".

Neste capítulo, nossa intenção irá se voltar a considerar o *estado de insegurança*, como já dissemos, como método do Estado em desdobrar afetos para a mobilização do componente social útil homogêneo em seu favorecimento de maneira a dar sustento aos seus aspectos coercivos ou ao Estado de segurança. Tal componente, baseado na afirmação de um *eu* e um *nós* que justifica-se na exclusão de um *outro* e *eles*, possibilita, assim, a continuidade do investimento de estratégias que auxiliam na manutenção do lugar do soberano, representado pelo Estado e pelo Capital, sem ameaça-lo. É esta linha de pensamento que possibilita aqui, ao nosso ver, a aquisição de uma ferramenta para a leitura atual do incitamento à crise da *cracolândia*, além de nos auxiliar a compreender no sentido macro o ressurgimento de figuras, vertentes e formas autoritárias na cena política e social brasileira atual com mais atenção, respeitando sua singularidade de expressão global de recrudescimento de um autoritarismo exacerbado.

É colocada em relação a *forma social escravista* que a crítica de Bataille à sociedade produtiva capitalista ganha seu sentido completo aqui. Tal crítica traz como anteparo, via dinâmica do seu binômio, um lugar para pensar a estrutura que dá sustento (pela parte homogênea da sociedade) a relação que esta estabelece com as demais partes heterogêneas que expressam-se tanto pelo preconceito ao descendente de escravizado quanto ao desejo por aquilo que performa a ideia de soberania enquanto, na perspectiva batailliana, de "uso improdutivo da riqueza" (Safatle, 2014), ocupado pelo lugar do senhor de escravizados. Destarte, correlaciona os dois fenômenos heterogêneos, senhor e escravizado, e coloca-os em uma relação que joga luz ao poder da sociedade escravista como base do funcionamento que induz, nos dias de hoje, ao autoritarismo específico e presente no Brasil.

O desejo autoritário que se oriunda da parte homogênea, garante tanto a existência do soberano, enquanto acumulador e consumidor dos produtos trabalhados por aquilo que não trabalha (Bataille, apud Safatle, 2014), quanto do escravizado, enquanto um totalmente outro não pertencente a "ficção" do *ethos* social e nacional. Este último, o escravizado, como excluído, faz existir a necessidade de seu controle e repressão que se pauta na ordem o que justifica, para a parcela da homogeneidade, ademais, a existência deste soberano.

O sujeito do capitalismo nascente estava empenhado em romper com as barreiras do que considerava pré-capitalismo ou pré-industrialismo e basicamente voltado para a manutenção da propriedade sobre bens e pessoas, o que não implicava abertura para algo realmente novo e sim a conservação "renovada" da velha relação entre senhor e escravo". (Sodré, 2023, p.156)

Partindo do debate já realizado, sobre qual o Estado brasileiro moderno se formara com bases específicas de um capitalismo atrelado a uma oligarquia igualmente específica e sua relação com o passado colonial, que engendra no presente uma forma social escravista, a teoria de Bataille permite refletirmos oportunamente esse desenvolvimento sobre a criação de um *ethos* baseado na colonialidade que cria a oportunidade, assim, de um subjetividade e uma forma de vida nacional inclinada a violência. Bases

essas que, pertencendo a uma ordem de recalçamento aliado e não assimilação do passado escravocrata, retorna no presente como ameaça à homogeneidade inerente à ideia de democracia que pretende se firmar, e com a intimidação aos valores democráticos que pretende-se se instituir enquanto "aberturas de possibilidades coletivas" e "princípio aglutinador das diferenças sociais". (Sodré, 2023, p.25)

Para chegarmos a nossa concepção de composição da heterogeneidade nesta sociedade, formada pelo arranjo de um lado, da parcela dos senhores de escravizados e, por outro, pelos próprios escravizados, atualizada nos dias de hoje pela parcela de capitalistas e descendentes de escravizados, necessitamos passar ao sentido da crítica social à sociedade produtiva de trabalho. Daquilo que atinge a parte homogênea e homogeneizante da vida moderna e de onde, se desdobrará as "duas pontas" destes semblantes que se antepõe a ela.

É na conceituação de *hegemonia-heterogenia* de Bataille da sociedade produtiva que se estende, à partir da classe capitalista ou burguesa, a "redução tendencial do caráter humano a uma entidade abstrata e intercambiável, reflexo das coisas homogêneas possuídas". Tal sistemática advinda como reflexo desta mesma sociedade que "se forma espontaneamente no jogo da organização produtiva" (19) se desdobrará "às classes ditas médias, que se beneficiam de partes apreciadas do lucro" (idem). Ou seja, do capital, elemento primordial e medida comum desta sociedade, se firmará a parte dita homogênea advinda da organização e produção do trabalho que dá sustento ao excedente entregue à parcela ínfima dos proprietários dos meios de produção.

Sendo o capital a equivalência fundamental deste tipo de sociedade, a integração que se estende tem o seu apelo no elemento valorativo estabelecido por aqueles que detém os meios de tal produção de valor, mas que passa a ser integrado a todos que inserem-se sua vida na reprodução da lógica do capital como parcela anexa e homogeneizada e que, a depender da sociedade e de arranjos formados historicamente, poderá "romper" como

forma de transgressão ao seu critério de homogenia: "Fundamentalmente, a homogeneidade social depende da homogeneidade (no sentido geral da palavra) do sistema produtivo. Cada contradição nascente do desenvolvimento da vida econômica arrasta assim, uma dissociação tendencial da existência social homogênea" (Bataille, p.23).

Uma vez que o capitalismo criara moldes de relações sociais com base nas coisas possuídas, no capitalismo de margem que se forjara junto com o advento do Estado brasileiro, implica-se a questão do negro liberto e descendente do escravizado (além do soberano), como centro de diferenciação àquilo que se constituirá como homogeneidade. A condição de trabalho forçado, para a qual a equivalência do valor pago não existia de antemão, é imposta ao negro na sociedade capitalista posterior, em que o trabalho sub-explorado de seu grupo reitera o aspecto escravista enquanto garantidor de obtenção do lucro extraordinário ao soberano.

Nesse sentido, o negro, antes como própria mercadoria que circulava no sistema escravista, é aquele que adentra à sociedade capitalista brasileira como "ironia atroz" como nos lembra Clóvis Moura, à parte de toda a fração útil à sociedade produtiva que não lhe absorvere como homogeneidade.

Quando surgiu o trabalho assalariado no Brasil como forma de produção, o ex-escravo, que até antes da Abolição se encontrava no seu centro, recebeu, imediatamente, o impacto oriundo da concorrência de outra corrente populacional: o imigrante. Esse fluxo migratório, ao entrar no mercado de trabalho, deslocava o ex-escravo do centro do sistema de produção para a sua periferia, criando as premissas econômicas da sua marginalização. (...) Por este motivo, tudo aquilo que era *novo* na sociedade *nova* que se criava com o trabalho assalariado, foi suprido quase que exclusivamente pelo imigrante que chegava, como excedente populacional da Europa, aliviando tensões sociais no Velho Continente e vendendo, no Brasil, a sua mão-de-obra como trabalhador livre. Criou-se, em consequência, uma grande massa marginalizada que, ao sair das senzalas, não tinha condições para ingressar no processo de produção, em pé de igualdade com o novo concorrente que chegava. (Moura, 2021, p. 47)

Sendo aquele que ficara, à partir da Abolição, apartado do sistema capitalista de produção e subalternizado dentro dele, inserido ainda na racionalidade escravocrata, só lhe restará o lugar como *anormal* ou *fora*, "força desordenada" em que este Estado, enquanto representante da elite e,

por sua vez, também da parcela homogênea da sociedade, recairá decidindo sobre seu destino através de sua autoridade estrita. Posto ele próprio como "estrangeiro" à dinâmica das forças hegemônicas, o descendente de escravizados estará à margem do *ethos* considerado útil promovido pela sociedade capitalista.

O negro, protótipo de enjeitado será exemplo de rejeição e de suspeita, e o qual o Estado deverá controlar situando-o na "*estrangeiridade*" dentro, e ao mesmo tempo fora, de "sua" própria nação. Como "uma pessoa sem Estado logo, que põe em questão o Estado onde se encontra (Enriquez, 1994, p.106). Assim, "a Abolição apenas transferiria o nível da escravidão, de uma forma jurídico-político societária, portanto, de uma estrutura ou sistema lógico, para o que estamos chamando de *forma social escravista*, em que o racismo se revela constitutivo" (Sodré, 2023, p.84).

Já que com a manutenção de privilégios da burguesia, com o fim da monarquia e nascimento da República os valores democráticos foram um preço barato a se pagar (Emicida, 2022, p. 13), não é laborioso concluir que, assim, tal "custo" tenha embutido a manutenção de todo um aparato de formas de controle, condução e "extirpação", quando necessário, de tal classe sub-subordinada. Parcela esta que, idiossincraticamente, tem a sua vida considerada na equivalência enquanto voto no "jogo democrático" a qual, e ao mesmo tempo, recairá o caráter autoritário do Estado que não a representa.

Se, como temos reiterado, no Brasil o racismo atual ganha o aspecto da forma social escravista no embargo de sua enunciação, através das máscaras que se criam para anular o passado colonial enquanto memória reveladora sobre o presente, é condizente afirmar também que o autoritarismo colonial para parte da população "apartada" se vale hoje, assim, como democracia de aparência, que "mascara" a forma social de herança colonial. Ou na consideração de uma prática política que atua em território nacional como *democracia disjuntiva*.

Enquanto continuamente "coisificado" como matéria da produção, tendo seu lugar de reconhecimento na vida social substanciada pela homogeneidade do trabalho, o negro ganha a esfera assim de reconhecimento formal na democracia, mas não "prático", visto que para o funcionamento da sociedade não passa de trabalhador precário, comparado aos trabalhadores da parcela produtiva regular homogênea. Tendo como equivalente do valor de si o valor pago pela sua produção, aquilo que não chega a garantir a própria subsistência, sua vida torna-se equivalente menor que as coisas produzidas. Assim torna-se contraditoriamente aprisionado: Pelo modo de vida homogêneo que busca, na tentativa de garantia de algum valor a si enquanto trabalhador e cidadão; e heterogêneo, enquanto coisa existente à revelia da homogeneidade, tendo que suportar em si próprio a disjunção social materializada na democracia em que vive.

A relação com o negro "sistematiza" no Brasil a relação com o outro na passagem dos sistemas escravista para a forma social escravista, portanto, quando este, como objeto, mero meio de produção, passa a humano objetificado com a mesma atribuição de outrotá, todavia, sem a serventia empregada que lhe conferia o "status" de meio de produção: sua condição escrava, ou, não assalariada. A não assimilação do negro ou sua colocação a um estatuto apenas formal de cidadania, que passaria pela equiparação da admissão de sustento de suas necessidades tal como a do branco, finca este na condição permanentemente presentificada com o seu passado. Ao mesmo tempo que estenderá a condição subalterna, pois funda uma forma de vinculação, a todos os demais corpos em que a marca do não pertencimento à identidade de elite nacional rejeita empregando como parâmetro a ideia de "homogeneidade". Isto é, com base nos elementos considerados úteis a funcionalidade de sua existência e de sua forma econômica.

Desta maneira, a ideia de democracia disjuntiva irá referir-se à contradição inerente da forma política democrática com a forma social escravista que incide enquanto aspecto autoritário sobre determinados corpos. Já que tal "tipo" de democracia denominado por Caldeira, implica na

proposição da ideia que, embora o Brasil seja compreendido como uma plena democracia política, tem aliada a representação de seu regime de governo a prevalência da prática reiterada da violação dos direitos civis e individuais, sendo, muitas vezes, impelida pelo próprio Estado (idem, p. 343-344).

Em vez de considerar apenas um modelo de cidadania, democracia ou modernidade, sugiro que diferentes sociedades têm diversas maneiras de usar elementos disponíveis num repertório comum da modernidade para criar suas nações, cidadanias e democracias específicas. A peculiaridade do uso brasileiro desses elementos vem do fato de que os direitos sociais (e secundariamente os direitos políticos) são historicamente muito mais legitimados do que os direitos civis e individuais e de que a violência e as intervenções no corpo são amplamente toleradas. Essa tolerância em relação à manipulação de corpos, a proliferação da violência e a deslegitimação da justiça e dos direitos civis estão intrinsecamente ligadas." (Caldeira, 2011, p.344)

Tal "disjunção" da democracia na sociedade brasileira, assim, não seria resultado de meras contradições do modelo capitalista que segue (embora, obviamente, também não deixe de se afirmar como tal) frente a problemáticas da generalidade de uma "realidade social complexa", mas, mais especificamente, antes, do desdobramento, insistimos, da permanência da forma social supracitada. Todavia, ainda que exista a incidência sistemática de práticas discriminatórias, ela "não se realiza como estrutura formalizada" (Sodré, 2023, p. 49) dentro da democracia mas, como situamos aqui, como *forma de vida* autoritária, "O que institui um marcador diferencial do racismo brasileiro" (idem). Inclusive, deve-se considerar que justamente no lugar não formalizado em que se realiza, enquanto violação muitas vezes incidindo sobre o corpo, enquanto não linguagem (à exemplo do castigo e da tortura que tem seu lugar na norma) que a forma ganha seu aspecto final.

É no não reconhecimento dos direitos civis e individuais quanto produção e tolerância de violências e intervenções no corpo, que a forma escravista se manifestaria como "economia da hostilidade", como coloca Mbembe, que, erigida no século XX, serve para uma intensificação das relações de instrumentalização na sociedade, para mudanças profundas nos regime contemporâneos do desejo e dos afetos coletivos". (Mbembe, 2020 p.93). Ou seja, é através do aprendizado elaborado sobre o manuseio deste

corpo negro, através das técnicas de controle e subjugação senhorial, que constitui-se a possibilidade da permeabilidade a toda uma gama de outros corpos da forma social atual. Ele que inaugura-se com o negro, mas expande-se, como expressão violenta a diferentes formas de heterogeneidades que aflige o *ethos* compreendido como normatividade social brasileira.

Em resumo, atestamos com essa explanação que, a conexão que marca a sociedade escravista, portanto, entre o senhor e escravizado, inaugura uma síntese de uma forma de relação que pautará a sociedade capitalista moderna brasileira com base na ênfase dos desdobramentos dessas figuras, tendo a imagem do *senhor* e a do *escravizado* negro como, heterogeneidades. Uma a ser exaltada e a outra a ser relegada pela parte homogênea.

A homogeneidade como deslocamento de si é assim uma outra camada entre o que seria a dinâmica das partes contraditórias senhor e escravizado e, portanto, da efetividade desta porção de onde pode advir o que Appadurai (2009) chama de "identidade predatória" "cuja a mobilização e construção social requerem a extinção de outras categorias sociais próximas definidas como ameaças à própria existência de algum grupo, definido como "nós". (...) De fato, muitas vezes são pretensões sobre maiorias culturais que procuram estar exclusiva ou exaustivamente ligadas à identidade da nação." (p. 46):

Quanto mais unificada se quer uma cultura, mais intolerante ela se torna, mais ela deseja a morte de outras ou pelo menos sua conversão. Ela é animada pela raiva, por uma alucinação coletiva, implicando uma imagem dos estrangeiros ou dos desviantes como perseguidores todo-poderosos e, por isso, seres a eliminar. Os outros tomam-se "piolhos" a serem destruídos. O fanatismo visa então a criar um mundo novo, livre do mal. Ele é pego num fantasma de redenção e de ressurreição do social. (Enriquez, 1993, p.102)

A homogeneidade que toma as feições autoritárias do próprio soberano, se associando a heterogeneidade superior na tentativa de "se tornar" ela, demonstra sua fidelidade a ele por sua condição de resignação, no entanto. Assim, a falta de liberdade ao seu próprio desejo cria o

autoritarismo em sua face mais grave. Como a exemplo de Bataille no fascismo: "ele representa justamente uma solução de compromisso, uma aliança entre a parte homogênea da sociedade e o pólo alto soberano da parte heterogênea contra os elementos baixos, os únicos irredutivelmente heterogêneos desta". (Scheibe, 2004, p.32).

De fato, como regra, a sociedade homogênea exclui todo elemento heterogêneo, imundo ou nobre; as modalidades da operação variam tanto quanto a natureza de cada elemento excluído. Para uma sociedade homogênea, apenas a rejeição de formas empobrecidas tem um valor fundamental constante (de modo que o menor recurso às reservas de energia representadas por essas formas requer uma operação tão perigosa quanto a subversão); mas, dado que o ato de excluir formas empobrecidas associa necessariamente formas homogêneas a formas imperativas, estas não podem mais ser pura e simplesmente rejeitadas. Para combater os elementos mais incompatíveis, a sociedade homogênea usa forças imperativas flutuantes; e, quando deve escolher o próprio objeto de sua atividade (a existência em si mesma a serviço do qual necessariamente deve se colocar) do domínio que excluiu, a escolha recai inevitavelmente sobre as forças que já se mostraram mais eficazes. (Bataille, 1979, p. 74, apud Araújo, 2021, p. 29.)

A ideia de "Estado-Nação" é aquilo que possibilita o sujeito, ao mesmo tempo, a contemplar seu lugar na inscrição social e o ascender através dessa sua representação. Assim, é em cima da referência autoritária do Estado, que o desejo busca sua satisfação ainda que servilmente útil (diferente do desejo livre do soberano), o que pode ser sintetizado na ideia de que "o poder emana do povo", mesmo que, no entretanto, o poder não seja "o povo". Assim, poderíamos dizer que a homogeneidade inventa o desejo do lugar do gozo do soberano enquanto seu desejo, que o sujeito se associa e se investe no alçamento deste considerado superior a um lugar sagrado, personificando-o em figuras, projetos e discursos que incitam este "seu" desejo a um distanciamento a sua posição de assujeitamento.

A ideia de *Nação*, conectada a própria idéia de *Estado*, não casualmente, funciona como uma espécie de síntese própria. Diferentemente da célebre dialética "senhor-escravo" hegeliana, ela é a manifestação tangível da tensão histórica não resolvida e perpetrada num grupo. O

Estado-Nação brasileiro cria efeitos de pertencimento e não pertencimento que terá por base a racialização, perpetuando tal *forma da estrutura escravista* até os dias atuais de maneira não declarada, que se manifestam nas dinâmicas societárias e institucionais que se ajustam à uma estrutura psicológica própria.

Se o soberano, enquanto aquilo que simboliza a superioridade, entre Estado e Capital, apropria-se daquilo que é produzido pela homogeneidade que lhe garante o gozo supremo, a homogeneidade, por sua vez, "apropria-se" do seu gozo, o gozo de sua supremacia, frente a impossibilidade de acesso a seu próprio desejo, fundindo-se a ele e perdendo de si a característica inerente ao que fazia unicamente ser útil. É desta dinâmica de desejo de apropriação do gozo que advém a radical diferença que colocará a forma de vida homogênea no trabalho de favorecimento da heterogeneidade superior e também onde ela lança-se contra a heterogeneidade inferior em busca de destacar-se dela, cindindo-se, de uma vez por todas, da heterogeneidade "desprezível" e de sua inutilidade.

3.2 A necessidade do inimigo e o cinismo na democracia

É na busca do lugar soberano que deixa-se assim ser instrumentalizado por ele. É através da vontade de servir ao soberano na junção daquilo que cria-se de identificação no grupo como mecanismo das pequenas diferenças e pacto narcísico, como nomeado por Cida Bento, que desenrola-se o autoritarismo e fascismo de uma hegemonia.

No Brasil esse aspecto da existência humana inclinado ao autoritarismo e ao fascismo, irrompe portanto dentro do quadro da forma social escravista que coloca o senhor de escravizado no lugar absoluto como apropriador e condutor da riqueza (das terras, da vida dos homens enquanto produtores e da sua produção), heterogêneo por "natureza". E da submissão, advinda da homogeneidade, esta que assume o exercício da "transferência" da autoridade do soberano que passa a agir sobre o heterogêneo. Nesse

sentido, a homogeneidade é o próprio elo, fator intermediário, que se cria diretamente entre as partes e que possibilita o nascimento de uma estrutura psicológica própria à sociedade. Na sociedade colonial, podemos recorrer a este vetor na figura da forma de vida que era atribuída ao *feitor* ou *capataz*.

Na hierarquia rural, indivíduo que dirigia as fazendas, fiscalizando os serviços e, sobretudo, mantendo a disciplina da escravaria. (...) Diz Luiz Luna (1976) que "os feitores, quase todos portugueses de mau instinto, excediam-se no castigo. Sempre faziam mais do que os senhores mandavam, na explosão dos recalques de suas frustrações de subalternos". O abuso era tanto que, ainda no século XVII, Antonil, temeroso, aconselhava: "Aos feitores de nenhuma maneira se deve consentir dar coices, principalmente nas mulheres que andam peçadas, nem dar com paus nos escravos porque na cólera não se medem golpes e podem ferir mortalmente a um escravo de préstimo que vale muito dinheiro e perdê-lo. Repreende-lo e chegar lhes um cipós as costas com algumas varancadas é o que se lhes pode e deve permitir para ensino". (Moura, 2004, p.159).

Esta estrutura psicológica racista que poderia ser resumida em uma "subjetividade capataz", portanto, é o que dá sentido, remetendo ao passado colonial, na forma social escravista, aos elementos autoritários ou protofascistas atuantes na sociedade. Ou ainda, no sentido que Muniz Sodré nos indicou, ao *fascismo da cor* que se manifesta no Brasil. Ele pode ser bem expresso também em outra figura brasileira moderna, popularmente denominada do "cidadão de bem". A idéia de bem aqui associada ao cidadão "supõe uma hierarquia moral que, necessariamente, nega a normatividade primária da universalização dos direitos de cidadania" (Costa, 2021, p.3), direitos estes que, comprometidos a uma normalidade de função social útil, deve servir aos seus semelhantes e ao Estado. Assim, a figura do capataz é uma expressão do sujeito da sociedade colonial que, além de figurar as vontades do senhor, expressa ao escravizado sua condição, de tal forma como cidadão de bem da democracia atual. Ambos exemplares do tipo de estrutura psicológica que defendemos aqui, todavia a primeira como sua expressão "crua" própria à estrutura da sociedade colonial e a segunda como sua manifestação autônoma desta, no interior da forma social escravista.

Recapitulemos. Necessitamos adentrar este capítulo buscando os traços talvez mais minuciosos de como se conforma o que resolvemos

adotar por *estrutura psicológica do racismo*, de como ela se desdobra, numa introjeção no sujeito, na forma social escravista do que se estabelece como falha no vínculo ou na sociabilidade através da herança da relação colonial. Ou seja, do lugar que este se inscreve como fenômeno psicológico da violência racista até hoje. Esta ligação que perpassa, via homogeneidade, a relação das figuras heterogêneas de senhor e escravizado para além da dialética imediata entre ambos, insere a camada média como um "entre" de tal ligação que traz o fenômeno da *forma* na condição daquilo que pode ser percebido, todavia, pela leitura condicionada a outros meios. Buscamos assim, já que é característico da forma social que tratamos, a não anunciação de sua questão central, o racismo, investigando suas características por seus "polos".

Há algumas indagações primordiais que nos trouxeram até aqui e que já foram anunciadas, mas talvez não tão explicitamente, o que faremos agora: Primeira, seria relativa sobre *o que cria o interesse* de um grupo de pessoas no desejo de aniquilação de um outro grupo, na sua extinção, no seu deslocamento, e como isto é compreensível dentro de um desejo fundamental que coloca o outro como vida desimportante, "quase não humano" (Caldeira, 349). Ou seja, o que movimenta e anima certos sujeitos a formar uma grupalidade³³ que tem como causa *o outro*, que se torna alvo sistemático e impede qualquer saída para os supostos problemas que esse outro possa "causar", em sua concepção, que não tenha como resolução sua eliminação.

Ademais, de onde advém e como se organiza uma "identidade predatória" que não consegue "fundar uma relação com esse outro que esteja baseada no reconhecimento recíproco da vulnerabilidade e da finitude

³³ "Grupalidade" aqui no sentido não totalidade entre um *nós*, que representa uma integralidade de pessoas que se determinam por uma situação e um *eles* que "coloca" uma condição específica a esse *nós*, mas enquanto um número de pessoas que inseridas em dada situação, buscam saídas radicais em detrimento de saídas outras que outros sujeitos, vivendo a mesma conjuntura, não buscam. No caso da crackolândia, uma parcela que, independente de sua existência como maioria ou minoria, manifesta o claro desejo de higienização da região em que moram dos sujeitos em situação de rua e que fazem uso de crack e outras drogas, independente de que forma se coloque essa "limpeza".

que nos são comuns". (Mbembe, 2020). Ou seja, em que medida isto passa pela formação de um *eu* e um *nós* que inscreve-se numa energia libidinal arregimentada pelas questões sociais que incidem sobre os sujeitos a ponto de poderem se tornar uma manifestação de opressão e de se fazerem uma identidade em autoridade que assimila as questões do Estado como suas próprias questões como desdobramento praticamente de uma "virtualidade". Identidade com aquilo que forja este historicamente dentro das linhas territoriais e fronteiras que o representam. Ou seja, qual o agente mobilizador principal que incide sobre os os afetos que convocam um grupo a querer representa-lo no que significa a exclusão de outro grupo?

Se como afirma Mbémbe (2020), ao duvidar da ideia da possibilidade de uma "democracia universal da humanidade" (p.75), já que esta teria como limites a Terra dividida em Estados, e, dado que é dentro dos Estados que se busca realizar a democracia, "distinguindo com clareza seus cidadãos (aqueles que pertencem ao círculo do semelhantes) dos demais povos" (p.76), podemos afirmar aqui, contudo, que no caso do Brasil, pelo que já discorreremos, essa democracia a qual fala Mbembe tampouco é viável, já que se faz como *democracia disjuntiva*. O outro vulnerável aqui é um outro não identificável a princípio como ameaça externa, mas interna, inerente à própria formação do Estado-Nação.

Em parte dos países do mundo, especialmente da Europa, o *imigrante* é a figura em questão que coloca em cheque supostamente uma série de ordenamentos e mobiliza, nos dias de hoje, as forças mais conservadoras políticas direcionando-as aos sujeitos que atravessam as fronteiras. No Brasil, todavia, esse "estrangeiro" se assume no corpo do negro nacional, de seu "natural". Ao menos formalmente diante do princípio democrático moderno (o que vem sustentando nossa ideia de resistência ao conceito de racismo estrutural aqui) todavia, encerrado nos limites de diversas fronteiras internas no interior do país, que cria uma verdadeira geografia racial e coloca, ainda, o negro em lugares específicos da sociedade. Tanto no que confere ao lugar simbólico, quanto ao que o inscreve no espaço geográfico e material e que se correspondem diretamente.

Portanto aqui, anteriormente, foi preciso buscar reconhecer uma diferença específica daquilo que forma uma subjetividade também específica inclinada a ausência de alteridade com aquilo que é dado como à heterogeneidade brasileira. Assim podemos desenhar uma subjetividade reflexo, e ao mesmo tempo, refletora das figuras, governos e discursos autoritários do país com este *outro* que hoje não fala qualquer língua estrangeira, mas que muitas vezes toma a radicalidade de um *outro* tão, ao mesmo tempo, supostamente desconhecido e íntimo. Embora, admitamos, como já pontuado, não só a existência, mas as qualidades que pendem ao autoritarismo e a desumanização com características muito semelhantes, em todo o *mundo*.

Aqui "o mundo" nós o tomamos como *sistema-mundo*, no que significa a existência de uma lógica que atravessa as fronteiras com bem mais fluidez e menos problemas que os corpos. A lógica do capital e do mercado mundial, a lógica que coloca um soberano, O Soberano, acima dos soberanos que se replicam enquanto representações de poder político e econômico em cada Estado, que hoje dão o tom característico das democracias mundiais. Na democracia neoliberal, portanto, se reinventa a colonialidade naquilo que lhe é mais característico e intrínseco: o autoritarismo. Nesta reinvenção, via fluxo de Capital, e não de homens "conquistadores", se inscreve a exclusividade da desimportância de fronteiras fixas. O Capital se torna uma espécie de grande invasor e colonizador, todavia sem nacionalidade especificamente própria.

Como sistema-mundo, o "desejo do inimigo", como assinala o autor camaronês, ocupa um lugar necessário devido a integração de todo ele à lógica colonial de onde advém as democracias, como de uma nova colonização que tem a frente o Capital como invasor. Este elemento fundamental das sociedades e das culturais ocidentais, assim, restitui o que há de semelhante para se pensar como atua o tal desejo base, que chamamos de desejo de gozo do soberano circunscrito no capitalismo e que,

no caso do Brasil, se organiza em uma estrutura psicológica composta pela herança colonial.

Há um ponto relevante, entretanto, ainda que devemos situar ao dizer aqui com mais detalhe tal desejo. É o que confere ao seu aspecto subversivo, àquilo que é fonte de tais estrutura, mas que encontra seu impedimento na "sedução" de integração da parcela da sociedade ao desejo autoritário: o desejo de rompimento à ordem posta, aquilo que Mbembe coloca no "centro dos projetos contemporâneos de separação" (Mbembe, 2020, p.77): "A angústia de aniquilação" (idem) ou o "fantasma da catástrofe" (Safatle, 2022).

A angústia de aniquilação, que identifica o inimigo e direciona as energias pulsionais a ele não seria uma angústia imediata que se realiza apenas na construção da falha coletiva do vínculo, entre as partes, *eu* e *outro*, *nós* e *outros*. Ela adviria, antes, por um processo de identificação entre o "signo" autoritário e os seus adeptos via a "autorização" de atos violentos e desmedidos, que se utilizam de recursos indevidamente disponíveis no processo de desfiguração do mundo (Bruno, 2024).

O que o soberano sugere, enquanto entidade suprema do desejo, é que sob qualquer ameaça de sua desintegração, de qualquer possibilidade de risco à soberania do *Um*, de qualquer tentativa que busque suplantar a homogeneidade que o sustenta, a sua própria liquidação enquanto catástrofe é iminente. Sob a ameaça de catástrofe ele redireciona o desejo de soberania do homogêneo que o ameaça, ao outro, ao inimigo. Portanto é do desejo impedido primeiro da parcela homogênea que faz seus investimentos na busca de transformação, de onde se desloca a energia que se voltará as "heterogeneidades baixas" da população. Nesse sentido, há a necessidade como condição de coerção o medo.

É através destes elementos que os Estados criam sua tendência de "dissociação" entre as características de democracia e autoritarismo ao colocarem em marcha as necessárias crises constantes que tomam o

cotidiano. De modo a contaminar a população pela ferramenta do afeto do medo, este que deixa de ser direcionado ao soberano, e via submissão ao soberano, eles se voltam ao inimigo circunscrito pela história.

Anuncia-se que, pela ausência deste Estado, haverá a reincidência do passado desconhecido das sociedades pré-coloniais, a qual as possibilidades de narrativas de formas de existência ocidentais não tiveram interesse de alcançar, e que diante de qualquer perspectiva promissora de transformação desse mundo, como saída a homogeneidade extenuante, o corte definitivo, via extinção de sua "regulação", colocaria a sociedade na condição novamente de barbárie. Isto é, antes da "descoberta suprema", que dera início ao projeto de mundo moderno, seria feita. O rechaçamento de projetos que vislumbram a transposição daquilo que a colonialidade iniciará, embute, portanto tal ameaça como "pensamento mágico" (Mbembe, 2020, p.137). e a afirmação que, perante o medo, melhor valer-se da presença do medo conhecido do inimigo firmado (o negro, enquanto "agressor imaginário" (idem), do que do imaginado desconhecido que não tem representação. De tal maneira:

Neste período deprimente da vida psíquica das nações, a necessidade do inimigo, ou então a pulsão social do Inimigo, já não é, portanto, apenas uma exigência social. É o equivalente de uma necessidade quase anal de ontologia. No contexto da rivalidade mimética exacerbada pela "guerra ao terror", dispor, preferencialmente de forma espetacular do próprio inimigo se tornou passagem obrigatória na constituição do sujeito em sua entrada na ordem simbólica do nosso tempo. Na realidade, tudo acontece como se a negação do inimigo fosse vivida, enquanto tal, como uma profunda ferida narcísica. Ser privado do inimigo (...) equivale a ser privado do tipo de relação de ódio que permite que se dê vazão aos mais variados desejos sem o qual quase nada é permitido. (Mbembe, 2020, p.85)

A viabilização deste fim advindo da extinção total e saída, portanto, da homogeneidade extenuante como corte definitivo com as perspectivas promissoras da transformação, comporiam, pela via mortífera, à identificação com o soberano, que permite, aos sujeitos que lhe mantém lealdade, a expressão de suas manifestações contra o inimigo do soberano. A soberania expressa via Estado assim, desdobrada em sujeitos autoritários, se faria como recurso de Estado frente a insubordinação, aos anseios de

rompimento, da ordem produtiva. O que queremos dizer é que, ante qualquer possibilidade de restrição ao gozo do soberano, este promete liquidar a sua própria forma, transformando o desejo de mudança em ameaça de vida e, assim, deslocando o desejo de transformação em desejo de proteção e desejo de inimigo.

Esse aspecto não se coloca aqui como contradição excludente aos termos que expomos antes, a do ajuste em relação ao soberano. Se apontamos aqui uma estrutura psicológica do racismo, enquanto aquilo que se forma dentro das razões de ser da forma social escravista, a afirmação da sustentação da ideia de angústia de aniquilação do outro, enquanto uma de suas faces via Estado, não deixa de fazer sentido. O sentimento permanente do constrangimento em relação ao *outro*, que desdobra-se em evitamento e violência pela via autoritária, é o de ameaça da produção geral de possibilidade de um desejo livre em relação a si. Dentro deste funcionando, assim, nenhuma das partes deixa de estar ameaçada. É uma tensão latente que atesta de maneira geral o sentimento de situação catastrófica, especialmente que pulsa em uma época de crises permanentes, em que a saída do sistema se faz impedida ao tempo que se proliferam heterogeneidades obstáculos que precisam do medo e da força movente da insatisfação dos sujeitos.

O que se aplica em tal dinâmica é que há de maneira acentuada, por parte desta hememoneidade um desejo de reforço e reconhecimento do grupo, em sua associação. Se há uma falha de vínculo, todavia ele se cria justamente com base no reconhecimento de sua existência a uma parcela de determinados sujeitos: o que "melhor se define como um sentimento de existência isolado ou fechado em si mesmo, como alguém de qualquer expressão conceitual ou de articulação lógica, um ponto de existência, um ponto de vida - ou seja, como resultante automática de reações emocionais enraizadas." (Sodré, 2023, p.70). A violência, através desta dinâmica de introjeção à ideologia de Estado então ganha o argumento da manutenção de si, da vida e da propriedade (valores que o Estado autoritário encarna) e o

inimigo irrompe no "desejo do inimigo" (Mbembe, 2020, p. 77) ou ainda, de sua necessidade.

Situar esse aspecto nos ajuda na progressão de nossa ideia que coloca a relação fundadora do princípio colonizador, como relação autoritária que sustenta os *movimentos* de ódio e violências atuais, que, por sua vez autoriza e solicita ao Estado sua sintonia a eles. É com base neste desenvolvimento que soberano e hegemonia passam a funcionar com aquilo que poderá resultar no fascismo. Quando Estado e sua massa homogênea não encontram resistência ou resistências a altura de sua operação conjunta.

Assim é pela via democrática que o Estado tem a oportunidade de se colocar como cínico. Ao aguardar "o desejo da população", que, entretanto, é reflexo de desejo soberano, este se fará ao mesmo tempo democrático (para a homogeneidade útil) e, ao mesmo, tempo autoritário para a heterogeneidade inimiga. A associação, no caso do Brasil deste fundamento, na forma social escravista, com noção de *democracia disjuntiva*, portanto, está feito.

A democracia disjuntiva funciona aqui enquanto democracia parcial, rompida pela forma social escravista que embala o caráter cínico do Estado onde este não encontra resistência. De tal forma na democracia disjuntiva, em que o Estado se manifesta ora como democracia ora como autoritarismo, a depender muitas vezes da população sobre qual atuará, sua manifestação social como reflexo de sua autoridade, tende a se dar necessariamente de maneira igualmente cindida, não num corpo social inteiramente fascista, mas em expressões fascista que partem dele.

É no interior justamente desta democracia, e do suposto valor que atribui-se a ela, que e mesma ganha e regenera-se contando com o atributo do cinismo ao racismo e as violações que são produzidas em seu interior. Ao silenciá-los ou denota-los como parte da expressão da sociedade, portanto, essas características se associam à democracia que está representada em sua forma política entrelaçando os vieses políticos e

sociais, criando um efeito espelho em que parcialmente o modelo político reflete a sociedade, ou pelo menos os valores predominantes dela, e esta retrata seus valores predominantes em sua aparência política.

Desta maneira, a forma social escravista em conjunção com o modelo político e social democrático produz o "cinismo", que modela a democracia disjuntiva e opera com facilidade a dissociação do neoliberalismo de sua face autoritária, restabelecendo o traço essencial entre passado e presente-futuro, ou seja, da questão inexorável entre sociedade colonial e sociedade moderna neoliberal. Inicialmente tendo como alvo corpo negro, terá força para expraiar-se por toda a sociedade e atuar sob todas as formas de heterogeneidade.

O negro enquanto *inimigo primordial* que coloca a primeira ameaça do rompimento com o soberano, através de sua sublevação, é o exemplificador daquilo que recai sobre os demais corpos que continuam a colocar em risco a soberania. Isto porque há um elemento intrínseco que lhes cabe e que, como já sabemos, é exterior a homogeneidade. O de, ainda até perante uma busca de remissão de sua existência, ser preciso funcionar como modelo a qual incidirá o poder. É como que se qualquer busca então de aliança com o Soberano, conferida ao grupo homogêneo não lhe fosse disponibilizada. "Desprivilegiados" de antemão, é fadada a toda a heterogeneidade baixa existente, a toda a anormalidade, seguir servindo de ameaça (ativador do medo) que reforçará a presença soberana:

Ora, quem diz "movimento" necessariamente sugere o desencadeamento, senão de uma pulsão pura, pelo menos de uma energia primordial, essa energia é alistada, conscientemente ou não, na busca de um desejo, de preferência um desejo mestre. Esse desejo mestre, a um só tempo campo de imanência e força feita de multiplicidades, tem como ponto de fixação um objeto (ou vários). Ontem, esses objetos tinham como nome privilegiados negro e judeu. Hoje, negros e judeus têm outras alcunhas: islamismo, muçulmano, árabe, estrangeiro, imigrante, refugido, intruso, para citar apenas alguns deles. (Mbembe, 2020, p. 76)

Se faz necessário notar assim que no interior da forma social escravista, que tem o negro como parâmetro originário da violência social, ao se negar a pessoa do negro como igualmente nega-se o racismo, utiliza-se

de outros artifícios ou dispositivos, que mascaram o elo entre violência e ele. Assim, a violência é relativizada por fatores explicativos que justificam "caso a caso" as vítimas que atingem, mas que denunciam enquanto todo, quando somadas, uma "coincidência" impossível de silenciar, mas clinicamente passível de omitir.

3.3 Estado de insegurança, *cracolândia* como expressão

É no sentido do que trazemos até aqui que enquadra-se a questão das pessoas em situação de rua e usuários de *crack* e outras drogas no centro de São Paulo e que fundamentará nossa tese de que, a partir de 2022, se instaura na *cracolândia* o *estado de insegurança* como estratégia política de Estado. O nosso caminho busca levar a compreensão, de que não é de forma imediata que correlacionam-se *estado de insegurança* e *Estado de segurança*. O que buscamos defender é aquilo que se opera por detrás ao que dá subsistência a estas noções intrincadas.

Se podemos definir o *estado de insegurança* como aquilo que dá subsídio ao *Estado de segurança*, fora necessário sugerir compreensões mais direcionadas ao Estado. Neste sentido, partimos atrás de uma gênese colonial para a leitura das questões que nos atravessam e avançamos para tentar um desenho deste funcionamento. Procuramos nos referir a como este, como aquele que no Brasil tem suas raízes fincadas na antiga estrutura escravista, que se manifesta hoje enquanto Estado capitalista, enquanto Estado democrático (em que se coloca como democracia disjuntiva), enquanto Estado território (sobre quais vão se definir aqueles estabelecidos e não estabelecidos, homogêneos e não heterogêneos). De todas as maneiras, "assumidamente movido por uma mitologia da liberdade que deriva, no fundo, por uma metafísica da força, o Estado de segurança se preocupa (...) com o projeto de dispor da vida dos seres humanos, sejam eles seus súditos ou aqueles que designou como seus inimigos". (Mbembe, 2020, p. 94)

É no interior da esfera heterogênea, do que é superior e inferior, que o fascismo vai ser colocado naquilo que é da ordem superior. A este ponto, especificamente, queremos fazer menção sobre a constituição histórica sobre a ideia de superioridade, ou sobre aquilo que Foucault chamaria de verdade, como o que elege o fascismo a uma ordem superior. Se o fascismo toma no sistema-mundo a ordem de excedente superior, é porque ele indica suas raízes valorativas com o sistema mundo colonial. Aqui nos esforçamos para compreender a principal "raiz" do autoritarismo, que tem por sua base o componente de cor, e o que ele tem, embora componha os aspectos particulares não apenas da sua colonização, do capitalismo e de forma social, mas na influência de uma organização psicológica que diz, como o sujeito, fadado ao desejo, é de um funcionamento global, que é histórico, geográfico, político e econômico.

Atuando em conjunto, movimentos de ódio, formações engajadas na economia da hostilidade, da inimizade e das lutas facetadas contra o inimigo contribuíram, no final do século XX, para um aumento significativo das formas e dos níveis aceitáveis de violência que podem (ou devem) ser infligido aos fracos, aos inimigos e aos intrusos (todos os que não foram considerados como sendo dos nossos); contribuíram para uma intensificação das relações de instrumentalização na sociedade; para mudanças profundas nos regimes contemporâneos do desejo e dos afetos coletivos. Além disso, favoreceram o surgimento e a consolidação de uma forma de Estado que tem sido chamada de Estado de segurança e vigilância. (idem, p. 93)

Se antes de 2022 era possível situar o território da cena de uso como pertencente a uma área determinada ou mais delimitada da região central, até meados de 2024 foi possível rediscutir seu dimensionamento ante aos bairros centrais pois se, como sugere Taniele Rui, “a *cracolândia* é onde eles estão - simulacro mais que perfeito que mimetiza corpo e espaço” (Rui, 2016, p.192), então à partir desse momento ela amplia seu trânsito por uma grande extensão da região central de São Paulo fazendo tais bairros, em alguma medida, confundirem-se de certa forma com a “região da *cracolândia*” ou, pelo menos, se verem “invadidos” por seus indesejados frequentadores, os zumbis..

O fluxo, conseqüentemente, desmembrado e traçando novas territorialidades, vai expondo aquilo que Rui classificou como incômodos

“corpos abjetos” (2016) antes resguardados pela formação massiva de pessoas. A *cracolândia* inscrita pelo corpo-abjeto *zumbi* dos seus frequentadores que, por sua vez, ao deslocarem-se pelas ruas passando a fazer parte mais explicitamente da cena da vida cotidiana dos transeuntes, moradores e comerciantes dos bairros, acentua e impõe a realidade contrastante de classe e raça a qual ela retrata, antes retida na existência de sua forma mais unitária e isolada.

Como aponta Raquel Rolnik, já que no Brasil a questão racial não existe, o irrompimento dos conflitos aparecem mais como tensões territoriais do que tensões raciais" (Rolnik, 2007, p.86), "Considerando as experiências sociais de espaço organizadoras da *geo-grafia* das relações raciais (Santos, 2022), identificamos a *cracolândia* paulistana como cenário da vida cotidiana onde se materializa a segregação de um grupo de pessoas que já foram segregadas dos processos de reconhecimento e direitos na sociedade em continuidade do ordenamento colonial.

Afinal, se tal crise instaurada é desdobramento da quebra de limites ou de fronteiras, “constructos ideológicos inculcados em indivíduos e grupo” - expressões da colonialidade do ser nas relações sociais”, como indica Santos, a quebra do fluxo, ou sua desterritorialização, expõe como suas ausências podem se encaminhar para acirramentos que apontam para discursos de eliminação do Outro gerando uma crise - esta que, por sua vez, desdobrar-se em formas de violências no fortalecimento de necroestados e governos autoritários, medidas de segurança privada e vingança.

Se tais limites e fronteiras expressões da colonialidade que tornam, ou pelo menos tornavam até a presente crise, suportável, para sua vizinhança, a existência da *cracolândia* no centro da cidade de São Paulo, a quebra destas se torna insuportável quando impõe a impossibilidade de desencontro, desvios e medidas de evitamento com essa heterogenia encarnada no corpo abjeto, mas que, ainda mais, coloca a impossibilidade de desconsideração de sua existência, exacerba sua presença no limite de intolerável e evoca a população a uma guerra. Se não pela via da violência imediata, na agressão

física direta, sem intermediários, apela pela forma autoritária que garante, "em troca da sua aliança e fidelidade" a ela, aquilo que se compreende o "cidadão de bem":

o cidadão de bem é aquele que merece a cidadania, a política pública, o tratamento educado do policial, o que tem o direito de participar. Aquele que não faz parte dessa categoria representa um elemento perigoso, que vem de espaços marginais, polui e contamina... O cidadão de bem seria a tradução, pós-crises econômicas da década de 1980, da categoria "trabalhador"... Se, nos anos 1980, vigorava o binômio "trabalhador" x "vagabundo", agora temos o "cidadão de bem" x "vagabundo", numa atualização dessas categorias frente às transformações socioeconômicas e demográficas vivenciadas pela população brasileira nas últimas décadas. (Bueno, et. e al., p. 348)

Passa-se, assim, a alimentar mais do que a necessidade da volta da "ordem" colocada anteriormente, mas agora o desejo de inexistência definitiva desse Outro. Quando a extinção de quebra dos limites e das fronteiras em determinada situação de crise se assume como possibilidade, e se seu rompimento significa a presença da realidade inquestionável "desses tenebrosos fantasmas cinzas"³⁴, é preciso então que tal ameaça deixe de existir em definitivo, mesmo com tais indivíduos sob controle, mesmo com tal cerceamento. Com isto queremos dizer, portanto, que o que chamamos aqui de "crise", não fora uma ação não condizente e tão pouco "ingênua" em desacordo aos intentos governamentais para a região, especialmente, se assumirmos outras medidas verticalizadas que em paralelo foram se desenrolando em período recente. E que não apenas os sujeitos que fazem uso intenso de *crack* e frequentam a "cena", são os diretamente e unicamente afetados, mas, tomando o *território urbano* como "uma espécie de notação das relações que se estabeleceram entre os indivíduos que ocupam tal espaço", (Rolnik, 2013, p.88), todos os que vivem e convivem nesta região central.

³⁴ "Atravessam ruas, se jogam diante dos carros, maltrapilhos, cobertores às costas, às vezes sobre as cabeças como tenebrosos fantasmas cinzas. Alguns dançam, com esgares, uma música silenciosa, interna, na viagem alucinada que fazem sob efeito de drogas cada vez mais pesadas, químicas, crack, K-9, misturadas ninguém sabe mais ao quê e que consomem em cachimbos, da forma que as obtêm, em pacotinhos, pinos, comprados com o que roubam, ou com a entrega muitas vezes de suas próprias roupas, com o pouco que ainda lhes resta. Parecem sempre espantar demônios. Seus corpos executam movimentos e posições inimagináveis desenhadas por delírios, expostos em gritos de bocas desdentadas, olhos esbugalhados em rostos definitivamente destruídos." Trecho extraído de artigo publicado no ano de 2023 no portal Diário de Poder: "Cracolândia ou Terrorlândia: a cidade que anda".

4. EPISÓDIO FINAL

Pensar um acontecimento político exige um esforço para pensar a partir de seu lugar. Isso implica admitir que os lugares pensam e que, se quisermos ouvir seus pensamentos, será necessário nos mover pelo espaço. Ir e ouvir as pessoas, deixar que o pensamento seja violentado pelo inesperado. (Safatle, 2024)

Ao me aprofundar no tema desta pesquisa e iniciar a investigação sobre seus aspectos, participei de algumas das diversas manifestações de rua, realizadas por moradores e comerciantes, ocorridas na crise que se deu na região central entre os anos de 2022 a 2024. Minha presença, que se tornara relativamente costumeira nestas situações, possibilitou a minha aproximação de Gilberto, um dos sujeitos à frente da organização de uma das associações de bairro que passou a ser aglutinadora das mobilizações diversas, em especial dos moradores, para a retirada da *cracolândia* da região. Gilberto, além de liderança, é morador há décadas do centro de São Paulo. Havia tentado com Gilberto, por diversas vezes, após constatar seu envolvimento com o "meu assunto", uma entrevista presencial, que seria impossibilitada pela agenda cheia por inúmeros compromissos e responsabilidades a qual é convocado para estar e assumir por conta do cargo que ocupa na organização. Na última tentativa, Gilberto me dissera que teria passado meses na recepção do novo efetivo da polícia que chegaria para atuar no centro.

Posteriormente, em dada oportunidade recebo de Gilberto um convite para presenciar o que seria a reunião dos síndicos de condomínios de prédios da região central com o governador e vice-governador, que trataria a questão da *cracolândia*. Aceito com entusiasmo o convite e não exito. Passo o número do documento que ele me solicita e que me colocaria na lista de convidados do evento. A reunião aconteceria ali, na Rua Boa Vista, no denominado centro Velho da Cidade, a quase exatamente 1 quilômetro em linha reta de onde fica a *cracolândia*, no Centro Novo, o que vejo pelo aplicativo. Sim, a região ganhou nesses tempos sua localização no *Google Maps* para a indignação de muitos, em especial, seus vizinhos. No dia

marcado, saio da zona leste, pego o trem, desço na estação da Luz e decido fazer esse trecho final caminhando a pé. Quero, nesse tempo, elaborar como vou me colocar ali e me entregar ao passeio pelo centro.

Já desembarcada do trem na região da Luz, entro em uma padaria a fim de comprar uma água neste trajeto. Enquanto pago, da calçada, do lado de fora da porta da rua, uma sujeito chama a atenção da moça funcionária que me atende. Pede comida. Pela conversa que demonstra entre ambos alguma familiaridade, percebo que o homem teria o costume de passar ali para pegar os alimentos que eram descartados. A mulher reage, pela sua fisionomia, a contragosto com uma negativa e afirma que, "infelizmente", aquele e todos os estabelecimentos estavam proibidos, agora de fazer doações para os pedintes, medida definida pelos "grupos" de comerciantes e moradores do centro, segundo ela.

Chego ao local com quinze minutos de antecedência e o que encontro é nenhuma cara conhecida que possa me olhar e que possa me olhar de volta e, talvez, trocar algumas palavras. Todos os poucos presentes se questionam, parece, sem se perguntarem, se seria ali mesmo o encontro com os governantes e se éramos nós os "síndicos" que representariam os moradores dos prédios da região central. Não vejo Gilberto em lugar algum, fico com receio de minha presença enquanto *outsider* chamar a atenção do restante do grupo convocado e ser questionada. Me previno pensando respostas enquanto saio pra rua fumar um cigarro.

Aos poucos vão chegando mais e mais pessoas que se aglomeram no saguão em pé. O prédio abrigaria, segundo Gilberto me dissera antes, um dos novos gabinetes do governador e do vice-governador, providenciado em tempos recentes para atender segundo ele os moradores, já que ficava difícil o deslocamento constante destes para o bairro do Morumbi para tratarem de assuntos de seus interesses. Lembro que achei curiosa a contundência de Gilberto na afirmação da sensação de importância sua e de seu grupo, por parte do governo do Estado, que me passou com esta colocação.

A recepcionista nos avisa que havia sido passado a ela que a reunião aconteceria apenas mais tarde. Não as 14h, como tínhamos sido informados, mas às 16h. Uma mulher, uma das síndicas, pelo que compreendi, afirma que deve ter algo de errado, que estávamos todos presentes no mesmo horário combinado, horário este que havia sido passado por Gilberto. Se desenrola um agitação entre os presentes, conversas que aconteciam aos pares ou aos trios, no máximo, entre aqueles que já se conheciam. Alguém pergunta, e eu também dentro da minha cabeça pouco antes, por que Gilberto que não chegara. Percebo que sou notada.

Iniciando um pequeno tumulto de corpos e questionamentos, somos convidados a nos acomodar em outro ambiente. Subimos a escada rolante em direção a sala em que o governador e o vice-governador nos receberia. Gilberto chega com um tempo de atraso, fala com todos, me recebe com um abraço e me apresenta aos que estão próximos. Diz que estou pesquisando a região "para a faculdade", que estou interessada em saber o que eles estão vivendo com a presença da *cracolândia* na porta de suas casas. Sou cumprimentada sem muitas perguntas e bem recebida com mais afirmativas sobre a importância de eu estar ali, o que me gera uma sensação de alívio grande. O ambiente é uma sala ampla, com paredes de madeira, carpete e tem no seu centro, onde a frente estão alinhadas cadeiras, quatro ou cinco outras cadeiras que imagino serem para os governadores e seus assistentes. Faço mais uma saída pra rua afim de pegar um suco. Além de um calor acima da casa dos trinta graus, novamente, tinha ficado sem tempo para o almoço.

A reunião já passava de meia hora de atraso quando chega Jair. Encontro ele conversando com Gilberto na porta da sala em que iria acontecer a reunião, no que sou apresentada a também a ele. Mais uma vez minha pesquisa é mencionada, ele se lembra de mim numa outra oportunidade ao que digo que tenho interesse em entrevistá-los. Ele faz uma breve explanação sobre a situação geral pra mim, a qual me recordo especialmente pelo tom confidencial a colocação de que tudo que estaria acontecendo, incluindo a reunião daquele dia com a população moradora,

era "o que eles queriam". Não era uma crítica, Jair me confessava que sim, o governo queria dar "um jeito" na situação e que precisava do apoio da população e isso tudo fazia parte da estratégia bem sucedida do que eles teriam realizado para a mobilização das pessoas. Apesar do tom de novidade, Jair verbalizava, antes mesmo do início da reunião que eu presenciara tempo depois, minha tese, o que me causa uma espécie de espanto pela facilidade e pela forma com que isto me era entregue.

Entro na sala, me coloco próxima a uma conversa entre três mulheres que falam sobre os pautas atuais em torno da *cracolândia*. Estas me recebem abrindo espaço e passando a se dirigir com olhares a mim também. Boatos que envolvem roubos de cachorros e um suposto esquema de tráfico de órgãos de crianças sequestradas. Faço cara de surpresa e indignação. Jair entra na sala e, diante de questionamentos sobre a presença dos governadores, se vira para todos com o comunicado de que Felício, o *vice*, estaria em outro encontro e que iria nos receber com um pouco de atraso. Com aproximadamente 40 pessoas acomodadas em seus assentos, resolve expandir o volume de sua fala, iniciada numa conversa mais particular entre algumas ali. Ele mencionava a porcentagem de frequentadores da *cracolândia* em liberdade condicional ou que responderam processo criminal. As atenções se voltam totalmente a Jair que inicia um discurso no sentido de guiar as reivindicações que deveriam ser trazidas por todos, o que duraria, enfim, até a chegada do vice-governador. Compreendo que, mais do que Gilberto, Jair é figura central de representação na liderança dos moradores e trabalha na função de intermediação de conversas entre as frentes do governo e os grupos da sociedade civil (ou pelo menos de parte dela).

4.1 Pausa dramática: Heretodologia

“Você começa ‘onde você se sente diferente’ e não ‘onde você sabe o mesmo que ou segue as mesmas regras e leis que’. Você então tenta encontrar as condições necessárias para a resistência e à mesmice”. (Williams, 2012, p. 89).

É necessário, antes de adentrarmos na última cena que dará o sentido de desfecho à nossa tese, apresentarmos uma pausa para falarmos sobre metodologia. A apresentação da metodologia não deve aqui chegar sem algum ruído. A necessidade é antes pela defesa de outras formas de fazer do que pela forma em si. Dado que nos encontramos aos pés da última cena, essa “pausa dramática” será a apresentação e a defesa de nossa (e de outras) metodologias possíveis. Tal pausa (certamente um interrompimento no fluxo que vínhamos seguindo de encadeamento e exposição de nossas ideias) atrela-se a intenção de um efeito de perturbação proposital, um “desencaixe” no que vem sendo exposto até então. Esta quebra, como dissemos, intencionada e inserida na própria forma de construção da tese, seria a expressão de uma metodologia que pretende desnaturalizar a ideia de metodologia. O que seria impossível sem um estranhamento.

A ‘quebra’ aqui posta indica que a metodologia não deve ser, portanto, um encaixe. O que por sua vez levaria a um efeito anormal ou não comum, digamos assim, que desejamos provocar. Tal efeito busca indicar, portanto, não uma usual metodologia mas *nossa* metodologia. Essa passagem que oferecemos ao leitor não é apenas sobre metodologia, portanto, mas a própria metodologia enquanto forma crítica de si, uma metodologia anti-colonial, sem dúvida, de acordo com aquilo que a própria tese se propõe, uma metodologia de enfrentamento aos lugares e as formas de soberania que é o que vimos tratando nos capítulos anteriores. Poderia também, quem nós lê, chamá-la até de anti-metodologia, desmétodo, assim por diante. Uma metodologia como metalinguagem, mas uma metodologia desviante à medida que tem como critério a própria noção de metodologia como crítica, que compreende a metodologia formal como extensão das práticas coloniais. Uma metodologia da singularidade, como *heterotodologia*

não apenas consonante mas advinda e nascida aqui da nossa própria tese e, antes, do sujeito histórico que a escreve.

A metodologia, indubitavelmente, é parte inerente da atividade acadêmica e do trabalho do pesquisador, assim como das atividades da grande maioria de processos de trabalho que tem por objetivo a realização de algo. Entretanto, as dificuldades metodológicas que se sustentam nos processos de pesquisa, não formam apenas um traçado da forma de se fazer tal trabalho, assim como dão encaminhamento ao resultado final deste. Mas mais, em geral, elas solicitam a conformidade do pesquisador aos processos postos e determinam, na nossa compreensão, um assujeitamento deste à forma que apropria-se do seu trabalho e, porque não dizer, impõe uma ‘alienação’ daquele com este. Antes que a pesquisa resulte da escolha “orgânica” do sujeito-histórico que a deveria formar, este é formatado antes pelas formas metodológicas que ele se utiliza. Nossa atenção se propõe aqui como um tipo de combate a este processo, em que o pesquisador, antes de usar a metodologia, passa a ser usado por ela e sua pesquisa abduzida pela forma que lhe é exterior seguindo a lógica de produção social de trabalho capitalista.

O que dizemos é que o enquadramento da pesquisa a uma metodologia, que não seja avessa aos costumes acadêmicos, costuma dirigir os hábitos do sujeito histórico pesquisador às conformidades oferecidas e costura esses hábitos aos hábitos dos ditames de se fazer pesquisa. O que irá incidir no resultado da própria apropriação não só do processo, mas do “objeto” e do objetivo da pesquisa e, não em menor grau, da perda qualitativa de contribuição do próprio pesquisador àquilo que tivera a intenção de *refletir*. Refletir, na “nossa” metodologia é um imperativo, à medida que refletir algo é refletir a si, deixa-se ver através de algo. Não se ausentando das possibilidades do que compõe essa relação, não como no intuito de retirar-lhe a verdade pura, mas fazendo uso de si (como sujeito histórico que se é, frizemos), como meio que pode levar a um conhecimento no jogo de forças sobre a verdade situada entre sujeito e sociedade.

Julgamos que deve ser mais relevante do que tudo, nas pesquisas e nos estudos que se sustentam com o objetivo de crítica à colonialidade (como é o nosso caso e de todo aquele que dirige o olhar para o presente dando a ele a envergadura de possibilidade crítica ao próprio presente, ao passado e ao futuro), uma crítica dirigida à confecção naturalizada do próprio processo acadêmico de pesquisa. Esta naturalização, nomeada enquanto *metodologia*, deve ser compreendida como manobra de discurso, se levadas a cabo, nas possibilidades de enquadramento, que permitem a retirada do sujeito do seu rastro intrínseco que deveria seguir, considerando ele como parte de seu processo.

Tomamos nessa perspectiva o sujeito enquanto resultados de metodologias diversas de assujeitamento e de produção de subjetividades, que não deveriam e nem poderiam ser ignoradas no processo sensível do fazer pesquisa. Assim, ele deve, para nós, compor as tramas do que é tecido. Sujeito que nesse processo deveria ser exposto e não ocultado como se seu encobrimento alcançasse, através das garantias do método pré-estabelecido, a verdade, quando no muito o que faz é enrustir a si, servindo ao poder soberano. O sujeito pesquisador, enquanto sujeito-histórico que é, na realidade, deveria ser enfrentado como manifestação de poder, para que se coloque o poder em disputa. Assim, em reflexão com sua pesquisa, o pesquisador não lida apenas com seu trabalho, mas consigo próprio, necessitando visitar e conhecer seus próprios lugares inexplorados de verdades constituídas, e através do auxílio de sua pesquisa, tomar as questões do seu tempo como suas questões no sentido, ao mesmo tempo que coloca suas questões na pesquisa erigindo de maneira mais contundente uma força ético-política.

Deve ser ainda necessário apontar, que não se deve jamais deixar a crítica ausente ou mesmo subjacente. Por recato, pudor e nem em caso de *mea culpa* por parte do que é criticado. Isto é, neste caso, não oferecer ao que chamamos de colonialidade qualquer ato de cordialidade em que, nos espaços concedidos por ela, nos exija a conformação e a diretriz de seguimento as suas boas maneiras implícitas de respeito. Se temos como

alvo um olhar crítico sobre aquilo que a mentalidade colonial produziu, e que se resume enquanto colonialidade, isso deve referir-se não só aos “objetos” impregnados ou atingidos por ela, mas à própria forma que se sustenta e que se apreenda os impregnados e atingidos objetos e aqueles que dirigem seus olhares. Assim, implica, inclusive, um ataque dirigido muitas vezes a nós mesmo pesquisadores. Pelos privilégios que as vezes nos são inerentes, por aquilo que nos distancia e coloca o “objeto” enquanto *objeto*, pelas compactuação que, mesmo sem querer, por conta de uma força maior constituinte, nos trai. Se alguns espaços são concedidos para que seja possível se constituir uma crítica ao processo histórico em que a colonialidade da o tom da lógica soberana, isso deve ser entendido por nós, críticos ao seu funcionamento, como boa educação de nossa parte ou falta de estratégia para atacá-la de fato onde lhe é mais vulnerável. Ou conveniência nossa pelo desejo de pertencimento e medo a heterogeneidade que nos é inerente.

Mais diretamente: provavelmente não exista instituição mais colonial do que a universidade, a mesma que supostamente nos concede a possibilidade que aqui investimos como saídas de leituras que possibilitam formas outras de existência e compreensão das coisas, nos acolhendo em seu próprio interior, e esse é o seu truque. É o mínimo, ao falar de colonialidade, que tratemos dos elementos todos em que a crítica possa se dar cuidando da forma e do lugar a que deve ser dirigida para que se tenha o melhor proveito dela. Assim, que possa se restituir a crítica ao seu sentido político, dissociando ao seu novo sentido de forma de governo (o que é a rigidez metodológica senão forma de governo?) e tornando ferramenta de ruptura e transformação.

Em associação com as linha teóricas por onde avança esta tese, portanto, as que tratam dos fenômenos e dos aspectos relevantes presentes na perspectiva da história colonial e da presente colonialidade que advém dela, devemos aqui enfatizar que a metodologia ou ou as metodologias adotadas usualmente, a qual nos antepomos, se servidas sem críticas, devem ser encaradas como forma de dominação: não só através da

modelagem do pensamento, da linguagem e de todas as *formas* que sustentam uma pesquisa, como do pesquisador que a realiza. A metodologia enquanto metodologias de trabalho, se orientarão a manter os traços necessários para a padronização do pensamento em sua produção e este enquanto padronização de ideias e dos sujeitos. Disto podemos resumir o que foi dito acima com alguns pontos: 1) sobre a necessidade de crítica quanto ao objetivo total das metodologias 2) sobre os desvios das metodologias de modo que não acabemos (pesquisador e pesquisa) nos formatando a elas de maneira a nos estranharmos mais com a pesquisa devido aos processos induzidos pelas metodologias do que pelos processos de descobertas presentes em nós que podem irromper em nosso trabalho 3) usa-las estrategicamente como ferramentas que nos possibilitem e não tolham e nem nos aliene do nosso trabalho e do pensamento.

Os critérios que ajustam o que é considerado uma boa pesquisa às formas pré-estabelecidas estão dados. Estas são as maneiras também de avaliação pelo qual uma pesquisa pode ser considerada boa ou ruim, pertinente ou não, coerente ou não. No entanto, as compreensões dos usos instrumentais das ferramentas metodológicas têm seu acesso limitado. Há uma falta de “intimidade” para muitos à própria ideia de pesquisador e de pesquisa, que não fogem a regra do lugar de poder e acesso restrito desse tipo de trabalho e a quem é admitida a possibilidade de produção de pensamento. Dizemos, segundo nossa lógica, que é justamente deste lugar *outsider* que deve nascer o pensamento enquanto resistência e manter a forma dada enquanto estranhamento. A dificuldade que falamos indica nesse sentido algo parecido com que Virginia Woolf se referiu, com certa ironia, como uma “falta de tradição no pensamento” (Woolf, 2014). Essa “falta de tradição” dada a alguns, àqueles a quem é dada a tradição das faltas, em geral, são os que estão incluídos nos circuitos externos ao trabalhos intelectuais. É a partir do “fora” é que são dadas as condições ideais para movimentos outros.

Destes sujeitos, em especial, é que propomos que devam se servir, mais do que os demais, de sua matéria inclusive, fazendo de sua suposta

fraqueza em relação as formas de soberania, um modo de produção não subjugada. Da sua matéria de vida e de compreensão de vida é o que deve ser a matéria-prima de sua própria metodologia, transformando a sua adversa metodologia em metodologia de defesa de seus interesses heterogêneos como sujeito heterogêneo:

O estudante que aprendeu a fazer pesquisa em Oxbridge tem, sem dúvida, um método para guiar a sua pergunta por entre todas as distrações até chegar a uma resposta, tal como uma ovelha entra em seu curral. (...) Mas quando infelizmente não se teve um treinamento na universidade, a pergunta, longe de ser direcionada ao seu curral, dispara feito um rebanho assustado de um lado para o outro, numa tremenda confusão, perseguida por um bando inteiro de cães. (Woolf, 2014, p. 37)

Para estes a quem falta intimidade, situados entre o rebanho assustado e os cães, os que se deparam ao acesso à universidade por uma entrada lateral (não tradicional, não por herança), mesmo que “treinados na universidade” posteriormente, esse “saber” advirá de um lugar outro igualmente heterogêneo. Mais precisamente, em primeiro lugar, de uma vontade, um desejo que persiste e que se desenrolará em “superar na pesquisa concreta a antítese ideológica entre racionalismo e irracionalismo” (Ginzburg, 1990, p.7). Desejo que vá contra o desejo não de servir a lógica utilitária, a lógica homogeneizada e homogeneizante, mas de colocar a si mesmo como disputa, com o próprio sujeito que é, como ferramenta de fazer ver. Desta maneira é possível, por fim, “por em palavras a peça que falta no inconsciente coletivo” (Villada, 2024, p.43), porque esse sujeito é coletivo, e por isso mesmo, detém sua parcela que lhe é própria de inconsciente. Só assim pode-se sustentar um *heterotodologia*, pois esta estará justificada e mantida no desejo do próprio sujeito, que conhece a sua pesquisa à medida que vai ao encontro de si e vice-versa.

Esse erro que se converteu em estilo é o que salva o que escrevo dos olhares estrangeiros, dos olhares que nada sabem, que tentam dar valor à escrita de uma pessoa. Que dizem, isto é poesia, isto não é poesia. Isto é uma merda, isto não é. Isto está escrito conforme este movimento. Isto não. Essa merda de frase, de novo.” (p.43)

A sustentação do desejo como “instauração”, para fazer menção a Étienne Soureau (apud Lapoujade, 2017) só se dá por admissibilidade (e vontade?) para com o desvio, para com o “erro” então, assumindo-se no lugar próprio de heterogêneo dentro das produções de forças contrárias. Tal admissão só pode ser fruto da possibilidade de enxergar no mundo a potencialidade e fazer defesa as “existências mínimas” a qual o autor defende. Colaborar com o mundo com em defesa dessas existências, dessas outras formas, enxergar possibilidade de fazer e se fazer através delas é, sem dúvida um ato de transgressão e nele reside o *erotismo*, enquanto aquilo que George Bataille fundamenta. Como a outra face, também, de todo funcionamento do que tentamos expor nos capítulos anteriores. Independentemente da reprodução simples da vida, mas da “aprovação da vida até na morte” (Bataille, 2020, p.35).

A metodologia desta tese deve-se ao que foi expresso na defesa dessa *heterotodologia* ou esta metodologia específica deve-se ao que defende-se nesta tese. Pouco importa a ordem. É mais certo que uma coisa esteja imbricada na outra pouco interessando o encadeamento e a hierarquia de tal sobre tal. Entretanto, é certo que assumir esta forma de metodologia foi a parte mais difícil porque brigava justamente com os ditames de pressupostos outros vindos de fora que pareciam necessários, mas desconstruídos entre pesquisadora e pesquisa. O religamento possível só seria feito através de um auto-exame autoral e autocrítico e perante a ameaça da possibilidade de interrupção do desejo de seguir.

Tudo isso pode parecer completamente alheio aos que detêm as tradições acadêmicas, que têm este fazer bem sustentado como forma de reprodução de vida, que possui um lugar garantido em que se sinta confortável nas cadeiras da universidade, aos mais colados as formas, nascidos dela, que não tem a disposição incômoda da academia percorrendo a cabeça, o corpo, a postura, a fala, a escrita, apoiados nas metodologias que reproduzem todo o sistema de valores que lhes convém (ainda que as vezes nem isso). A *heterotodologia* talvez faça mais sentido e possa ser melhor assimilada para os dissidentes e confusos que sofrem ou sofreram

com a validação externa de seus atos e que precisam se dissociar de vez deles a custo da vida ou sustentação do seu desejo. Que ela suscite desconfiança é o mínimo.

Posso, sem cair em contradição dizer que esta tese se baseia em uma abordagem qualitativa de caráter documental, primários e secundários, como se pode constatar, baseada especialmente na bibliografia concernente ao tema e notícias do período referido na pesquisa, além de cinco cenas construídas a partir de vivências de observação não-participante onde se adota "abertamente procedimentos literários ou de outras artes – como uso de diálogo, descrição elaborada de personagens, descrições evocativas de paisagem ou ambiência, estrutura narrativa (...), uso de metáforas" (ANGROSINO, 2009, p.32) etc. Mas a metodologia desta tese baseia-se, fundamental, em sua heterotodologia que aqui fundamenta-se, na vida de quem a escreve e da sociedade em que vive, portanto, confundindo o trabalho de pesquisa e escrita com a própria vida e seus conflitos inerentes (como o de ser pesquisadora no Brasil) , que antes de se indagar as motivações e os desafios de se pesquisar e escrever sobre tal tema, indaga antes, as motivações das motivações e faz a sustentação dos desafios da pesquisa no desejo sem propósito primeiro. Além de ser e de existir e fazer existir como expressão da vontade e de um estranho prazer de resistir criando.

Desejo que se confunde com a pesquisa, pesquisa que se mistura com a pesquisadora, tema que confunde-se com a cidade, história que se assimila ao espaço(como para nós passado, presente e futuro) e procura entre esses limites mais estabelecidos brechas onde possa se instalar a criação de *heterotopias* que como "método" motiva justamente a justaposição de variados espaços. De precisar e querer juntar, normalmente, o que seriam ou deveriam ser incompatíveis dos lugares diferentes da dimensão social que, assimilados fazem ver a heterogeneidade das possibilidades de pensamento, existência, pesquisa, escrita, de justificações, subjetividades, seres, lugares. Assim, "heterotodologicamente", a nossa forma sustenta-se essencialmente na fruição de diálogos diversos,

de presença nas ruas da cidade, nos bares, nas leituras e portas de banheiros, de pichações, da inscrição do tempo nos edifícios, da observação dos caminhares, dos trajetos, dos olhares, das sensações, da escuta de conversas alheias aos tragos de cigarros, de opiniões, escritas errantes, de anotações improvisadas em qualquer lugar, de ideias invasoras, da enérgica necessidade de prazos, do ócio, do cansaço, de não se preocupar com o método, de não perder de vista qualquer método, não pensar no método, pensar no método, associar os métodos e criar um método.

4.2 Reunião de síndicos

Se as quatro cenas iniciais, dispostas na introdução, tiveram como objetivo uma abertura à pesquisa sugerindo questões que orientariam a construção teórica desta tese, a quinta e última cena busca dar subsídios ao que foi exposto. Procuraremos aqui utilizar a transcrição como ferramenta de transmissão do acontecimento. Ao recorrermos ao recurso da *transcrição* buscaremos dar o sentido mais vivo possível do que foi experimentado presencialmente. As falas principais, que foram realizadas quase sempre em primeira pessoa, por exemplo, relatando os desejos do grupo, *do plural* que se manifesta no grupo essencial a nós, não conseguiria o alcance almejado, provavelmente, se não aderisse a este meio. A tentativa de discorrer sobre os dados anotados e rememorados coletados na "reunião de condomínios", além de se tornar extenuante, cairia num fragmentarismo que só poderia ser restituído, ao nosso ver, pela linearidade da forma do discurso direto, além de possibilitar uma concisão mais articulada e interessante para o leitor.

A transcrição, levando em conta a transformação criativa dos dados coletados por anotações e pela memória do campo, como recurso de tradução do momento vivido, ao contrário de querer imbuir a pesquisa de qualquer qualidade ficcional, entretanto, busca a mais precisa fidelidade do momento vivido, que além do poder possibilitar realizar o seu relato

conferindo a envergadura que lhe cabe, flexibiliza-o pela ferramenta aquilo que foi experimentado e que a linguagem pode, algumas vezes, impedir.

Assim, me coloco ao mesmo tempo na posição de estrangeira do grupo e da cena vivida, ao mesmo tempo que tradutora que busca a fidelidade, através do recurso possível da linguagem, de uma integridade da situação que qualquer comunicação já prescinde de fazer. No mais, desejamos, através de uma adaptação linguística, que possa ser captada a ênfase de sentido e o discurso que acontece quando algumas vezes se desloca a fala em *terceira pessoa* do *singular* para a *primeira pessoa do plural*, recuperando o sentido de intencionalidade do *nós*, em detrimento ao *ele*, o que seria empregado recorrentemente possivelmente se tornando enfadonho, dando um tom, além disso, mais "engessado" pela tentativa de trazer a fidelidade daquilo de mais importante do conteúdo verbalizado.

a transcrição do texto, visando à literalidade, deveria levar à transformação criativa do extratexto – à modernização do contexto histórico, muitas vezes através da incorporação de intertextos que aproximam a tradução do presente de criação. Assim, passado e presente, literalidade e criatividade, nacional e estrangeiro não se excluem mas mantêm uma relação dialética e vital. Pode-se dizer que essa síntese, essa combinação de contrários, é a contribuição original (...) à teoria e à prática da tradução. A tensão entre esses pólos garante a força e a vitalidade de suas traduções. Assim, o conceito de transcrição suspende e desloca a dicotomia fidelidade/criatividade. Paradoxalmente, é o excesso de fidelidade, a desmesura mimetizante, que leva à transformação do original. (Nóbrega, 2006, . 253).

Ademais, cabe ressaltar que o nome das personagens envolvidas são fictícios para resguardo de suas identidades. Quanto a fala do vice-governador, Felício Ramuth, por entendermos se tratar aqui de um pronunciamento de autoridade pública, em reunião de interesse social, em local prédio público, será denotada e manifestada em seu nome, todavia, se utilizando do mesmo recurso da transcrição.

JAIR: *A nossa conversa aqui tem que ser objetiva, direta e reta, sem rodeios, sem mimimi. Eles vão ver como nós interagimos, como falamos a mesma linguagem. A gente precisa falar a mesma língua porque aí a coisa vai. Não podemos achar normal ser esfaqueado, nosso filho ser assaltado porque vagabundo tá na doença do vício. Agora os vagabundos destroem plantas, depredam a praça.. A prefeitura*

põe e eles arrancam pra vender. Eles não podem achar que podem tudo! A gente precisa cobrar uma cidade inteira, pagamos impostos muito caros! Quanto pagamos toda vez que vão lá replantar a plantinha? A Praça da República está destruída. Cadê o busto do polícia que foi morto lá? Então a gente precisa ter inteligência, eu falo por experiência própria. Eu não estou bravo com vocês, tá? Mas precisamos ter inteligência. O tráfico rolando e uma base móvel da polícia do lado, por quê isso é permitido? Tem gente da subprefeitura desviando, a gente sabe. Então, por isso que é muito importante vocês estarem aqui. Não eu, mas nós! Na outra reunião de síndicos o deputado ouviu muitas coisas importantes, gerou muita movimentação. A mobilização toda da polícia, os novos efetivos, tem muito a ver com o que nós estamos fazendo. A gente não pode ter medo, não temos que ficar do sofá, reclamando no whatsapp, temos que saber onde ir falar. Comigo é assim, não tenho medo e não tenho rabo preso e falo o que penso. Se tiver que falar uma verdade e perder um amigo, eu vou perder um amigo. Vocês acham que todo policial é honesto? Tem muitos corrompidos por aí, então eu falo mesmo. Vocês já assinaram a petição? Quantos assinaram? Deram para o amigo, para o vizinho? A militância faz petição para isso, para aquilo e em poucas horas... Quantos de nós, sociedade civil organizada, temos assinaturas? A gente pode divergir, é democrático, mas a gente precisa se unir, ser organizado. Aquela reunião com o vereador, com o deputado rendeu, entende? Prenderam 4 ou 5 traficantes de uma vez só. Queria falar outro ponto. Aqui tem muito síndico. Se a gente contar de quantas pessoas somos representantes... De quantas pessoas somos representantes? Eu, você, você, você...? Se aqui contarmos elege um vereador. Outra coisa, reunião de condomínio temos que participar. Audiência pública tem que participar. O problema nosso é político, porque se a gente for analisar o Ministério Público, ele é político. Tá tudo muito politizado, muito partidário, mas nós é que temos que tomar as decisões e tomar as rédeas. Lá nos Campos Elíseos tem um hotel que está querendo fazer um equipamento desses de abrigo. A gente pode impedir o dono do hotel de fazer o que ele quer? Não, mas a gente pode pressionar, fazer uma petição, por exemplo, dizendo que não tem interesse público de fazer ali um equipamento desses. Por quê tudo tem que estar no centro? Por que não pode ser no Tatuapé, em Itaquera, São Mateus? Qual a estratégia de demanda do serviço? Em Florianópolis eles integraram os serviços. O que acontece? Quando a frente social vai atender alguém e essa pessoa é procurada, um criminoso, o que acontece? Automaticamente a Secretaria de Segurança Pública entra em ação. A pessoa é incapaz, o que acontece? O pessoal da Saúde é acionado, entra e acolhe ele, chama a família. Tem que acolher! Se ele é incapaz, ele não pode ficar num

hotelzinho. A demanda deles é por Boletim de Ocorrência, mas a secretaria de Segurança Pública é sancionada. Tá acontecendo uma quantidade de crimes e aí eles fazem. Por que não fazem então um equipamento para mulheres e crianças em situação de risco familiar? A gente troca! Falamos para eles, nossa demanda é essa! Outra coisa: A sujeirada no bairro. Quantos aqui tem que ficar lavando a calçada do prédio todo por causa de cocô, de xixi... A gente tem cuidar dos nosso bairros, temos que mostrar que estamos todos cuidado daquilo que é nosso!

AMAUURI: Deixa eu contar uma história. Outro dia eu tava na Baronesa de Itú e tive que defender um bandido. Ele estava assaltando uma menina, pegando o celular de uma menina. Estava de moto, olhei para o cara do carro ao lado e falei: Vamos atrás dele? Vamos. O cara de bicicleta, cansado já, eu cerquei, agarrei ele e aí veio o outro cara e começou a bater. Cercou então de um monte de gente. Aí eu comecei a ir para frente do cara e falei "Não, chama a polícia, depois quem vai preso é a gente". Ele vai preso por tentativa de roubo e é solto em seguida e a gente vai por tentativa de assassinato, sabe? Esperamos por 40 minutos a polícia chegar, o cara já tinha apanhado de todo mundo, acabei deixando ele ir embora: Some daqui, não aparece mais no meu bairro! E foi embora.

CADU: Eu já tinha pegado a bicicleta dele.

AMAUURI: Alguém pegou.

CARLOS: Posso fazer uma pergunta? E a coisa toda em relação ao Padre Júlio? Alguém chegou falou com a CNBB?

JAIR: Eu cheguei a ter uma reunião com o Dom Odílio Scherer, só que ele diz que o padre é muito bonzinho. Eu já pedi uma outra reunião só que eles dizem que ele não podem me atender, que iriam mandar um auxiliar. Mas agora que as testemunhas dos casos de abuso estão aparecendo, ele tá mais quieto, não tem ido mais na mídia, não tem falado mais..

DÍLIA: Eu notei.

JAIR: Bom, vocês falam da bodega do bar. Tem que denunciar, gente. Vocês ficam me mandando trocentos vídeos, mensagens por dia. Eu não sou onipotente, não sou deus. Outro dia uma pessoa ficou brava comigo porque eu não consegui

responder. Eu não sou onipotente, onipresente, sou ser humano e estou tentando ajudar, gente! Então temos que ter estratégia. Uma coisa que ninguém gosta que eu ensine, mas vou ensinar para vocês: B.O online.

CARLOS: A gente pode começar a pegar as câmeras dos prédios e colocar em anexo, no B.O tem espaço para anexo. Garanto que no outro dia a seccional ligar. Aí tem que ter homem. E mulher! De valor! A gente paga imposto para isso, gente! Cadê o Estado?

JAIR: Agora eu vou ser racional. Vamos ser um pouco racionais, vamos analisar todos os lados. Eu gosto de escutar todo mundo para tomar uma decisão. Não vou dizer que o executivo é inocente, tá? Mas muitas vezes as coisas não chegam no topo, nós aqui temos experiência nisso. Nós conseguimos que um secretário fosse demitido, tá? Por quê? A coisa não chegava até o prefeito, e no dia que nós tivemos uma reunião com o prefeito nós largamos na cara dele de que ele estava mal assessorado. Não deu três dias e o secretário estava na rua. Mas o prefeito não consegue mexer com todo mundo. Vamos lembrar que o caos social não foi do dia pra noite, a gente se acostumou a ver traficante, a ver bandido, a ver policial corrupto...Você passa na rua e o cara te oferece droga. Fala, eu tenho uma boa: eu falo: Meu amigo, eu tenho cara de quem usa? Trinta anos de abandono e isso também é responsabilidade nossa. Eu só queria dizer uma coisa. A gente pode falar mal da polícia, mas não da corporação e sim dos maus profissionais que tem, porque é um prato cheio para a esquerda vir e banalizar a polícia e nós precisamos da polícia. Nós temos que ser inteligentes.

SILVIO: Em Nova Iorque o que eles fizeram quando eles quiseram acabar com moradores em situação de rua? Eles fizeram uma lei, dava 22 horas, o cara na rua? A polícia abordava: Senhor, o senhor não pode ficar aí! E chamava a Assistência Social. Ah, não quero ir! Então o senhor vai preso.

JAIR: E tolerância zero com droga! Lá era pego com uma grama de bekezeinho: Ah, o senhor é usuário? Vou dar duas alternativas para o senhor: Vai se tratar ou vai preso.

DÍLIA: Por vadiagem, né?

JAIR: *Lembremos que aqui qualquer cidadão pode dar voz de prisão, a gente não faz isso porque não temos peito de aço, né?*

ADILSON: *Os moradores de rua, não são realmente moradores de rua. Todos tem casa, família, é raro quem não tem. Eu tenho contato com muitos. Contato pessoal, de conversar, trocar ideia. Todos estão ali por uma única coisa: prazer. A droga proporciona muito prazer, entendem? E por isso que eles permanecem na rua, não é por falta de teto.*

SILVIO: *Só tenho uma solução plena para tirar o cara de situação de rua...*

AMAURI: *Eu tenho também. Mete porrada.*

SILVIO: *Eu meto bala.*

DÍLIA: *Tem que internar! Não entendo..*

JAIR: *Aqui nós temos a esquerda. Nós no Brasil temos três modelos de internação. A voluntária, que a pessoa fala que quer se tratar; temos a segunda que é a involuntária, que o laudo médico atesta que a pessoa precisa de tratamento e a família assina o tratamento e a compulsória, que é quando cara é atestado que ele tá sendo risco para si e para terceiros. Aí entra o movimento antimanicomial que é outro problema. Olha, coitadinho, ele não pode ficar no manicômio... Nós temos o único desembargador do Brasil, que é do Estado de São Paulo, que está segurando no peito os três hospitais psiquiátricos que sobraram, nós tivemos reunião com ele. É a gente chegar e dizer: Olha, na cracolândia nós temos pessoas que usam drogas há 5, 10, 15, 25 anos... De 5 anos pra cima o cérebro dessa pessoa já foi tão afetado que é irreversível.*

MÁRCIA: *O que a gente poderia propor talvez é que se crie um equipamento específico para essas pessoas..*

MAURA: *Um navio...*

ABÍLIO: *Pelo amor de deus, aquilo lá não tem mais jeito, não.*

AMAURI: *Dá K-9 para todo mundo.*

EDUARDO: *Acho que uma granada.. (risos).*

JAIR: *Para vocês terem ideia, gente. O próprio governo está pedindo para gente ir para a rua. O próprio governo está pedindo ajuda. Nós estamos em quarenta pessoas mais ou menos. Eles não costumam receber tudo isso de gente, á? Por quê? Eles estão precisando de ajuda para resolver o problema. O nosso movimento que está sendo criado de 2 anos para cá é muito importante. Só quem tinha a retórica era o pessoal da esquerda, o pessoal que defende bandido. Bandido é coitadinho, bandido é pobrezinho, bandido tá roubando pra fumar uma macoinha... A gente não saia da inércia, não saia do sofá, do whatsapp. Quando o movimento se inverteu, nos ganhamos a narrativa, nós ganhámos a retórica. Quando teve a grande operação foi preciso o delegado chamar a televisão fazer todo aquele auê para mostrar que ninguém tava batendo em ninguém, não é? Nós somos testemunhas, né?*

AMAURI: *Eu vi o delgado até dar água para um: Ai, tô com sede...*

JAIR: *Então é isso que a gente precisa, a gente precisa inverter o jogo. Como 2 mil pessoas ferram a vida de 1 milhão de pessoas? No seu condomínio a minoria ferra a vida do restante ou é ao contrário? Eu trabalho desde os 16 anos de idade, não sou vagabundo. Eu vou falar, eu tenho um filho maconheiro que eu botei pra fora de casa. Ele quis o caminho errado? Problema dele! Muitas vezes ele aprontou na escola e eu quis dar uma coça nele. Sabe por que não dei?*

CIDA: *Por causa da escola, do professor...*

JAIR: *Tinha um filha da puta de um vizinho que não cuidava da vida dele e queria cuidar da minha casa. Mas é isso, eu caminho pelo trabalho, caminho pelo que é correto. Assim, gente, eu apanhei, virei gente, não morri. Uma lapada, a própria Bíblia diz: Não apartai a varinha de seus próprios filhos. Dar uma chinelada não vai matar ninguém, mas infelizmente a sociedade está invertida. Então para encerrar que o nosso tempo tá acabando. A gente precisa se unir, precisa se falar, precisa saber dos problemas dos seus vizinhos, somar forças. Unidos a gente é forte. Nessa jornada de quase dois anos e meio disseram que eu tô milionário com a cracolândia. Eu não tenho carro, eu moro de aluguel, eu sou um microempresário que não faliu pela pandemia mas quase faliu por causa da cracolândia..*

Cecília, demonstrando sentir grande aprovação pelo que Jair dizia, sentada próxima a mim e com que tivera breves trocas na chegada, comenta: Eu gosto muito do Jair porque ele fala mesmo. E fala bem, fala de uma maneira que a gente entende. É difícil contra-argumentar, né?

MÁRCIA: A última que eu ouvi, não sei até que ponto é verdade, é que tem tráfico de órgãos de crianças na *cracolândia*..

É anunciada a entrada do vice-governador.

Após a exposição de Jair, com 2 horas de atraso, inicia-se a reunião de todos com o vice-governador e a ausência do governador. Ele vem acompanhado dos seus assessores. Felício entra, sorridente, se coloca no meio da sala e cumprimenta a todos. Olha a disposição das cadeiras e pede que façamos uma roda para ficarmos todos mais próximos o que é atendido prontamente. Sentamos em meio-círculo rodeando, ainda, as novas figuras chegadas. Jair se senta ao lado do vice-governador que faz uma saudação mais íntima e pessoal com tapas no joelho.

Felício se mostra extremamente atencioso, mais do que minha imaginação poderia ter prevenido antes, o que é extremamente coerente com a situação, concluo depois. Diz que o que gostaria de propor um bate-papo e faz um agradecimento a colaboração de Jair nesses tempos e que faria isso não só pelos elogios, mas pelas críticas construtivas e "puxões de orelha" que também já teria recebido. Pede uma rápida apresentação de cada uma das quase quarenta pessoas ali e a informação sobre a localização em que mora e é síndico ou síndica. Felício se apresenta como ex-prefeito também de São José dos Campos, o que afirma ser o fato que o faz gostar de estar em contato mais direto com a população. Também se apresenta como de pai da Isadora e marido da Larissa. Faz um comentário sobre futebol e todos riem.

Ao final da apresentação, de cada uma das 40 pessoas ali, a síntese automática em afirmativas de pedidos de ajuda e sua solicitação final: "Estamos aqui por segurança!", "Meu objetivo é falar de segurança", "Queremos segurança!" até que alguém afirma o motivo geral do que foram reivindicar ali: "Aqui é só segurança!". Na vez da minha apresentação, Gilberto resolve fazer uma rápida introdução. Diz que estou ali como pesquisadora fazendo mestrado ou doutorado, que não se lembra, e expressa por mim meu desejo de ouvi-los. O vice-governador comenta a minha participação com um sorriso e diz que é importante a presença de uma "especialista na área".

Jair se apresenta por último. Diz que está trabalhando com o prefeito e o vice-prefeito em vários projetos. Desta vez diz que está ao lado do governo para tentar uma solução e que vê um bom empenho na melhoria das questões que se referem a *cracolândia*, tanto da prefeitura quanto do governo estadual, e que sabe ainda que tem muito a ser melhorado. Verbaliza que tem uma boa relação e um bom diálogo com o governante presente e que este tem interesse em resolver a situação, que está focado e fazendo melhorias aos poucos na medida do possível. E, por fim, que tem repassado as informações importantes que são trazidas para o governo atuar.

Felício toma a palavra, diz que seu objetivo é escutar e ver as críticas construtivas que podem surgir para avançarem juntos. Me surpreende pessoalmente dizendo que prefere não nomear como *cracolândia* a região e que irá se referir ao fluxo como "cena aberta de uso", que seria o mais *correto*. E pede assim que todos cotidianamente passem a fazer o mesmo e informem corretamente as pessoas em volta, já que todos também são formadores de opinião. Diz que considera o termo ofensivo e um desrespeito a todas as pessoas que ali estão. A roda de falas se inicia, desta vez, com cada um tendo sua oportunidade de expressar suas questões. Elas giram em torno de relatos de assaltos, roubos, sujeira, pancadão, tráfico de drogas, pagode na madrugada, seus impedidos direito de ir e vir, o excesso de incômodos equipamentos públicos voltados a atender a população de rua e

em uso de substância, abandono da polícia e corrupção. Felício inicia uma exposição em vista de contemplar, com a apresentação de soluções, as angústias dos participantes e defender as medidas tanto do governo estadual quanto municipal, em seu entrosamento, para a obtenção de resultados em torno da problemática.

FELÍCIO: *Bom, vamos lá. Eu queria agradecer mais uma vez a presença de cada um e dizer que concordo com 90% do que foi dito aqui. Pelo o que escutei, acho que esse será um bate-papo interessante e importante para todos nós aqui. Mas em primeiro lugar eu preciso fazer uma colocação firme, que é em relação ao que foi dito sobre corrupção da polícia militar. Assim, como existem maus médicos, maus advogados, mais profissionais em todas as áreas, existem eles também dentro da polícia e em todo lugar. Pode haver corrupção em todas as áreas, em especial na política, como sabemos. Eu afirmo a retidão e honestidade de 90% policiais que atuam na corporação do Estado hoje. Vocês afirmaram situações que vivenciaram onde o policial nada fez em relação a uma situação que estava acontecendo. Correto. Mas o nome disso é prevaricação e não corrupção. Corrupção é grave e deve ser sempre e muito investigada, mas para fazermos uma afirmação nesse sentido temos que ter indícios claros, provas, para então podermos dar seguimento a uma denúncia e a um processo legal. Agora o nosso maior problema é o judiciário e não a polícia, como vocês já devem saber. Tem a ver com a justiça. Alguns daqueles que vocês apontam como traficante, receptador, já passaram mais de cinco vezes pela polícia, e eu falo sem medo de errar. Isso é um problema do judiciário. Agora mesmo estamos caminhando para a liberação da maconha.. Daqui a pouco vai ser o crack.*

SÔNIA: Misericórdia.

FELÍCIO: *Outro problema é a diferença entre usuário e traficante. Você chega com o cara na delegacia e o policial militar, assim como você, vai lá só perder seu tempo. Aí é por isto que o tráfico põe os moleques na esquina para vender. Coloca na mão do moleques pouca quantidade e aí a chance é menor ainda. Então nós temos no nosso país um problema de leis, que*

parecem estar cada dia mais flexíveis, o que deveria ser o contrário. Depois vocês olham o rapaz de El Salvador lá, ele foi radical e deu um jeito nas coisas. Mas existem erros, eu concordo. Se você fala pro policial militar que está tendo um assalto e ele não faz nada, ele errou. Mas a gente tem que separar as coisas, o que tem acontecido é em relação a uma reação aos acertos das forças de segurança e não contra, porque se a gente aperta tem o "salve". São reações às nossas ações na região central, aos nossos acertos. Mas temos que melhorar muito. Vou contar uma coisa para vocês. Vocês falaram de câmeras. Vocês tem ciência de quantas câmeras com inteligência (reconhecimento facial, leitura de placas existiam até o ano passado? Nenhuma. Houve uma licitação e os grupos de esquerda barraram porque acreditam que ela pode ser discriminatória. Ao meu ver isso é um erro, eu como prefeito de São José dos Campos, que tem esses sistema há anos, posso dizer que nada disso aconteceu. A justiça agora reconheceu que não tem nada de discriminatório no uso do sistema e nós junto ao prefeito Ricardo Nunes contratamos 20 mil câmeras. E vocês sabem onde elas irão começar a ser instaladas? No centro. E como é um contrato de serviço vocês só pagarão a imagem que aparecer na central. Câmeras, rede de fibra, armazenamento desses dados, tá tudo incluído num pacote que vocês pagam naquilo que estiver funcionando. Vocês não, nós. Por quê eu também pago.

ODÍLIA: *Elas fazem reconhecimento facial também?*

FELÍCIO: *Elas fazem tudo! É o que tem de mais moderno. E eu gostaria de fazer o convite, em primeira mão, já para vocês irem com a gente na central da prefeitura em conjunto com o Estado para conhecer o sistema de inteligência que está sendo implantado. E isso está integrado ao Estado, porque a gente é que sabe quem são os procurados, os que estão cumprido medidas judiciais... O Estado tem todas as informações lá. A gente testou o sistema lá no estádio e a gente pegou mais de cem procurados. E nós já localizamos 3 desaparecidos que a família estava procurando. Com a própria imagem de TV você consegue pegar a cara da pessoa e consegue procurar ela nas câmeras de segurança.*

ODÍLIA: *Fantástico, fantástico!*

AMAURO: *Governador, e no Copom continua?*

FELÍCIO: *Sim, mas no copom são câmeras analógicas, não dá pra tomar conta de uma cidade. Isso vai ser integrado, né? O copom vai usar as mesmas imagens. Isso que eu tô falando para vocês não é papinho, já vai acontecer agora. Até o fim do mês vai ter o lançamento. O nome dessa inteligência é Muralha Paulista e isso vai funcionar junto com o SmartSampa que é da prefeitura. E vou dizer para vocês, isso vai mudar em muito a realidade da região central.*

CECÍLIA: *Ai, nossa, que ótima notícia!*

FELÍCIO: *O que está acontecendo agora, já, é o acompanhamento de todas as ocorrências em tempo real. Eu não tô dizendo que está ótimo, mas que vai melhorar, tá? A gente sempre pode. Dentro do site da Secretaria de Segurança Pública ssp.gov.br, vocês podem acessar. Vocês podem ver todos os crimes semanalmente da região central. Eu vejo! E isso já está funcionando desde abril do ano passado. A gente também ampliou as forças de segurança no centro. E mais, eles estão passando todos por um treinamento para melhorar abordagem e terem um posicionamento correto. Então eu vou deixar como sugestão aqui que a gente grave uma mensagem de cada um de vocês dizendo para esses policiais o que esperam deles. Nós vamos também implementar a circulação de um grupo de motos em alguns meses. E mais uma coisa, nós vamos criar um negócio chamado Central de Flagrantes que vai ajudar o trabalho do policial. Toda vez que o policial pegar alguém em flagrante isso vai ser levado para essa central, que é só para a polícia, interna e as delegacias vão ficar livres para o cidadão comum.*

MAURA: *Olha, que bacana..*

FELÍCIO: *Nós também vamos proibir as pessoas de andarem de bicicleta na calçada. Vocês sabem o que querem as pessoas que andam de bicicleta na calçada, né? Então vai ser proibido. Claro que tem o trabalhador, mas ele pode sair da ciclovia, atravessar para fazer o seu trabalho, ele pode levar a bicicleta na mão se precisar. Se o sujeito andar de bicicleta na calçada ela vai ter sua bicicleta apreendida. Vocês vêm que não é na velocidade que gostaríamos, mas está melhorando. Existe uma atenção específica para a região. Tem pequenas coisas que a gente faz que vão melhorando, por exemplo. A Rio Branco tinha muito quebra-vidros. O que fizemos? Nós colocamos uma grade no meio, não sei se vocês viram. A gente vai colocar grades em outros lugares também.*

A "reunião de síndicos" aqui é o desfecho de nossa tese. Por ela acreditamos alçar os aspectos que afirmam o lugar da instauração de *crise* na *cracolândia* enquanto modo de governo ao mobilizar *um estado de insegurança*. De tal forma, a crise possibilita ser operadora tanto de medidas de movimentação do efetivo social quanto, e através dele, de ações que colocam em prática políticas que movimentam o que existe do aparato de controle do efetivo do Estado, que ao moverem-se juntos dão o tom das características autoritárias da sociedade criando espaço para a inserção do Capital em detrimento de vidas.

A começar por aquilo que a transferência da sede do Governo do Estado vai mobilizar com o projeto de "requalificação urbana": a desapropriação de edifícios e terrenos como "área de interesse público" desacomodando moradores de mais de 230 imóveis residenciais pela extensão de pelo menos 5 bairros. Além também da desativação e transferência do terminal de ônibus Santa Isabel, a remoção do Museu da Favela no antigo palácio dos Campos Elíseos e a construção de um parque na localidade que hoje abriga aproximadamente 800 famílias na comunidade

da Favela do Moinho³⁵. Somadas a estas medidas, como a disponibilização de um novo aparato de controle das Forças de Segurança (não apenas na região central, mas a partir dela para toda a cidade) com a instalação de um novo sistema integrado de vigilância, com o *Muralha Paulista* e o *Smart Sampa*, se concretiza o estabelecimento do Estado de segurança na forma daquilo que Mbembé o estabelece:

O Estado de segurança se alimenta de um *estado de insegurança* que ele próprio ajuda a fomentar e para a qual pretende ser a resposta. Se o estado de insegurança é uma estrutura, o estado de insegurança é uma paixão, ou um afeto, uma condição ou mesmo uma força de desejo. Em outras palavras, o estado de insegurança é o que faz funcionar o Estado de segurança, na medida em que este é, no fundo, uma estrutura responsável por investir, organizar e desviar pulsões da vida humana contemporânea. Quanto à guerra encarregada de vencer o medo, ela não é local, nacional ou regional. Sua superfície é planetária e a vida cotidiana é seu teatro privilegiado de ação. (Mbembe, 2020, p.93).

Em relação ao Estado, dizemos daquilo que, quando em nome de uma maioria, enquadrados no conceito de *homogeneidade* de Bataille, investe-se, portanto, contra uma minoria, nesta tese identificada na heterogeneidade existente sem valor das vidas da *cracolândia*. A fim de engendrar possibilidades de avanço do capital e do que ele representa, a *soberania* toma forma na região, assim, no enlace intrínseco entre poder político e poder econômico.

Em relação à sociedade, nos referimos, portanto, àquilo que pode ser manifestar no apoio conservador que se pauta em ambos (Estado e Capital): o que mobiliza os sujeitos mais inclinados a sua subserviência, e onde se manifesta com mais fixação na constituição da quebra de vínculo entre o *eu* e *ele*, *nós* e *eles*, e que traduz-se (diferentemente de uma simples relação social), como apenas um dos lados do que se permite existir "como radicalidade de diferenciação e da aproximação entre os humanos" (Sodré, 2023, p.74).

³⁵ Fonte: Governo de São Paulo pretende transformar Favela do Moinho em Parque: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/governo-de-sp-pretende-transformar-favela-do-moinho-no-centro-da-capital-em-parque/>

Como tentamos expressar anteriormente, tal quebra de vínculo não se faz circunstancialmente, nem muito menos de maneira aleatória. Ela é, pela nossa leitura, consonante a determinadas formas de vida que se materializam e se expressam pelo seu componente que as tornam um *comum entre si* e é inerente à constituição própria da sociedade de herança colonial brasileira: a *estrutura psicológica do racismo*. Tal estrutura se mobilizada, assim, na localização enquanto aderente da parte hegemônica que a constituiu e da qual, então, será constituída.

O que chamamos de soberania ou *superioridade*, por sua vez, recapitulando, é o que Ricoeur nos lembra (o que tratamos lá atrás no primeiro capítulo, ainda buscando uma definição sobre o conceito de crise) que numa sociedade como a nossa, coloca a economia no topo da sua hierarquia de valores. Ou mais precisamente, aquilo que a economia coloca como sistema de valores e que pode se personificar nas mais diversas configurações que florescem no topo do sistema hierárquico de poder. Assim, dentro do binômio homogeneidade-heterogeneidade, tratamos de localizar as diferentes expressões das dinâmicas que o constitui no nosso país, de forma a dar subsídio a uma leitura sobre as manifestações particulares de nossa realidade social e também de uma existência mais ampla de desenvolvimento desta que se enquadra no modelo de funcionamento social mundial.

A reunião de síndicos não é uma reunião de condomínio. De moradores de um condomínio, que tem um síndico que é seu administrador e que trata de problemas inerentes a este. Ela é uma reunião de síndicos, administradores privados, representantes de moradores, na interlocução com o representante daquilo que é público. Ou seja, o espaço para fora daquilo que os muros deveriam encerrar. Isto nos diz duas coisas: Primeiro, que as distâncias físicas que separavam diferentes grupos sociais parece ter sofrido um encolhimento mais do que o aquele apontado já por Caldeira em sua Cidade de Muros (2003, p. 255), impondo uma proximidade ao *outro*, ao dissemelhante, ao "heterogêneo" que os próprios muros e os sistemas de vigilâncias ostensivos não conseguem mais ignorar. As barreiras físicas e os

sistemas de identificação e controle que predominam cada vez mais, e se desenvolvem com tecnologias ainda mais precisas, sofisticadas, minuciosas dentro dos espaços privados se mostram, entretanto, insuficientes ao que se propõe, que é possibilitar o sentimento de segurança.

Tal ausência do sentimento de segurança, que deve se ampliar com a multiplicidade de heterogêneos que se proliferam nas sociedades neoliberais, necessita extrapolar a dimensão intramuros e criar no espaço social uma verdadeira e disseminada "muralha", como indica o nome do programa do Governo de Estado *Muralha Paulista*. A segunda coisa que esta reunião nos comunica, é a de que, no mesmo sentido, a qualidade do espaço público, que cada vez mais se mescla com a lógica do espaço privado, vai criando medidas de encurralamento que vai tornando a presença dos indesejados cada vez menos possível de fato no espaço urbano. Assim, não se vislumbram mais saídas que não sejam a de segregação destes em rígidos espaços de controle, como é verbalizado na *reunião*, nas diferentes formas em que são mencionados os recursos de aprisionamento destes sujeitos que, de antemão, já são supostos "vagabundos".

Nesse sentido, é que se exprime aquilo que o vice-governador considerar um "problema de leis". Estas que podem emperrar a austeridades fazendo existir ainda qualquer coisa de democrático no semblante do Estado. Na verdade, assim passa a fazer sentido que "o problema do país" seja visto, para esse grupo, como algo concentrado no "judiciário". A referida menção ao Ministério Público feita por Jair não implica neste contexto uma confusão de compreensão hierárquica de poder (visto que este último se faz como instituição autônoma do judiciário), mas diz do entendimento justamente na "função" que supõe-se a eles de, como órgãos da democracia, defenderem a ordem jurídica e os interesses da sociedade geral.

Tudo o que permanece como defesa dos "direitos", ganha então conotação, para a parcela autoritária, de "defesa" de bandidos³⁶. Defensores

³⁶ Assim se aplica a ideia popular dos Direitos Humanos como direito de bandidos.

de direitos humanos, Organizações Não-Governamentais, "a militância", "a esquerda", "a igreja", assim, mesclam-se enquanto "amigos dos inimigos". Dentro desses amigos, um padre pode encarnar a própria representação demoníaca do "comunismo", como no caso de Júlio Lancellotti. Realizando "ações de caridade" junto à população do centro de São Paulo, Lancelotti virou alvo de perseguição de uma ampla campanha ensejada por grupos conservadores e de extrema-direita. A menção a sua figura, realizada na *reunião*, menciona os boatos que circularam, semanas antes (especialmente por canais, páginas e grupos de redes sociais) acusando-o de envolvimento com abuso infantil³⁷. Ao mesmo tempo que o católico era alvo central de uma proposta de CPI empreendida pelo vereador Rubinho Nunes (MDB), com o intuito de investigar ONG's que atuam no Centro de São Paulo, ocasionando, posteriormente, em ameaças de morte ao sacerdote católico advinda por um cidadão declaradamente "bolsonarista".

Nossa percepção, que nos indicava ali nos primeiros movimentos dessa crise no ano de 2022, de que haveria uma incitação por parte do poder público para o que vemos se desdobrar continuamente até os dias de hoje, surgiram nas primeiras investigações como uma espécie de *feeling*, e nos chamava a atenção ainda sem uma "forma". O que conseguimos *perceber*, *notar*, *sentir*, todavia, ainda não tinha um elemento mediador entre isto e a realidade, o que necessitava adquirir uma percepção mais concreta, inscrita e partilhada que pudesse comunicar aquilo como acontecimento, como um fato. Na oportunidade da reunião, entretanto, isto foi realizado de maneira contundente pelo que fora expresso por Jair, pelos participantes, pelo vice-governador, tanto quanto pelos atributos que ensejaram a própria reunião em sua formação.

A fala "era isso que eles queriam" diz da *reunião* como o selo do elo entre o Estado e essa população para a resolução do problema, como dos próprios resultados dessa crise. Tal como a fala do governador Tarcísio de

³⁷ Fonte: Fake News conta Padre Júlio Lancellotti são baseadas em notícias antigas e sem provas:
<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2024/01/12/fakes-contra-padre-julio-lancellotti-sao-baseadas-em-noticias-antigas-e-sem-provas>

Freitas, sobre "trazer o poder de volta ao lugar que ele esteve no passado", em recado à iniciativa privada, demonstra o compromisso e ligação deste mesmo Estado em relação ao Capital. Mas, mais ainda, se completa de sentido na fala do vice-governador em relação à crise associando-a as próprias movimentações do Estado como "reações às nossas ações na região central". Ações "acertadas", como enfatiza.

Se a afirmação de tomar como acerto as ações do Estado que culminaram na crise que se conflagrou no irrompimento de ondas de violência generalizadas a todo o território, não seria preciso nenhuma investigação mais específica sobre a natureza então do sentido de tais realizações. Elas são, efetivamente, a constituição do *estado de insegurança* para a possibilidade da instauração do Estado de segurança em sua melhor performance e para a justificativa de medidas de "contenção" da crise que seriam dadas com menos facilidade em outras circunstâncias, como com o ampliamiento dos questionamentos dos setores progressistas e em defesa dos direitos. Assim, a crise ajuda a pôr em marcha o início do encerramento de um assunto a muito tempo prolongado, que quem possuía "a narrativa" era a esquerda, como disse Jair. A suposta insustentabilidade da *cracolândia* no território, para Estado, mercado e população, agora, vem permitindo, assim, o desenvolvimento, como vimos, de frentes que mobilizam uma *higienização*.

A situação que acontece no caminho para a reunião, em que a funcionária de uma padaria nega as sobras de comida a uma pessoa em provável situação de rua, é o exemplo de uma situação de nosso interesse para ser analisada aqui: Meses depois do ocorrido, o vereador Rubinho Nunes (MDB) traria para votação o Projeto de Lei 445/2023, que estabelecia "protocolos de segurança alimentar para pessoas em vulnerabilidade social, no âmbito do município de São Paulo". Prevendo multa de até R\$17.680 a quem descumprisse as regras de doação de comida a pessoas em situação de vulnerabilidade³⁸. A "PL da Fome", como foi apelidada, seria barrada

³⁸<https://www1.folha.uol.com.br/folha-social-mais/2024/06/projeto-de-lei-que-impoe-regras-e-multa-para-donar-comida-em-sp-e-aprovado-em-1a-votacao.shtml>

apesar de ter passado na câmara municipal já em primeiro turno. Entretanto, não sem efeitos. Um mês depois da repercussão da PL na mídia, uma mulher teria sido agredida por uma síndica, na capital, ao entregar refeições para pessoas nas ruas. Há 7 anos trabalhando como voluntária, a vítima disse ter sido agredida após a agressora dizer que havia uma "nova lei" que proibia a ação³⁹.

O último evento da crise que pudemos acompanhar nessa pesquisa refere -se àquilo que tomou a expressão mais condensada e emblemática de sua existência até aqui. O cercamento do fluxo com grades, isolando os frequentadores em uma área restrita de circulação. De acordo com o prefeito Ricardo Nunes (MDB) o espaço, batizado de "Corredor da Saúde" fora criado para “dar melhores condições de atendimento, sobretudo às pessoas mais vulneráveis dentro do fluxo”. Entretanto, o argumento de Nunes é pouco convincente, visto que o desmembramento do fluxo, que o desdobrou por meses para diferentes áreas da região central da cidade, abriria mão das estratégias anteriores de abordagens realizadas pelas frentes de saúde e pela assistência social, gerando uma enorme dificuldade aos profissionais que atuam no território no acesso e aos cuidados daqueles.

Se as operações realizadas entre o final dos anos 1990 e a Sufoco, de 2012, tiveram como resultado a dispersão da Cracolândia em uma área de cerca de 780 mil metros quadrados, com o estabelecimento das instituições em sedes fixas para atender os usuários de *crack*, a partir de 2013, não faria sentido afastá-los de lá.” (NASSER, M. 2017, p. 25)

Localizada na Rua dos Protestantes, o cercamento que Ramuth afirmou "não é coisa de outro mundo", respeitam as definições genéricas do que hoje podemos chamar de *campo* e permitiu, como admitiu o vice-governador, a "qualificação", de todos que entram ou saem do espaço delimitado: "Sabemos exatamente quem está lá dentro. Claro, quem chegou ontem não tem como saber, mas de forma geral temos qualificados as pessoas em operações. Sei, por exemplo, se a pessoa recebe auxílio ou

³⁹<https://sbtnews.sbt.com.br/noticia/policia/mulher-e-agredida-ao-tentar-entregar-refeicoes-para-pessoas-em-situacao-de-rua-em-sao-paulo>

não"⁴⁰. Ramuth guarda certa razão na sua afirmação. O cercamento das pessoas, não sendo coisa de outro mundo, pode dizer das técnicas compartilhadas de controle e assujeitamento atuais que passam a cada dia ser compartilhadas em todo o mundo.

Campos de refugiados, campos de deslocados, acampamentos de imigrantes, campos de estrangeiros, zonas de retenção para pessoas em trâmite, áreas de trânsito, centros de retenção ou detenção administrativas, centros de identificação e de expulsão, pontos de travessia de fronteira, centros de acolhimentos para requerentes de asilo, centros de acolhimento temporário, aldeia de refugiados, aldeias de inserção de imigrantes, guetos, selvas, albergues, casas do imigrante, a lista para, como observou Michel Argier num estudo recente. Essas lista interminável remete sempre a uma realidade que se faz constantemente presente, apesar de, com frequência, ser em grande medida invisível, para não dizer familiar e, em última análise, banal. Deveríamos reconhecer que o *campo* não só se tornou uma parte estruturante da condição global. Ele deixou de escandalizar. Ele é o nosso futuro, a nossa solução para manter 'afastado o que perturba', para conter ou rejeitar aquilo que, quer sejam humanos, matéria orgânica ou resíduo industrial" (Mbembe, , 2020, p.102)

Por fim, não poderíamos encerrar nossa análise sem voltarmos àquilo que se refere ao elemento principal que engendra a crise. Ao grupo de subjetividades reunidas que manifestam o seu caráter autoritário, de modo a ser o elemento propulsor do Estado de insegurança e sustenta toda a dinâmica instaurada do Estado de segurança que se cria. Como discorremos já longamente o racismo, na formação da sociedade brasileira, não se declara de maneira explícita mas se evidencia no interior de relações específicas, relações estas que se criam a partir de uma identificação de formas de vida e na qual o elemento balizador tem uma estrutura psicológica própria que a sustenta e que foi erigido pela dinâmica da sociedade colonial escravista. Estrutura esta que não se manifesta em termos de uma estrutura social formal, mas que pode vir a ser "paraestrutural", no entanto, como "um processo 'ao lado' de um sistema identificável" (Sodré, 2023, p.49), "fora das estruturas jurídico-política, mas dentro das vontades e das práticas, na medida em que para isso houver margem institucional ou oportunidade social" (p.50).

40

<https://oglobo.globo.com/brasil/sao-paulo/noticia/2024/06/21/cracolandia-a-gra-de-nao-e-solucao-magica-e-parte-pequena-do-trabalho-diz-vice-governador.g.html>

Assim, na reunião, se torna impossível identificar o racismo enquanto discurso determinado, pois se faz como elemento inerente próprio das relações autoritárias, que têm como alvo as formas heterogêneas de vidas constituídas na questão racial que invoca o controle e uso violência para a manutenção de lugares sociais. Se na estrutura escravista era a própria *raça* que era utilizada para os fins da legitimação da violência, na forma social escravista, entretanto, ela se utiliza de suas máscaras, como o crack é para os sujeitos da *cracolândia*. Sujeitos estes, entretanto, que nem chegam a existir como tal, visto que a *cracolândia*, age como dispositivo invisibilizador de qualquer humanidade ali existente.

Encerro sem deixar de fazer menção à observação importante feita pelo vice-governador, a respeito do seu uso supostamente crítico ao termo *cracolândia*. Por toda a conduta que os governos municipal e estadual vêm tendo, a qual Felício é o principal articulador, e de sua menção ao governo de Nayl Bukele em El Salvador, não corroboramos com uma possibilidade de "boa vontade", como parece à princípio, de olhar para as vidas que existem ali. Se não ao contrário. Se fizemos uma crítica aqui sobre o lastro de invisibilização que o termos trás, a apreciação realizada por um dos principais gestores da crise nos indica um outro alerta sobre a "duplicidade" que pode vir desta suposta crítica: o de se criar uma camada de invisibilização em cima da invisibilização. Trata-se aqui de refletirmos sobre o interesse que existe por detrás do abandono da ideia de *cracolândia* que é o de deixar de fazer com que ela exista como problema, criando uma falsa ideia de eliminação dele quando o problema passa a ser eliminado de forma mais individualizada (pelo menos em aparência) na "qualificação" e controle dos sujeitos.

Assim, podemos pensar que o fluxo de sujeitos da *cracolândia*, enquanto aquilo que tem de coletivo, em especial na sua forma concreta, aquilo que dá sua dimensão *zumbi*, é aquilo que o protege em certa medida. O ataque a uma aglutinação de pessoas é sempre muito mais dificultoso do que a incidência sobre um indivíduo. Também é muito mais ruidoso e chamativo, o que faz com que ainda se provoque reações de determinados

grupos que defendem "direitos". Por outro lado, o cerceamento individual diz das malhas internas que dentro do poder podem se manifestar a depender da oportunidade e da vontade dos sujeitos autoritários que aparecem para seu funcionamento. Quanto a isto, não devemos ser otimistas, vivemos num mundo que reproduz a forma da lógica colonial em larga escala na sua conformação neoliberal.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O autoritarismo e o fascismo, representados de maneira geral pelo o que se chama hoje genericamente de "extrema-direita", avançam através das lógicas de reconhecimento entre grupos, fazendo deles pivôs no uso pragmático para suas conquistas. Através dos elementos íntimos que determinam certos sujeitos como apreciadores daquilo que ele representa, induzem-se estratégias para o desimpedimento de seus avanços para cima dos "enjeitados" sociais. A crise, como dissemos aqui, é um dessas estratégias que, na contemporaneidade e no neoliberalismo, tomam as mais diferentes frentes possibilitando formas de se governar que desviam aquilo que se conferiu às formas de representações democráticas, para o atendimento de interesses estritos. Isto porque é próprio da democracia o agente autoritário que a faz como expressão de governo, fundando a partir da modernidade o que compreendemos como colonialidade ou, hoje, como refundação do colonial que vem até os dias atuais nas suas variadas novas formas de representação.

Na medida que precisa adequar-se entre as narrativas autoritárias e democráticas que embalam o "fim da história", para tornar-se prática adequada à recolonização do mundo em que se impõe a liberdade e o domínio do Capital, num sistema-mundo suficientemente já colonizado, o neoliberalismo vem conseguindo suas representações mais antidemocráticas assim no interior da democracia, reordenando os valores e reorganizando em seu favor a própria representações e linguagem, fazendo que sua expressão embaralhe, o *ideal* de democracia à sua prática de poder autoritária, sem

que, muitas vezes, ela se faça parecer contraditória através de seus discursos verdadeiramente excludentes em cima de grupos que são colocados de fora em nome do modelo "neoliberalizado".

Assim, faz funcionar a condição ambivalente para que o poder soberano se perpetue. Segundo Franco (2021) "por um lado, ele deve se apresentar como garantidor da paz, exorcizando essa fantasia de desagregação que, por outro lado, o próprio poder precisa manter no horizonte, como se a ameaça estivesse sempre presente, constantemente à espreita para retornar." (p.118) Ou por Achille Mbembe (2020) aquilo que faz o Estado de segurança se alimentar de um estado de insegurança "que ele próprio ajuda a formatar e para o qual pretende ser a resposta (p.93)".

Pretendemos expor aqui como aquilo que identificamos como crise age na *cracolândia* situada no centro da cidade de São Paulo. Para compreender seus aspectos e como eles funcionam ali, precisamos nos voltar para a constituição então do passado da região de forma a podermos conceber as dinâmicas que o formataram na atualidade. O que consequentemente, nos levou também a circunscrevê-lo no seu aspecto econômico de onde saíram buscas de compreensão firmadas numa hierarquia de poder específica do capitalismo brasileiro. Não um capitalismo genérico, mas um capitalismo "de margem", de forte teor escravocrata, pois gestado e parido pela colonialidade, com aspectos de uma sociedade oligárquica que toma sua expressão enquanto Estado e que em São Paulo forma o poder da elite cafeeira que "cria" a região que hoje se faz *cracolândia* e hoje retorna reprogramada numa nova política de desapropriação e higienização.

Foi no mesmo passado colonial, pensando o presente do que se compreende colonialidade como um *continuum* ligado a ele, portanto, que retiramos o entendimento para os grupos que se afetam e sustentam o estado de insegurança ao tempo que apelam ao estado de segurança. Como expressão da *forma social escravista*, pudemos compreendê-los em sua manifestação específica enquanto agentes úteis e produtivos que se ligam a

ordem superior, ou soberana, associando-se a ela através também do desejo autoritário de reprimir. Esta parcela integrante à homogeneidade da sociedade do sistema capitalista, persegue sua satisfação na autoridade que está significada a sua própria submissão. Assim, recaem sobre determinados outros, *outros* circunscritos historicamente, que no sistema-mundo capitalista, se diferenciam, na maioria das vezes pela "cor de pele", afim de expressarem-se, por sua vez, como soberanos da situação.

A relação do autoritarismo presente com o passado escravocrata, que se manifesta na forma social atual, e que tem como atributo especial o mascaramento da parte essencial da organização história, desvela a face do *fascismo da cor* brasileiro, em especial quando a violência introjetada da forma social escravista manifesta pela possibilidade sempre presente no cotidiano de violação do corpo, como castigo, de uma "brutalidade somática em nome de identidades coletivas", reduz as populações alvos a estados sub-humanos", facilita muitas vezes o trabalho do assassinato em larga escala (Appadurai, p. 49).

O autoritarismo e o Capital não regulado, que assume tanto mais o lugar de liberdade na mesma medida que sujeita, em meio ao sentimento de terra arrasada permanente, em meio as *guerras diluídas* do século XXI, se coloca como única solução para o controle do desregramento que o próprio neoliberalismo gera. Desta maneira, "O neoliberalismo, cujo intuito é remodelar o Estado e transformar as subjetividades (em adequação ou extinção), impõe o mercado-forma como modo de existência, agudizando as desigualdades, as condições de precarização, exclusão e falência dos laços sociais" (Cardoso, 2023, p. 19).

A partir dessa lógica podemos lançar um olhar sobre tal crise que atrela-se a elementos variáveis, mas que encontra em seu presente uma ligação com o passado colonial: a formação do Estado, da região central da cidade, a propriedade privada fundamentada pela lei de Terras, o lugar social do negro como heterogêneo, o *zumbi da cracolândia*, *a estrutura psicológica do autoritarismo* que manifesta o desejo de submissão ao outro, etc.

5.1 Um problema sem solução?

O pertencimento a um terreno comum, tangível, palpável e visível não ocorrerá, porém, sem luta. (Mbembe, 2021, p.19)

Uma resposta comum dada por uma grande parcela das pessoas quando indagadas a respeito do que resolveria o problema da *cracolândia* paulistana é a de que ela é uma questão "sem solução". Sempre me perguntei a quem interessa que a *cracolândia* de São Paulo seja encarada como "coisa insolúvel". E sempre me perguntei sobre quais são as propostas que foram adotadas que apontaram uma solução. Há repetidos mais de 30 anos, ou 70 (se considerarmos a *cracolândia* como um desdobramento da Boca do Lixo) as propostas para a região nunca dispensaram a violência e a perseguição a população pobre, negra e marginal que transformou esta parte da região central em seu território. Prisões de usuários e traficantes, internações forçadas, ataques, tiros, dispersão e migração forçada sempre foram o método base, de governos mais e menos conservadores. Assim, como em outras localidades em que o negro se faz minoria no país.

Das poucas ou talvez única proposta, que se colocam como desvio desta regra básica de busca de "solução", inclua o Programa Municipal De Braços Abertos da prefeitura de Fernando Haddad (PT). Pautado na lógica da Redução de Danos, o programa buscava investir numa ampla frente de iniciativas que colocavam a condição dos sujeitos em uso intenso de substância e em situação de vulnerabilidade como alvo, como elemento de importância primordial o acesso à moradia, utilizando-se como modelo o princípio da metodologia *do Housing First*.

Isto porque, o que se considerava nele, dispensado a questão do *crack* como sintoma social (vulgar e erroneamente difundida que coloca a droga como seu questão central) era a de uma problemática mais ampla, com bases mais profundas. Como dissemos, a guerra ao *crack* e a droga, que na prática se torna guerra contra a população negra e vulnerável, é a

ponta de um iceberg imensamente mais amplo e serve de máscara para o controle não só desta população e da da população empobrecida a qual ela está majoritariamente incluída, mas como máscara, ou dispositivo (se preferirem), que encobre as questões essenciais e fundantes do país, o que procuramos apontar aqui através desta tese. Lembrando que:

A grave questão habitacional atual tem em seu bojo a própria configuração de nossa República enquanto ainda colônia, e sua distribuição fundiária original das capitanias hereditárias e das sesmarias do Brasil escravocrata, que regulavam o regime de distribuição que instituiu por aqui o germe da concentração de terras em poucas mãos.

Entretanto, e de maneira aparentemente contraditória, a idéia de solução via os mesmos métodos, é ainda peça chave que angaria votos nas campanhas eleitorais na cidade. Ele faz supor que a formula de solução talvez ainda não fora aplicada de maneira contundente e suficiente, que os métodos de controle, perseguição e violência não tenham alcançado o seu auge, e que, sendo utilizado de maneira correta e contundente podem ser tal *solução*. Há aqueles que talvez não compreendam a complexidade dessa dinâmica, todavia, temos como certo que outros, como forma de manifestar o seu desejo autoritário, não querem sequer saber. Mas ainda confiamos que é pela política a possibilidade na sua manifestação ampla do que cunha esta ideia, que devem ser tecidas as novas capacidades para se pensar o futuro que quebre com as reproduções das lógicas coloniais introjetadas tanto na sociedade quanto no Estado. No entanto, para isto é preciso é preciso saber sobre o passado, retirar suas máscaras, identificar os mecanismos que agem em sua reprodução. Esta tese, em sua manifestação, por exemplo, se propõe a ser uma pequena parte disto.

Não pretendemos aqui nenhuma resposta afirmativa ou definitiva, mas identificar elementos e desenhar apenas outras relações possíveis entre as coisas e que confirmem uma leitura que fuja da ordem latente e alcance novas conexões, para se dizer o que ainda possa ser dito de maneira que questione as ameaças às formas de vida todas. A busca por caminhos teóricos podem nos levar a múltiplas conceituações e um arranjo de pensamento que, na maioria das vezes, tenta dar conta do mundo. Por isso

somos inclinados a nos levar por explicações abrangentes sobre os fenômenos que se colocam, pois querer saber é apenas a outra face de tentar não explicar, mas comunicar aquilo que se vê e, principalmente, o que se sente.

É porque é na ordem do sentir também, e tentar apreender alguma forma desse sentir o mundo, que nos relacionamos e procuramos sair, ainda que por um instante, da ilha de nós mesmo. Querer explicar aquilo que se passa na ordem dos sentidos de como se coloca o mundo diante de nós, portanto, talvez seja, a ação que mais nos afaste do aspecto da existência que tem perante o desejo a aniquilação do outro, independente de como ele se possa manifestar. Não queremos chegar a nenhuma afirmação "romantizada" com tal suposição. Há em nós traços, em alguns certamente mais acentuados em outros menos, de racismos, autoritarismos ou mesmo de protofascismos. A diferença aqui então, concluo, indique um exercício constante de si, que questione o que por ventura se coloque como *estrutura* ou forma em qualquer âmbito percorrendo outros caminhos que se anteponha ao estabelecido.

5.2 Marielle sepultada em Gaza

(...) dentro os mais terríveis relatos, um jovem palestino de 23 anos me disse que já havia sido preso 33 vezes. Fiquei imaginando que infância e adolescência esse rapaz teve, quais oportunidades lhe foram dadas. Chorando ele dizia, indignado: "O mundo nos abandonou, ninguém olha por nós!". Por isso eles pedem para, sempre que pudermos, falarmos da Palestina. E é isso que devemos fazer. Denunciarmos o apartheid, o racismo, a colonização e a militarização que os palestinos vivenciam em seus territórios. Até porque lutar pela vida palestina é lutar pela vida e favelada em todo o Brasil, pois as vidas de lá e daqui são perdidas pelo uso das mesmas tecnologias de morte das mesmas empresas. (Martins, 2024, p. 363)

Numa madrugada, em meio a pandemia de Covid-19, tenho um sonho que me lembro ainda hoje com detalhes. Estava no velório da Marielle Franco. Ele acontecia numa tarde ensolarada em um ginásio coberto e cercado por um canavial. De dentro desse ginásio (um ginásio de escola

propriamente), que só possuía a estrutura que dava sustento a sua cobertura, podíamos ver estreitas trilhas fincadas, em meio ao altíssimo canavial, que, imaginei, deveriam levar para o interior da plantação.

O velório era acompanhado por apenas (e muitas) mulheres, que cantavam e dançavam, todas usando vestimentas brancas e turbantes. O sentimento era de tristeza e força como se houvesse naquele encontro uma resignação enfurecida que ao se tornar coletivamente ritualizada pudesse restituir seu significado de potência. Uma arrecadação financeira acontecia. Ela era preciso para conseguir levar o corpo de Mairielle para ser enterrado, o que seria feito por sua família, na *Faixa de Gaza*.

Não proponho citar o sonho aqui levando em consideração qualquer interpretação além. Creio que o ato de enterrar Marielle em Gaza diga o suficiente a quem leu esta tese. Ela mesma se propõe, penso, e intuo agora enquanto escrevo suas linhas finais, de construir um sentido para ela e um sentido para mim mesma, que talvez quisesse e necessitasse ser expresso. Num outro sonho que poderia ter acontecido, talvez, a imagem possível fosse a de pilhas de corpos aos pedaços, inclusive crianças, no Morro do Alemão *tal* qual como ocorreu e ainda ocorre nos dias de hoje, em *Gaza*. Ou num ataque em massa a pessoas que aguardavam por ajuda humanitária na *cracolândia* paulistana tal qual como em *Gaza*. Poderia ainda, ser qualquer uma outra cena que "confunda" tempo e espaço mas, traz à tona a nossa percepção embutida e ainda não compartilhada sobre as coisas que acontecem nesse mundo todo agora. Na *cracolândia* e, especialmente, em *Gaza*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. São Paulo, Ed. Boitempo, 2004.
- ALLIEZ, Éric; LAZZARATO, Maurício: Guerra e Capital. São Paulo, Ubu Editora, 2001.
- ANGROSINO, Michel. Etnografia e observação participante. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- APPADURAI, Arjun. O medo ao pequeno número: Ensaio sobre a geografia da raiva. São Paulo, Editora Iluminuras: 2009
- ARAÚJO, Pedro Antônio Gregório. Antifascismo acefálico. Revista Opinião Filosófica: ,V. 12, n.2, 2021 Editora, Fênix, 2021. Acesso: <https://opiniaofilosofica.org/index.php/opiniaofilosofica/article/view/1044>
- BARBA, Paula Lopes. Os caminhos da Cracolândia, a maior feira de drogas do Brasil. El País, 2023. Acesso em: <https://elpais.com/america-futura/2023-01-16/os-caminhos-da-cracolandia-a-maior-feira-de-drogas-do-brasil.html>
- BARBOSA, Jonnefer. Sociedades do desaparecimento, N-1, São Paulo, 2021/
- BARONE, Victor; SILVA, Glaydson José. *A Grande Substituição*, o colonialismo projetado e os usos do passado: esboço para uma crítica ao caráter paranoico da Nova Direita francesa. Fronteiras: Revista catarinense de História. ISSN 2238-9717 | n. 41, p. 192-212, Santa Catarina, 2023
- BASTOS, Francisco Inácio Pinkusfeld; BERTONI, Neilani. Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: Quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras? Rio de Janeiro, Editora ICICT/FIOCRUZ, 2014. Acesso: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/10019>
- BATAILLE, Georges: A estrutura psicológica do fascismo. Ed. N-1, São Paulo, 2022
- _____: O Erotismo. Ed. Autêntica, São Paulo, 2020
- BOKANY, Vilma (org). Drogas no Brasil: Entre a saúde e a justiça, proximidades e opiniões. São Paulo, Perseu Abramo, 2015, p.311

BRONZE, Giovanna. Furtos e agressões crescem no entorno da Cracolândia em 2023. Fonte CNN Brasil: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/furtos-e-agressoes-crescem-no-entorno-da-cracolandia-em-2023/> (último acesso em 02/03/2024)

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. Editora 34; Edusp, 2011??

CARLOS, Ana Fasni Alessandri. A condição espacial. Editora Contexto, São Paulo, 2011.

CORTINA, Adela. Aparafobia: A aversão ao pobre, um desafio para a democracia. Ed. Contracorrente, São Paulo, 2020

CORDEIRO, Simone Lucena. Os cortiços da Santa Ifigênia: sanitarismo e urbanização (1893). Imprensa Oficial, São Paulo, 2009

CRUZ, Felipe. “Número de roubos no Centro de SP bate recorde nos oito primeiros meses de 2023; índice é o maior dos últimos 22 anos”. Fonte G1: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/10/26/numero-de-roubos-no-centro-de-sp-bate-recorde-nos-oito-primeiros-meses-de-2023-indice-e-o-maior-dos-ultimos-22-anos.ghtml> (último acesso em 02/03/2024)

DAUER, Letícia; HONÓRIO, Gustavo. Veja os prós e contras da transferência da sede do governo de SP do Morumbi para o Centro, G1, 2023. Acesso em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/04/09/veja-os-pros-e-contras-da-transferencia-da-sede-do-governo-de-sp-do-morumbi-para-o-centro.ghtml>

DIAS, Paulo Eduardo. “Usuários de drogas pintam rua para demarcar espaço na cracolândia em São Paulo”. Link: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/01/usuarios-de-drogas-pintam-rua-para-demarcar-espaco-na-cracolandia-em-sao-paulo.shtml> (Último acesso em 29/02/2024)

_____. “Região da cracolândia tem três homicídios e dois baleados em 15 dias”. Link: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/01/regiao-da-cracolandia-tem-tr-es-homicidios-e-dois-baleados-em-15-dias.shtml> (Último acesso em 29/02/2024)

ENRIQUEZ, Eugene. Caminhos para o outro, caminhos para s (85-112). In: Revista *Sociedade e Estado*, volume IX, nºs 1-2, Jan./Dez., 1994.

FAUSTINO, Deivison. "O que veio antes do facismo? O racismo e a via colonial de objetivação do capitalismo brasileiro".

FERNANDES, Triceli, Radaeli e HOFFMAM, Fernando. Máquina de guerra do capital: A logística Bélica das polícias brasileiras (156-168) In: Direito e Multiculturalismo em Debate. Santo Ângelo, FuRI, 2023

FEDERERIC, Silva. O calibã e as bruxas: mulheres, corpo e acumulação primitiva.

FRANCO, Fábio Luís. Governar os mortos: Necropolíticas, desaparecimento e subjetividades. Ed. Ubu. São Paulo, 2022.

_____. Colidir, tecer, colidir: Algumas reflexões a partir de *Alfabeto das colisões*, de Vladimir Safatle, 2023. Acesso: <https://revistarosa.com/9/colidir-tecer-colidir>

FREITAS, Hyndara. Governo de São Paulo lança concurso para arquitetos apresentarem projetos para transferir sede do governo para o centro de São Paulo. O Globo, 2024. Acesso em: <https://oglobo.globo.com/brasil/sao-paulo/noticia/2024/03/27/governo-de-sp-lanca-concurso-para-arquitetos-apresentarem-projeto-para-transferir-sede-do-governo-para-o-centro-da-capital.ghtml>

CARVALHO, Marcos Bernardino in entrevista: "Racismo ambiental é uma realidade que atinge populações vulnerabilizadas". Jornal da USP, 2021. Acesso em: <https://jornal.usp.br/atualidades/racismo-ambiental-e-uma-realidade-que-atinge-populacoes-vulnerabilizadas/>

GALEANO, Eduardo. O livro dos abraços. Ed. L&PM, São Paulo, 2016.

GALF, Renata: "Racismo estrutural virou alibi para justificar práticas individuais e institucionais, diz professor". Acesso em: <https://www.geledes.org.br/racismo-estrutural-virou-alibi-para-justificar-praticas-s-individuais-e-institucionais-diz-professor/> (05/02/2021)

GENTILLI, Danilo. Medidas do Secretário de Segurança Pública do Estado de SP para a Cracolândia | The Noite (22/08/23): Acesso em: <https://www.youtube.com/watch?v=Qo1w2RnP6al>

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas e sinais - morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989

GREGORIO, Pedro Antônio. Antifascismo acefálico: a conceituação psicológica do fascismo por Georges Bataille. In AMARAL, Augusto Jobim do; FIEDLER, Cássia Zimmermann. (Orgs). Fascismos: leituras, montagens e agenciamentos. Porto Alegre, RS: Editora Fundação Fênix, 2021, p. 127-155 doi.org/10.36592/9786587424910

HAN, Byung-Chu. A sociedade do cansaço. Editora Vozes, Petrópolis, 2015

INVISÍVEL, Comitê. Aos nossos amigos: Crise e Insurreição, São Paulo, Ed. N-1, 2015

JUNIOR, Frugóli; CAVALCANTI, Mariana. Territorialidades da(s) cracolândias em São Paulo e no Rio de Janeiro. Anuário Antropológico/2013, UNB, Brasília, v. 38, n.2, p. 73-97, 2015.

KIFFER, Ana; FERNANDES, Mariana Patrício: Distopia, angústia de aniquilamento e a radical poética das relações. Gragoatá, Niterói, v.26, n.54, p. 766-794, 2021. <<https://doi.org/10.22409/gragoata.v26i55.47368>

KOGA, Dirce: Medidas de Cidades: Entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo, editora Cortez: 2011

KOSELLECK, Reinhart. Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: UERJ; Contraponto, 1999.

LAZZARATO, Maurício: O intolerável do presente, a urgência da revolução: Minorias e classes. São Paulo, Editora N-1: 2022.

_____: O intolerável do presente, a urgência da revolução: Minorias e classes. São Paulo, Editora N-1: 2022.

MARICATO, Erminia. Para entender a crise urbana. Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2015.

MARTINS, Gisele. Das Favelas do Rio à Palestina, Edita Elefante, São Paulo, 2024.

MARTINS, José de Souza. Capitalismo e escravidão na sociedade pós-escravista. Ed. Unesp, São Paulo, 2023

MARINO, Aluíso. Podcast Natuza Nery “O Assunto”: “Padre Júlio Lancellotti e o pedido de CPI em SP”, G1, 2024

MAIA, Felipe. Crise, crítica e reflexividade: problemas conceituais e teóricos na produção de diagnósticos de época. Porto Alegre, ano 23, n. 56, jan-abr 2021, p. 212-243.

MBEMBE, Achile. Brutalismos. São Paulo, Editora N-1: 2021

_____. Necropolítica. In: Arte e ensaios. | revista do ppgav/eba/ufrrj, Rio de Janeiro, 2016. Acesso: <https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf>

_____. Políticas de inimizade. São Paulo, Editora N-1: 2020

MOURA, Clovis: O negro: De bom escravo a mau cidadão, São Paulo, Editora Dandara, 2021

NASSER, Marina Mattar Soukef. Cracolândia como campo de gravitação: A gestão da circulação de pessoas com acesso precário à moradia. Ponto Urbe, São Paulo, 2019. Acesso: <https://journals.openedition.org/pontourbe/3530>

NOBREGA, Ricardo; DAFLON, Verônica Toste. Da escravidão as migrações: Raça e etnicidade nas relações de trabalho no Brasil. Iuperj, Rio de Janeiro, 2014

NOBREGA, Thelma Médici. Transcrição e hiperfidelidade. Cadernos de Literatura em Tradução, n. 7 São Paulo, 2006 (p. 249-255, 2006)

Nota técnica sobre o Projeto PPP Campos Elíseos - Polo Administrativo: LabCidade FAUUSP Observatório de Remoções Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos LabJuta UFABC União de Movimentos de Moradia de São Paulo, São Paulo, 2024 -<https://www.labcidade.fau.usp.br/wp-content/uploads/2024/04/Nota-te%CC%81cnica.pdf>

S/A “Multidão depreda ônibus e até caminhão de lixo na Cracolândia”. Fonte O Globo: <https://oglobo.globo.com/brasil/sao-paulo/noticia/2023/07/11/multidao-depreda-onibus-e-ate-caminhao-de-lixo-na-cracolandia-pm-reage-com-bombas-e-bala-de-borracha.ghtml> (último acesso em 02/03/2024)

PALLASMAA, Juhani. Essências. Ed. G. Gili, São Paulo, 2018

PINELA, Helena. Recolocação sobre novas bases da relação entre “tradição” e “crise”, In: Revista Filosófica de Coimbra, vol. 32, n.º 63, 2023 (46-51)

PORTOCARRERO, Maria Luisa. Contributos para uma hermenêutica da crise In: Aprofundar a crise: Olhares multidisciplinares, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. P. 23-40

RICOEUR, Paul. Será a crise um fenômeno especificamente moderno?, 1988: Link: <https://zenodo.org/records/4035098>

ROLNIK, Raquel: Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo, Editora Boitempo, 2023.

_____. São Paulo: O Planejamento da desigualdade. Ed. Fósforo, São Paulo, 2022.

_____. Um novo lugar para o velho centro. Minha Cidade, São Paulo, ano 06, n. 071.01, Vitruvius, jun. 2006 In: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/06.071/1945>.

_____. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. In: Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: O negro na geografia do Brasil, SANTOS, R. E. (organizador), Ed. Autêntica, Belo Horizonte, 2013. (p.73-90)

PENHA, Diego Amaral; ROSA, Miriam Debieux. Zumbis e Distopia: Os Restos da Colonialidade e as Lutas de Libertação. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, v. 23, n. spe, p. 1291-1310, 2023

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder: eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas, Buenos Aires, 2005. Fonte: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf

RUI, Tanieli. etnografia em cenários de uso e comércio de crack Unicamp, Campinas, 2012: Link: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/863903>

SAFATLE, Vladimir. Estado Suicidário, 2021: <https://aterraeredonda.com.br/estado-suicidario/>

_____. Pensar após Gaza: desumanização, trauma e a filosofia como freio de emergência. In: No coração de Gaza: História, resistência e solidariedade na Palestina, Editora Elefante, São Paulo, 2024

SANTOS, R. E.: Expressões espaciais das relações raciais: algumas notas in: Boletim Campineiro de Geografia, V.12, no.01, Campinas, 2022, p.11-27.

SHEIBE, Fernando. Coisa nenhuma: Ensaio sobre literatura e soberania, UFSC, Santa Catarina, 2004.

SODRÉ, Muniz. Uma lógica perversa de lugar In: Dossiê Racismo, Eco Pós, Rio de Janeiro, 2018. Fonte: revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos

SOUZA, Jessé. A ralé brasileira - Quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

_____. Crack e exclusão social. Brasília, Ministério da Justiça e Cidadania, 2016.

_____. O Fascismo da Cor: Uma radiografia do racismo nacional. Ed. Vozes. Rio de Janeiro, 2023.

SOUZA, Jessé. Como o racismo criou o Brasil. Ed. Estação Brasil, Rio de Janeiro, 2021

_____. Brasil dos humilhados. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2022.

SOUZA, Renata e CARLUCCI, Manoela: “Câmara de SP deve instalar CPI das ONGs que vai investigar atuação do padre Júlio Lacellotti na Cracolândia”. Link: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/camara-de-sp-deve-instalar-cpi-das-ongs-que-vai-investigar-atuacao-do-padre-julio-lacellotti-na-cracolandia/> (Último acesso em 29/02/2024)

STETTLER, Sthefany Shon. Zumbis: A ficção do antropoceno, Cadernos Pet Filosofia, V. 19 N. 12017 (2021), Paraná, 2021.

_____. O que os zumbis podem ensinar sobre as revoluções, Dossiê “Ressistência: 10 anos de filosofia da Unirio” & Varia - HR V4N2- 2022-2, Rio de Janeiro, 2022

TOLEDO, Roberto Pompeu. A capital da vertigem: Uma história de São Paulo de 1900 a 1954. Ed. Objetiva, São Paulo, 2015.

VILLADA, Camila Sosa.Tran/escrita: Viagem inútil. Ed. Fósforo.São Paulo, 2024

WACQUANT, Loic. Os condenados da cidade: Estudos sobre marginalidades avançadas.

WILLIAMS, James. Pós Estruturalismo, São Paulo, Editora Vozes, 2012.
PERCEPÇÕES SOBRE O RACISMO NO BRASIL:
<https://percepcaosobreracismo.org.br/>

WOOLF, Virginia. Um teto todo seu. Ed. Tordesilhas, São Paulo, 2014.